

ATA 269ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezenove de novembro de 2021, realizou-se a ducentésima sexagésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente do Conselho Patrícia Gomes que assumiu a condução da mesma, onde estavam presentes os seguintes **Conselheiros Titulares**: Mariana de Resende Franco – Subsecretária Sedese; Elder Gabrich Júnior – Sedese; Ana Maria Mezonato – Cmas Juiz de Fora; Thaís Correa Damasceno – SEE; Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo; Ivone Pereira Castro Silva – Cogemas; Ainda os seguintes **Conselheiros Suplentes**: Suzanne Horta (Subas); Marinete da Silva Morais – Cogemas; Ivone Castro – Cogemas; Carla Valéria Vita – Fasemig; Cristiano de Andrade – Sedese; Márcio Caldeira – Assprom; Luanda do Carmo Queiroga – CRP; Sandra Januária da Silva – SEE; Elerson da Silva – Cáritas; Domingos Sávio de Araújo – Cmas/BH; Laureci Alves - O Movimento Graal do Brasil; Ligia Camargos da Silva – Secretaria de Estado de Saúde; Vinícius de Queiroz Castanheira – SEF; e também os seguintes membros da secretaria executiva: Daniel Henrique da Cunha Campos; Rosalice Tassar de Almeida, Regina Varela Caldeira, Vera Lúcia Rodrigues, Maria de Paula Ribeiro, Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Jeane Araújo Jorge Magnane, Eliane Maria Alves Bissoli. Os convidados: Jaqueline Menezes Bossi, Simone Maria, Marcela Santos, Gabriele Silva, Sandra Regina, Kariny Amorim, Márcio Oliveira, Mariana Patrus, Rosilene Teixeira, Maria Aparecida Baião, Soraia Cruz, Iara Nogueira, Jaqueline Notório, Nilson Pereira Borges, Roberta Kelly Figueiredo, Arlete Alves, André Patorres, Grazielle, Nelson Maure, Luana Lopes.

PRESIDENTE: Pode já iniciar a nossa plenária? Gente, me deu um branco aqui agora. Na verdade, lembrei da Dona Anédia porque a gente sempre ficava conversando muito com ela antes do início das plenárias. E é a nossa primeira reunião sem ela e já está fazendo muita falta. Eu queria saber se a reunião já está sendo gravada? **ANGELO - CEAS:** Bom dia. Está sim. Pode continuar, Patrícia. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ângelo. Vou pedir aos participantes que se identifiquem no *chat*. Mandem mensagem aqui para a gente saber o nome do participante e a representação. Estou vendo que a Simone, representante titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, está participando, em breve ela será nomeada empossada. No mês de dezembro passará a compor o novo mandato do CEAS. Seja bem-vinda, Simone. Muito bom você estar participando. Daniel já está projetando a ata. Queria solicitar o apoio da Secretaria Executiva para fazer menção dos conselheiros presentes. **DANIEL - CEAS:** Claro, sem problemas. Vou fazer a menção, lembrando que hoje é a prestação de contas, então a gente precisaria de *quórum* qualificado para a votação. Temos presentes: a Presidente Patrícia Carvalho Gomes; Luanda do Carmo Queiroga; Ana Maria Donato; Mariana Resende Franco e a sua suplente que é a Suzane Cristina Horta e Silva; Elder Carlos Gabrich Jr. e seu suplente Cristiano de Andrade; Lígia Camargo da Silva; Ivone Pereira Castro Silva; Luana Castro Lopes; Vinícius de Queiroz; Thais Correa

39 Damasceno. Não sei se alguém entrou agora, mas, por enquanto, são esses os presentes.

40 **PAULA - CEAS:** A Marinete, Daniel, acho que você não falou. **DANIEL - CEAS:** Marinete já

41 entrou? **MARINETE, COGEMAS:** Sim, Marinete Moraes, presente. Bom dia. **PRESIDENTE:**

42 Bom dia, Marinete. **IVONE, COGEMAS:** Bom dia, pessoal. **MARINETE, COGEMAS:** A Ivone

43 já está aí, mas eu continuo aqui presente. A Ivone está representando o Cogemas e eu sou a

44 suplente da Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Maria do Carmo também vai entrar, a outra

45 representante **PRESIDENTE:** Que ótimo. Já temos *quórum*, Daniel, mas não temos *quórum*

46 qualificado ainda para a votação da prestação de contas, correto? **DANIEL - CEAS:** Agora a

47 gente está com 10 pessoas. Não temos votação para o *quórum* qualificado mesmo,

48 Presidente. **PRESIDENTE:** Podemos dar sequência, temos os informes ainda. O próximo

49 ponto é apreciação da ata da 268 Plenária Ordinária. Ela foi enviada por *e-mail* para os

50 conselheiros, correto? Eu estava de férias, então confesso que eu não cheguei a visualizar a

51 ata no *e-mail*. **DANIEL - CEAS:** Antes de começar, a gente encaminhou, tá. Mas antes de

52 começar eu estou contando aqui 10, vou até pedir apoio para a Secretaria Executiva porque

53 o *quórum* seria de (50 +1), *quórum* simples. Precisaria de mais uma pessoa para começar.

54 Apoio da Secretaria Executiva se alguém entrou a mais, a gente precisaria de mais uma

55 pessoa pelo que estou contando aqui. **PRESIDENTE:** Sim, então esperamos mais uns

56 minutinhos. Vocês me informam quando tiver *quórum* e poder iniciar, ou, então, quinze

57 minutos a partir da primeira verificação. Pelo Regimento Interno acho que fala quinze minutos,

58 não é? **DANIEL - CEAS:** Precisamos de mais uma pessoa. Paula, se puder ligar, mandar uma

59 mensagem no grupo de conselheiros para ver se alguém pode entrar, por favor. **ROSA,**

60 **SEDESE:** Daniel, o Lucas acabou de entrar. **DANIEL - CEAS:** Opa. Presidente, liberado.

61 **PRESIDENTE:** Bom dia, Lucas. Agora nós temos *quórum*. Já foi feita a menção dos presentes,

62 então, prosseguindo com a pauta do dia, Apreciação da ata da 268ª Plenária Ordinária. Foi

63 enviada por *e-mail* para os conselheiros. Submeto a ata à aprovação da plenária. Os

64 conselheiros que aprovam a ata, por favor, permaneçam como estão. Em caso de

65 discordância, por favor, se manifestem no *chat*. Não teve nenhuma consideração, aprovada.

66 Eu gostaria de ressaltar mais uma vez a importância de fazer a numeração das linhas das

67 atas, até para podemos fazer citações. Eu já pedi isso algumas vezes aqui na plenária e até

68 em grupo de *WhatsApp* também. Lembrando que a ata é muito importante porque ela já não

69 tem o número de páginas e ata geralmente tem. No Google Drive não tem como, mas no *Word*

70 dá para fazer, então é importante salvar, colocar em *Word*, salvar em PDF e colocar, publicar

71 no site do CEAS com a numeração. Faço essa observação novamente. Passando para o

72 próximo ponto de pauta, Justificativa de Ausências. A Secretaria Executiva recebeu

73 justificativas? **DANIEL - CEAS:** Sim. Ressaltar que a ata 268 já está com numeração. A gente

74 está sempre fazendo a numeração dessas, a partir de agora. Recebemos, sim, justificativas.

75 Justificativa da Isaura, que ela tem uma consulta. Justificativa da Laureci, do João Victor de

76 Almeida Chaves. Aqui, é o que tem no nosso controle. Se a Secretaria Executiva conseguiu
77 alguma nova justificativa que foi feita a justificativa por *WhatsApp* ou *e-mail*, pode informar,
78 senão temos essas três justificativas, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada. Agora a gente
79 passa para a Apreciação da pauta. Previsto a partir de 9h – Informes Sedese, do Cogemas,
80 sobre a Conferência Nacional e outros; previsto para 9h30 – Prestação de Contas do 3º
81 Trimestres de 2021, em seguida, 10H30 – Apresentação de Parecer Técnico acerca da Lei de
82 Proteção de Dados (LGPD); 11H30 – Indicação de representante do CEAS para capacitação
83 (Diretoria Patos de Minas); 12h – Intervalo de almoço; 13h – No retorno, deliberação acerca
84 da data da reunião ordinária de dezembro; 14h – Relatório da 14ª Conferência Estadual que
85 deve ser enviado para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e aprovação das
86 deliberações da conferência por meio de resolução; 15h – Deliberação dos nomes de
87 conselheiros estaduais para a 12ª Conferência Nacional; 15h50 – Relato Comissões temáticas
88 17h – encerramento previsto. Os conselheiros gostariam de solicitar inclusão de ponto de
89 pauta ou alguma alteração? Não teve nenhuma manifestação no *chat*. Os conselheiros que
90 aprovam a pauta do dia, permaneçam como estão. Se alguém reprova ou discorda, por favor,
91 se manifeste no *chat*. Não havendo manifestações, aprovada a pauta. Queria ver se a
92 Mariana, alguém da Sedese gostaria de fazer algum informe pela Sedese. **MARIANA,**
93 **SEDESE:** Bom dia, pessoal. Nós mandamos os informes no grupo de *WhatsApp*. Vocês estão
94 com eles aí? Secretaria Executiva vocês querem projetar ou, se a maioria não quiser que
95 projete e já tiver visto no grupo, a gente só passa pelas informações dos informes. **DANIEL -**
96 **CEAS:** Se quiser, eu projeto aqui, Mariana, mas se a plenária decidir de forma diferente...
97 **MARIANA, SEDESE:** Projeta para mim. Eu falo rapidinho. A gente não teve reunião da CIB
98 no mês de novembro, então não tem informes da CIB. Eu faço os da Sedese de forma mais
99 rápida para não atrasar. Eu quero só fazer um registro que acho importante, porque
100 praticamente todos os municípios estão em situação regular e receberam o piso em dia. Mas
101 a gente está tendo uma situação bem peculiar com alguns municípios que não prestaram
102 contas em anos anteriores. E a gente está fazendo o encaminhamento agora para bloqueio
103 no SIAFI porque, depois de muitas tentativas, mais de um ano de tentativas das equipes da
104 Sedese junto com a gestão municipal, o município ainda não se regularizou. Já fizemos de
105 tudo. É uma situação bem peculiar mesmo porque isso nunca tinha acontecido antes. Eu acho
106 importante registrar que um município está esse ano inteiro sem receber nenhum valor de
107 fundo municipal. E ele sendo bloqueado no SIAFI, ele vai ter outras consequências também,
108 e fica impedido de receber recursos. Teve troca de gestão municipal, já foram feitos todos os
109 tipos de intervenção pela equipe do FEAS, mas eles não conseguiram regularizar ainda. Só
110 fazer esse destaque porque têm 851 municípios. São dois. Esse caso é o mais grave que está
111 indo para o SIAFI. Mesma situação. Temos 13 municípios com pendências de prestação de
112 contas, mas dois que não estão recebendo recursos. Agora é informação sobre as

113 capacitações. Nós retomamos os apoios técnicos e as capacitações presenciais. Na semana
114 passada a equipe da proteção básica e da proteção especial, nós estivemos em reuniões a
115 semana inteira com todos os municípios das regionais de Teófilo Otoni e de Diamantina. Foi
116 muito positivo. Os municípios estão pedindo muito o retorno das atividades presenciais. Nós
117 já discutimos isso aqui em vários outros momentos. Na Conferência Estadual isso foi muito
118 falado. Já conversei muito com a Ivone também sobre isso. As regionais também têm falado
119 com a gente. E, realmente, o evento presencial a gente não tem o alcance do virtual, mas a
120 interação e a qualificação são diferentes e, para o ano que vem, a gente vai intensificar. A
121 gente pretende retomar isso a partir de janeiro, assim que a gente tiver as autorizações
122 orçamentárias e financeiras para retomar as atividades presenciais. As outras telas são
123 aqueles números de atendimentos. Atendimento técnico e apoio técnico, a maioria ainda
124 sendo virtual, por isso que o número é grande – as ações que a gente contabiliza. A equipe
125 da proteção especial esse mês, na verdade, a gente teve duas rodadas de eventos de apoio
126 técnico presencial. A equipe da proteção especial também, outra equipe da proteção especial
127 foi para as regionais de Almenara, foi para Peçanha e foi para Diamantina também. Acho que
128 é isso. Era só pontuar essas duas questões que eu achava mais importante destacar aqui e o
129 arquivo está compartilhado no grupo. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Obrigada. Nós temos
130 informes do Cogemas, Ivone? **IVONE, COGEMAS:** Se você me permitir, gostaria de passar
131 rapidamente. Bom dia a todos e a todas. Ivone, Presidente do Cogemas de Minas Gerais. Eu
132 queria dizer que o colegiado, tanto estadual quanto nacional tem vivido momentos muito
133 intensos com relação a alguns projetos que estão sendo veiculados, tramitando no Congresso
134 Nacional. Como, por exemplo, a PEC 383 de autoria do Deputado Danilo Cabral, que desde
135 2017 estipula 1% da receita líquida do orçamento da União para a assistência social. Uma
136 alteração na Constituição Federal para que a gente tenha um repasse obrigatório na
137 legislação. É uma coisa que a assistência não tem. Essa tramitação teve um folego grande,
138 mas agora está mais devagar. E é uma coisa importantíssima para da Política de Assistência
139 Social que precisa, de fato, de uma mobilização dos atores dessa Política de Assistência
140 Social, dos conselheiros municipais, dos gestores para que a gente faça uma força tarefa junto
141 aos deputados federais, aos senadores, para que essa PEC não fique mais engavetada. E
142 que ela, desde 2017, possa ser aprovada. Isso é um ganho muito grande para o orçamento
143 da assistência. Eu até acho que em Minas Gerais a gente não fez ainda um seminário, uma
144 discussão sobre essa PEC. Eu até conversei: será que não seria importante uma audiência
145 pública? Até demos um toque para o André, do gabinete. Como ele é da Frente Mineira dos
146 parlamentares em defesa do Suas, se a gente não poderia fazer alguma coisa nesse sentido.
147 Mas como está no final do ano, temos que acompanhar a tramitação dessa PEC lá em Brasília
148 e o movimento cá na base para a gente contribuir com o avanço. Outros projetos que também
149 estamos desdobrando o posicionamento do colegiado, tem o Projeto de Lei da Deputada

150 Paula Belmonte, do Cidadania de Brasília. Ela apresentou o projeto de lei que vem alterar a
151 Lei Orgânica da Assistência Social e incluir o Programa Criança Família como uma ação da
152 Assistência Social. É muito sério. O colegiado já se posicionou desfavorável a esse projeto. É
153 um projeto que vai trazer para a assistência um compromisso que já é assumido pela política
154 da saúde, que é a questão da gestante, o cadastro da gestante e o acompanhamento do pré-
155 natal, de crianças pequenas. É uma questão que esse colegiado já se posicionou, com relação
156 ao programa Bolsa Família, e agora, mais ainda, nós fomos surpresos com esse projeto de lei
157 que propõe alterar o art. 24º, da Lei Orgânica da Assistência Social e instituir o atendimento
158 da gestante e do acompanhamento de crianças dentro do Suas. É muito sério. O colegiado já
159 se posicionou contra. Nós temos que nos articular contra isso também com os nossos
160 deputados, com os nossos senadores. Outro ponto que o colegiado também está batendo
161 muito forte, que é a questão do Auxílio Brasil, esse desmoronamento do Bolsa Família. Um
162 programa que há mais de 14 anos veio para dar certo e que agora com esse... Acabar com o
163 programa e instituir o Programa que é o Auxílio Brasil que você não tem nenhuma segurança,
164 que está todo inseguro, que está posto para funcionar só até final de 2022, então o colegiado
165 também se posicionou desfavorável a isso. E temos feito muitas, o colegiado nacional, mas
166 em Minas a gente está querendo propor um encontro mineiro. Nós estamos querendo retomar
167 as ações mais presenciais do colegiado, com as regionais, para a gente criar uma força de
168 unificação com o Colegiado Nacional. Nos dias 24, 25 e 26, vai ter um encontro nacional do
169 Congemas lá em Aracaju, paralelo com o encontro da Frente Nacional dos Prefeitos, que
170 também é uma estratégia do Congemas fazer uma intervenção junto com os prefeitos. Esse
171 encontro vai ter representação dos presidentes estaduais. Eu também estou indo representar
172 Minas Gerais, comigo vai o Paulo também. E vamos tirar algumas estratégias de retomada
173 dos encontros regionais do Cogemas, que são cinco regiões e o Encontro Nacional do
174 Congemas. Estaremos lá nos dias 25 e 26 de novembro. Mais ou menos, o colegiado já
175 encaminhou para o CEAS, através de um ofício, o nome do titular e do suplente que vai compor
176 o CEAS na próxima gestão. Foi muito aplaudida a posição da Marinete. Então a Marinete vai
177 continuar como titular. Eu saio, mas a Marinete continua e receberemos – ela deve entrar na
178 reunião hoje – a Maria de Fátima, que é de Campo Belo, uma gestora que também foi eleita
179 na nossa reunião da diretoria, os gestores do Cogemas, o nome dela para suplente. Muito
180 obrigada e boa reunião para todos nós. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Bacana. Queria
181 aproveitar aqui e registrar a presença da Carine, conselheira eleita, representante da entidade
182 Bem-Estar do Menor, que vai tomar posse na próxima plenária no mês de dezembro. Seja
183 bem-vinda, Carine. Não identifiquei nenhum outro conselheiro do próximo mandato aqui, além
184 dela e da Simone, que eu já registrei presença, não. A Sandra Regina é a do Sintibref que
185 está aqui? **ROSA, SEDESE:** Patrícia, está a Sandra, a Jaqueline de Cordisburgo também.
186 Elas estão presentes. **PRESIDENTE:** A Jaqueline eu até já tinha cumprimentado de manhã e

187 esqueci de registrar a presença. Ela é representante de segmento de usuários. Entrou pela
188 vaga de Cmas sociedade civil. E a Sandra é do Sintibref, é representante do segmento de
189 trabalhadores. Sejam bem-vindas a nossa reunião. Eu vou pedir que os participantes
190 registrem aqui no *chat* o nome e a entidade para ser registrado em ata. Dando sequência aos
191 informes, geralmente temos informe da CIB, mas esse mês não teve reunião, então a gente
192 passa para os informes da Conferência Nacional. A data seria de 07 a 10 de dezembro.
193 **IVONE, COGEMAS:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Oi? **IVONE, COGEMAS:** A Luanda se
194 inscreveu no *chat* para informe. **PRESIDENTE:** Eu vi. É que eu estou seguindo a pauta
195 primeiro, depois eu para as inscrições. Obrigada, Ivone. A Conferência Nacional alterou a
196 data, vai ser do dia 15 a 18 de dezembro. Isso traz alguns rebatimentos aqui no CEAS que a
197 gente vai discutir na parte da tarde, também vamos apresentar o relatório que é próprio do
198 conselho nacional. Eu acredito que em relação à Conferência Nacional sejam basicamente
199 esses informes. Não sei se o Daniel, alguém da Secretaria Executiva gostaria de
200 complementar alguma questão? **DANIEL - CEAS:** Sim. Rapidamente, teve essa questão de
201 alteração mesmo. A conferência vai ser virtual. Porque, Presidente, eles falaram que seria
202 híbrida, mas quando a gente foi perguntar, na verdade, era virtual para todas as delegadas e
203 todos delegados, e híbrida só para que fosse ficar lá. É importante ressaltar para aquelas e
204 aqueles que vão que vai ser virtual. Falando sobre conselheiros municipais, só um breve
205 informe rápido: a gente conseguiu fazer inscrição de 180 municipais que foram eleitos, apenas
206 3 que a gente teve dificuldade, não é, Paula? Estamos entrando em contato de todos os jeitos,
207 pediu para o Paulo do Cogemas, como presidente pediu. Mas se não, a gente vai colocar os
208 três suplentes como titulares, para a gente não perder essas vagas, que eu acho que é o pior
209 dos mundos e já mandou isso na Mesa Diretora. Só esse informe. No mais, a gente vai discutir
210 o restante na parte da tarde, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Obrigada. Passando para
211 os outros informes. A gente já tem a Luanda inscrita para informe do FETSuas. Por favor,
212 Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** Bom dia a todas e todos. Bem-vindas as conselheiras eleitas
213 que estão participando conosco. Hoje vou trazer informes do FETSuas e do FNTSuas. Ontem
214 a gente teve uma plenária do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas para escolher as
215 nossas representantes na plenária nacional, do Fórum Nacional de Trabalhadores do Suas,
216 que vai acontecer no dia 27 de novembro. As inscrições estão abertas aos trabalhadores e
217 trabalhadoras em geral. E serão delegadas nessa plenária as eleitas indicadas pelos Fets e
218 das entidades que já acompanham o fórum. Eu só queria dizer isso mesmo para quem está
219 aqui participando conosco. Esse é um momento importante para a organização das
220 trabalhadoras e trabalhadores. É um momento em que a gente revê Regimento Interno em
221 nível nacional, revê plano de lutas, recompõe a coordenação nacional do fórum dos
222 trabalhadores e trabalhadoras. É um momento importante e queria deixar registrado aqui
223 também. É isso, Patrícia. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Luanda. Não tem mais inscrição

224 aqui no *chat* para informes. Agora seria a Prestação de Contas do 3º Trimestre. Eu peço para
225 a Secretaria Executiva verificar se já alcançamos o *quórum* qualificado. **DANIEL - CEAS:** O
226 *quórum* é de 13 pessoas e está faltando uma pessoa, Presidente. Eu estou pedindo para
227 mandarem mensagem e ver se algum conselheiro pode entrar. Mas, por enquanto, não temos
228 o *quórum* qualificado. **PRESIDENTE:** São 13? **DANIEL - CEAS:** São 13. **PAULA - CEAS:**
229 São 13, 2/3. **PRESIDENTE:** A gente já tem 11. Eu vi que o Márcio Caldeira entrou. **PAULA -**
230 **CEAS:** Nós já temos 12. **PRESIDENTE:** Ok. Acredito que seja necessário alterar a ordem da
231 pauta, considerando que esse é ponto de deliberação com 2/3, *quórum* qualificado. Consulto
232 à plenária se podemos alterar a ordem da pauta? **MARIANA, SEDESE:** Patrícia?
233 **PRESIDENTE:** Sim. **MARIANA, SEDESE:** Eu ia sugerir passar para o próximo ponto da LGPD
234 e, na sequência, a gente tenta uma nova chamada para ver se conseguimos o *quórum*. Vamos
235 ver quem está faltando aqui, se a gente consegue fazer alguns contatos pedindo às pessoas
236 para fazer um esforço para participar da plenária hoje. **PRESIDENTE:** Sim, exatamente isso
237 que eu estava fazendo. Não teve nenhuma manifestação contrária no *chat*, então passamos
238 para o próximo ponto de pauta apresentação de parecer técnico acerca da Lei Geral de
239 Proteção de Dados – LGPD. Gente, esqueci de dar um informe. A gente ainda não passou
240 para o próximo ponto. Eu posso dar um informe que esqueci? Já que não iniciou o próximo
241 ponto ainda? **IVONE, COGEMAS:** Beleza. **PRESIDENTE:** Ok. A gente discutiu alguns pontos
242 na Mesa Diretora e acabamos não colocando aqui os informes da Mesa Diretora. No dia 5 de
243 novembro chegou uma correspondência do Tribunal de Justiça sobre um mandado de
244 segurança. Eu não sei falar muito bem esses termos técnicos e jurídicos, então vou pedir ao
245 Daniel contextualizar um pouco sobre esse mandado de segurança. **DANIEL - CEAS:** Claro,
246 Presidente. Sem problemas. Bom dia a todas e todos novamente. O que aconteceu foi que,
247 vou contextualizar um pouco mais do início, Presidente. É bom porque já contextualiza para a
248 própria LGPD, no final das contas, principalmente para aquelas e aqueles que estão
249 chegando. Recebemos uma solicitação de um jornalista pedindo alguns documentos que
250 estão sob a posse do CEAS, sobre o processo de Barragem de Braúnas, que teve algumas
251 denúncias e algumas questões, no caso, foram um pouco mais contencioso. Teve, sim, um
252 grupo de trabalho. Foi levado para a plenária. Foi discutido e foi montado um grupo de trabalho
253 por meio da Resolução nº 736. E esse grupo de trabalho decidiu quais são as informações
254 que a gente iria divulgar, que seria o plano de assistência social e algumas atas. Dentro dessa
255 discussão toda, paralelamente a isso, de quem seria a responsabilidade de classificação do
256 sigilo de dados ou de quais dados seriam: dados pessoais etc. Essa discussão foi levada para
257 a plenária, então, baseou-se também em uma documentação que a coordenadoria
258 encaminhou que deveria ser montada uma comissão. Essa discussão continuou sendo feita,
259 e teve a discussão de quem seria o responsável por essa classificação. Salvo engano, na
260 plenária 265ª foi pedido de vista pelo Conselheiro Lucas Ribeiro. Ele fez esse pedido de vista

261 acatado em plenária. Entretanto, em função do prazo, que era um prazo exíguo, um prazo de
262 menor tempo para respondermos à CGE, que essa demanda do jornalista veio pela
263 Controladoria Geral do estado, aí a Mesa Diretora deliberou e decidiu por realizar uma reunião
264 extraordinária, na qual deliberaria sobre essa questão. O Conselheiro Lucas, como a
265 Presidente disse, no dia 5 de novembro recebemos essa documentação. A Presidente entrou
266 com a chave dela no processo eletrônico, que tudo é pelo PJE agora. E, pelo que entendemos
267 desse mandado de segurança cível, que chama – mandado de segurança cível – teve-se
268 pedido de liminar para que não realizasse essa reunião extraordinária e esse pedido de liminar
269 foi negado pela justiça. A gente fez então essa análise e, entretanto, a juíza pediu, ou seja,
270 ela já fez uma decisão de negar a liminar para não realizar a extraordinária. Até o momento
271 não teve influência em nenhuma decisão que já foi feita até agora, mas, ainda, a juíza pediu
272 para caso de interesse da presidência, que se prestasse informações sobre o ocorrido para
273 uma decisão posterior. Em resumo: recebemos esse mandado de segurança, sim, com o
274 pedido de liminar e já foi negado, mas ainda o processo corre e agora o que a gente viu com
275 a orientação jurídica – a gente está fazendo essa articulação administrativa e pedindo
276 orientação à ASJUR, que é a assessoria jurídica da Sedese – o que tem que se fazer agora é
277 prestar informações como a juíza solicitou. Então, no mais, até o momento não teve alteração
278 nenhuma em nenhum dos atos aqui deste conselho, mas que a gente precisa prestar
279 informações. O que nos parece a nossa assessoria jurídica vai nos assessorar em todo esse
280 processo e a estruturação administrativa, a nossa Secretaria Executiva está fazendo. Não sei
281 se ficou claro. Se falei juridiquês demais, mas, em resumo, é isso, Presidente. **PRESIDENTE:**
282 Obrigada, Daniel. Só complementando, na conversa com a procuradora eu frisei muito a
283 pergunta para esclarecer essa dúvida – porque como eu estou saindo agora do CEAS nas
284 próximas semanas – se eu continuaria respondendo. Porque o que ela disse agora a
285 Secretaria Executiva tinha que fazer, elaborar uma resposta, então tem que fazer o
286 levantamento da ata, das discussões nos grupos de *WhatsApp*, por *e-mail*. Primeiro a gente
287 consultou a Mesa Diretora para realização da reunião extraordinária e ninguém da Mesa
288 Diretora se manifestou de forma contrária, conversamos no grupo de *WhatsApp*, o
289 Conselheiro Lucas se manifestou contrário até em função do pedido de vista. E o que eu
290 coloquei no grupo, à época, foi que ele poderia dar o retorno de vista na plenária
291 extraordinária. Feita a convocação, o Conselheiro Lucas enviou um *e-mail* para a Secretaria
292 Executiva do CEAS e, a partir desse *e-mail*, pedi para a Secretaria Executiva encaminhar para
293 a Mesa Diretora por *e-mail*, para que se manifestassem e, novamente, nenhum integrante da
294 Mesa Diretora se manifestou contrário à realização da plenária extraordinária. Muito pelo
295 contrário, na verdade, alguns conselheiros se manifestaram pela necessidade de realizar a
296 extraordinária com essa pauta da composição da comissão porque a Controladoria Geral do
297 estado nos deu o prazo até o dia 23 de agosto para poder responder. E a plenária ordinária

298 seria dia 20 de agosto. E como é um processo que tem mais de 10 mil páginas, não teria como
299 compor uma comissão em uma sexta, em uma plenária que termina geralmente sexta-feira
300 depois das 18h, para fazer uma resposta para entregar na segunda-feira. Com isso, a Mesa
301 Diretora analisou o Regimento Interno. O art. 11 fala do pedido de vista, então ele coloca –
302 vou até abrir o Regimento Interno para registrar em ata também, é sempre bom – “É facultado
303 ao conselheiro pedir vista sobre a matéria em discussão, sendo esta retirada da pauta a critério
304 da plenária. § 1º. O prazo de vista, a partir do encerramento da plenária poderá se estender
305 até a próxima assembleia...” E não fala se é ordinária ou extraordinária. “Pode-se estender até
306 a próxima assembleia, ou ser reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, a critério dos
307 conselheiros.” E a Mesa Diretora entendeu que não estava expresso que era plenária
308 ordinária, por falar que era assembleia. A Mesa Diretora deliberou pela realização da reunião
309 para que a gente pudesse cumprir esse prazo de resposta à Controladoria Geral do estado,
310 essa resposta, em relação ao pedido do jornalista, de acesso à informação. Como vocês
311 sabem, tem uma lei de acesso à informação e o jornalista gostaria de ter acesso ao processo
312 de uma barragem. E o CEAS deliberou por 9 votos a 8, que não iria conceder acesso à
313 informação. E o jornalista entendeu que o direito dele foi negado. Ele recorreu a segunda,
314 terceira instância, e a CGE entendeu que o CEAS deveria, sim, fornecer o acesso à
315 informação, não de 100% do processo, mas acesso às informações que não são sigilosas. Eu
316 até estou explicando um pouquinho mais porque isso é até a pauta que a gente vai discutir
317 aqui da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Para poder responder à CGE que a gente
318 chamou essa reunião extraordinária. Em conversa com a procuradora foi dito que estava muito
319 tranquilo, só um trabalho mesmo que a Secretaria Executiva vai ter de fazer todo esse
320 levantamento das atas, dos *e-mails*, das mensagens de grupo de *WhatsApp*, para a Secretaria
321 Executiva fazer um documento, passar para a procuradoria fazer essa resposta, quem assina
322 é a autoridade. Agora o prazo ainda não começou a contar, então a gente vai ter 10 dias de
323 prazo e a gente vai responder. E depois a procuradora disse que a AGE, vai acompanhar o
324 desdobramento do processo, e a próxima presidente do CEAS que vai ser responsável por
325 dar essas respostas porque o processo foi basicamente contra o CEAS, no meu entendimento
326 leigo. A Marcela também estava nessa reunião, se ela quiser complementar alguma
327 informação da reunião com a procuradora. Se eu tiver falado alguma coisa equivocada porque
328 sou muito leiga nesse assunto. **DANIEL - CEAS:** Só complementando, Presidente, o prazo
329 começa a contar do AR, a gente vai verificar a partir de quando o prazo vai começar a correr.
330 Mas eu olhei com a Marcela e parece que começou hoje, então temos 10 dias, ontem ou hoje
331 de noite, temos 10 dias, então a gente vai considerar o prazo de 10 dias corridos para não
332 correr nenhum risco porque a gente não sabe, pela Lei de Mandado de Segurança, se é
333 corrido ou úteis, como a procuradora nos disse. A gente não vai correr esse risco, mas a gente
334 vai trabalhar com dias corridos e já vai mandar o relatório, no máximo, segunda ou terça-feira.

335 **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Obrigada. Eu queria só registrar meu agradecimento mesmo ao
336 apoio que recebi de alguns membros da Mesa Diretora, da Secretaria Executiva, dos
337 conselheiros. Ontem discutimos isso na reunião da sociedade civil, então recebi muitas
338 mensagens de apoio. Algumas pessoas me procuraram no privado para poder conversar e
339 isso me dá a certeza de que a Mesa Diretora agiu corretamente chamando essa reunião
340 extraordinária, então temos todas as provas. A gente tem toda tranquilidade que cumpriu o
341 Regimento Interno. E, como a procuradora disse, o próprio fato de a juíza ter negado o pedido
342 de liminar na época e dito que era uma questão regimental interna, que não caberia, digamos
343 assim, já mostra que a gente está no caminho certo mesmo. Queria agradecer o apoio de
344 todos que recebi. E queria ver com o Daniel se tem mais algum informe da Mesa Diretora que
345 a gente tenha esquecido? Tem o da plenária, a gente estava esquecendo. Tinha um monte
346 de informes, bem que a Mariana falou para o Daniel anotar. **DANIEL - CEAS:** Eu vou abrir
347 aqui a pauta de ontem, porque a gente vai conferindo aqui também na medida em que for
348 falando, Presidente. **PRESIDENTE:** Outro informe é da reunião extraordinária que o CEDCA
349 pediu para a gente agendar. Foi agendado para o dia 3 de dezembro, para dar continuidade
350 aquela pauta da resolução conjunta com o Conselho da Criança e do Adolescente. Já avançou
351 bastante na última plenária extraordinária conjunta que teve. Acredita-se que apenas na parte
352 da manhã seja possível finalizar. É muito importante que a gente tenha *quórum* nessa plenária.
353 Da última vez parece que demorou um pouco até começar porque os conselheiros do CEAS
354 não tinham chegado. Já foi enviada a convocação e peço que os conselheiros confirmem
355 presença. E até vou pedir para o Daniel me dar um apoio em uma data limite para os
356 conselheiros confirmarem presença. E, a partir dessa data, a Secretaria Executiva entrar em
357 contato telefônico com os conselheiros que não confirmaram, para poder garantir esse *quórum*
358 porque é uma pauta que já está há 10 anos circulando no CEAS e no CEDCA. Se troca de
359 mandato e não conclui essa resolução, até que os próximos conselheiros se apropriem dessa
360 discussão, vai gerar mais um atraso. E é uma demanda do Ministério Público, é imprescindível
361 que a gente tenha *quórum* na plenária do dia 3. Se não me engano, vai ser de 9h ao meio-dia,
362 não é, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Isso mesmo, Presidente. A gente pode trabalhar com o dia
363 29. Para os conselheiros e conselheiras confirmarem até dia 29 com a gente, para que aqueles
364 que não confirmarem a gente liga, a gente reforça para ter esse *quórum* necessário.
365 **PRESIDENTE:** Ótimo. Conto com a presença de vocês na plenária extraordinária do dia 3.
366 Mais algum informe da Mesa Diretora, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Tem um informe importante,
367 Presidente, que é o do Fonaceas, que se eu puder contextualizar já de uma vez, o Fonaceas
368 vai realizar uma reunião em Fortaleza, no Ceará. O local exato ainda não foi decidido. Nos
369 dias 8 e 9. Recebemos essa convocação, e seria necessário a gente fazer essa informação,
370 se alguma conselheira ou conselheiro gostaria de ir representando o CEAS. A gente pode
371 mandar inclusive a convocação com a pauta. Mas a pauta basicamente vai ser das discussões

372 das conferências, sobre a eleição da nova Mesa Diretora. A gente teria que ver se teria alguma
373 conselheira ou algum conselheiro que se disporem presencialmente, também para a gente
374 ver a possibilidade com a Subas do contrato de aviação – que eu acho que tem um contrato
375 de aviação – para ver também essa possibilidade. Teria esse informe e essa decisão que foi
376 dita ontem na Mesa Diretora. **PRESIDENTE:** Ontem, na Mesa Diretora, o Élerson até
377 manifestou disponibilidade de participar. Eu coloquei que a plenária já havia elegido o Márcio
378 para poder representar o CEAS no Fonaceas, na impossibilidade de participação da
379 presidente ou da vice, para poder ter esse direito a voto. Mas, na verdade, todos os
380 conselheiros podem participar. Eu acho que alguns conselheiros já participaram das reuniões
381 virtuais. Eu acho que já participei de cinco ou seis. Elas são trimestrais, então desde o ano
382 passado eu já participava. E até estou vendo aqui com a Regina, ela está me mandando
383 algumas informações em relação à questão da diária, transporte. Eu ainda estou verificando
384 minha agenda para ver se consigo – estou adequando, acho que vou conseguir participar.
385 Mas eu acho que só vou conseguir dar essa resposta daqui a pouco. O Márcio Caldeira, queria
386 até verificar se ele tem essa disponibilidade. **MÁRCIO, ASSPROM:** Bom dia a todos. Eu
387 agradeço, sim, a indicação do nome para fazer essa representação do conselho, mas,
388 infelizmente eu já tenho uma agenda programada aqui na instituição para o dia 9, relacionada
389 a um projeto de grande envergadura dentro da entidade, na qual a gente é um dos (áudio
390 ruim) [00:45:29]. Infelizmente não teria essa agenda para participar, neste momento, da
391 reunião do Fonaceas. Agradeço muito a indicação. Acho que seria muito prudente outro
392 conselheiro... Realmente, acho que essa plenária está dando esse direcionamento para essa
393 representação deste conselho, nesta importante reunião do Fórum Nacional de
394 Representação de Conselhos Estaduais. Muito obrigado a todos. **PRESIDENTE:** Ok. Além do
395 Élerson, mais algum conselheiro teria disponibilidade de participar? Vai ser nos dias 8 e 9, das
396 9h às 17h. Não sei se estou com a pauta aqui agora. Vai ter a discussão sobre o Auxílio Brasil;
397 Financiamento da Política de Assistência Social; Perspectiva da recomposição do ano de 2021
398 e Orçamento de 2022; Avaliação das Conferências Municipais e Estaduais; Participação da
399 12ª Conferência Nacional de Assistência Social; Avaliação do Ano; Sugestão de calendário
400 de reuniões no ano de 2022 e locais, de forma presencial; Eleição da nova Mesa Diretora; A
401 carta do Ceará. Toda reunião tem a carta, porque cada vez é um estado diferente, então agora
402 é no Ceará. Então seria a Carta do Ceará. São esses os pontos de pauta. Não teve nenhuma
403 manifestação. O Élerson não está aqui no momento, mas ele já tinha manifestado na Mesa
404 Diretora, então depois vou pedir para a Secretaria Executiva verificar tudo certinho com o
405 Élerson. O mais breve possível eu dou esse retorno em relação a minha possibilidade ou não
406 de participação. **PAULA - CEAS:** Patrícia. Já acionei o Élerson aqui pelo *WhatsApp*. Ele falou
407 que dentro de uns 10 minutos está chegando na reunião. Ela sai de uma outra e vem para cá.
408 **PRESIDENTE:** Entendi. **DANIEL - CEAS:** Ótimo. Paula, por favor, pode perguntar a ele se

409 ele tem mesmo disponibilidade nos dias 8 e 9. Manda no *WhatsApp* para ele, que temos mais
410 ciência e até fala mesmo na plenária. **PRESIDENTE:** Finalizaram os informes da Mesa
411 Diretora, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Sim. Pela minha análise, os outros a gente vai falar ao
412 longo do dia, Presidente. E só informar que agora temos *quórum* qualificado. Acho que
413 podemos seguir normalmente a pauta sem ter que mudar nada. **PRESIDENTE:** Ótimo. Foi
414 realizada, ontem à tarde, uma reunião conjunta das comissões para analisar a prestação de
415 contas. Infelizmente eu tive um compromisso do trabalho e não consegui participar desse
416 ponto de pauta. Eu não sei como que vocês definiram a dinâmica. Se teria só apresentação
417 da súmula da reunião ou se teria uma apresentação da equipe do FEAS. Qual a dinâmica que
418 vocês preferem? **DANIEL - CEAS:** Ontem a gente só leu a análise mesmo da Jeane. E, à
419 medida que a gente foi falando os pontos de consideração, os conselheiros foram perguntando
420 e a Subas foi respondendo. A gente fez uma súmula, imagino que podemos só ler a súmula.
421 Ela ficou um pouquinho grande, duas páginas, mas a gente só lê a súmula. E quaisquer novas
422 informações a gente só acrescenta. Acho que pode fazer assim. Posso até projetar aqui e já
423 começar a ler. **IVONE, COGEMAS:** Até porque foi apresentada para todos os conselheiros.
424 Foi na reunião conjunta de todos os conselhos. **DANIEL - CEAS:** Sim, (áudio ruim) [00:49:06]
425 feitos os esclarecimentos lá mesmo. Vou projetar aqui, Presidente, se me permitir, a gente lê
426 a súmula e aprova. **PRESIDENTE:** Ok. Pode projetar, por favor, Daniel. Eu só gosto de
427 lembrar que é importante essa apresentação na plenária para registro em ata. Essa
428 metodologia desse mandato de fazer as reuniões das comissões conjuntas, para esse
429 entendimento do Regimento Interno que é uma pauta comum a todas as comissões, acaba
430 que vira uma plenária, só que é uma plenária sem ata, então é um pouco complicado. Mesmo
431 que fique repetitivo é sempre importante trazer aqui para registrar em ata essa apresentação
432 da prestação de contas. **DANIEL - CEAS:** Pode ser a Subas apresentar e depois eu faço a
433 súmula? Não sei. **PRESIDENTE:** Se a súmula está completa, porque como eu não estava
434 ontem, não acompanhei as discussões. Se a súmula está completa e já constam os dados,
435 então pode ser só a súmula. Mas eu pergunto para vocês, se que podemos fazer? **DANIEL -**
436 **CEAS:** Sim. Porque ontem foi decidido, por causa do tempo, só apresentar a análise. Então,
437 talvez, Roberta. Está presente? Bom dia para você. Tudo bem? Se puder fazer essa
438 apresentação, acho que é mais seguro, e eu leio a súmula rapidamente. **PRESIDENTE:** Eu
439 concordo com você, Daniel, se ontem não foi feita a apresentação, é importante fazer essa
440 apresentação aqui hoje, mesmo porque temos outros conselheiros presentes também.
441 Roberta, bom dia. Se você puder fazer a apresentação. **ROBERTA, SEDESE:** Bom dia, gente.
442 Tudo bem? Claro. **SUZANNE, SEDESE:** Gente, desculpa. Eu não me inscrevi, mas é porque
443 a súmula, que você fez, Daniel, ela está por ação também, não está? **DANIEL - CEAS:** Ela
444 está por ação. **SUZANNE, SEDESE:** Porque, às vezes, seria melhor a Roberta falar a
445 apresentação e você falar das discussões que foram feitas porque, se não, vai ficar repetitivo.

446 Não sei se vai ficar confuso, mas, a Roberta apresenta só os dados e aí você já apresenta da
447 súmula das considerações, de esclarecimentos para a gente não repetir a mesma coisa.
448 Enfim, é essa a sugestão. **DANIEL - CEAS:** É, só não vai dar para projetar as duas coisas ao
449 mesmo tempo. Mas eu acho uma boa ideia. **SUZANNE, SEDESE:** É verdade. Está. **DANIEL**
450 **- CEAS:** Entendeu? Mas, assim, se a plenária decidir, a plenária é soberana. **SUZANNE,**
451 **SEDESE:** Não, é por causa do problema da projeção, então retiro minha sugestão. **DANIEL -**
452 **CEAS:** Suzanne, mas, enfim, se a plenária decidir, claro, acho uma boa ideia, sim.
453 **PRESIDENTE:** Eu acho que pode ser da forma que o Daniel achar que for mais fácil para ele
454 fazer. Porque foi a Jeane que fez a análise, aí vai fazer uma apresentação de outra pessoa.
455 O que for mais fácil para o Daniel e para a Roberta, vocês podem decidir entre si. **DANIEL -**
456 **CEAS:** Na verdade é que a Jeane que fez a análise, só que a súmula fui eu que fiz mesmo,
457 então não teria esse problema. O problema que eu estou falando é só que eu não vou
458 conseguir projetar a súmula, Presidente. Não sei, o que você acha, Roberta? Você acha que
459 a gente vai fazendo em conjunto ou você acha que faz **ROBERTA, SEDESE:** Tanto faz,
460 Daniel, para mim é indiferente. Do jeito que você preferir, Daniel. Pode ser na súmula junto,
461 pode ser depois. **DANIEL - CEAS:** A apresentação está muito grande? Porque se não estiver
462 tão grande, você faz primeiro e depois eu faço, para não confundir as coisas. **ROBERTA,**
463 **SEDESE:** Não está grande, não. Eu vou tentar ser breve. A gente já foi bem detalhista ontem,
464 então eu faço de uma forma objetiva. **DANIEL - CEAS:** Muito obrigado, Roberta. Vamos por
465 partes então. **ROBERTA, SEDESE:** Então, tá. Gente, essa é a prestação de contas trimestral
466 referente ao 3º trimestre de 2021. Refere-se aos meses de julho, agosto e setembro. Aqui é
467 um resumo do orçamento nos moldes que a gente trouxe no trimestre passado, onde a gente
468 apresentou o crédito inicial por fonte. O limite imposto pela DPO e também pelo Cofin, a parte
469 dos contingenciamentos que ocorreram, a gente atualizou. Na receita de janeiro a setembro,
470 referente à Fonte 56, tem o total da receita nessa terceira linha. Aqui temos o valor efetivo de
471 contingenciamento, quanto o contingenciamento do Decreto nº 48.132, menos
472 descontingenciamentos. E a receita que está superestimada lá na Fonte 56, que a gente não
473 teve a receita efetivada, então, de fato, a gente não tem como utilizar. Os valores referentes à
474 Fonte, o contingenciamento da Fonte 10 também que era aquela emenda, algumas emendas
475 que estavam na ação 1059. Aqui na quinta linha, nós temos o consolidado das
476 suplementações/anulações até essa data. O saldo orçamentário, valor autorizado para
477 utilização. O valor com utilização planejada. E a nossa expectativa de resultado do orçamento
478 em cada uma das fontes. Esse valor aqui da Fonte 56 está negativo porque é necessário
479 realizar suplementação por falta de saldo financeiro ou a aguardar a receita se efetivar porque
480 a gente diminui o valor que a gente precisa suplementar de saldo financeiro. A gente
481 acompanha a Fonte 56 e, à medida que a receita aumenta, a gente precisa suplementar
482 menos valor com saldo financeiro para não ficar com o orçamento superestimado, sem

483 necessidade. Aqui é um resumo geral. Se vocês tiverem alguma dúvida, vocês podem
484 perguntar por que eu já vou falando, explicando, e a gente vai passar ação por ação. Aqui nós
485 temos o resumo do orçamento em gráfico para facilitar. Gente, nós excluímos o Força Família.
486 Foi uma solicitação do Sávio no mês passado também para facilitar a visualização como um
487 todo e porque é um valor um pouco diferenciado. E aqui, a gente trouxe, a gente está com
488 quase a totalidade do nosso orçamento planejado. Esse menos aí, gente, da primeira
489 coluninha da Fonte 56, é por causa daquele valor negativo. A gente teria que buscar a
490 suplementação de fonte financeira. Nesses gráficos aqui, nós temos – excluindo Força
491 Família, como foi combinado na plenária passada – aqui tem o valor total do orçamento,
492 exclusive Força Família. Na Fonte 71 e na Fonte 56, qual que é o valor que já está empenhado
493 e valor a empenhar no terceiro trimestre. Em cada uma das fontes, eu estou utilizando como
494 referência o valor autorizado para utilização que é o quê? Estou excetuando o valor que está
495 contingenciado no Decreto nº 48.132 e o valor, de fato, que temos uma explicativa de receita
496 lá no orçamento de R\$ 3.500 milhões da Fonte 56. Temos efetivada a receita de R\$
497 1.318.400,05 até o mês de setembro, então esse valor da Fonte 56 está considerando este
498 valor da receita efetivada. A gente está fazendo percentual para vocês terem uma dimensão
499 mais realista da execução da despesa, de acordo com os limites que são dispostos nas
500 normas em geral. Aqui a gente vai entrar nas ações especificamente. Aqui na Fonte
501 Aproximação Suas, nós tivemos as anulações/suplementações de R\$ 19 milhões ao todo. Isso
502 aqui é um consolidado do ano. Estou trazendo para vocês terem uma dimensão sem a
503 execução em si. O saldo orçamentário final de cada uma das fontes. A gente teve aqui a
504 suplementação, destaque na suplementação da Fonte 60 do Aproximação Suas, que está
505 (trecho incompreensível) [00:58:55] para a gente fazer a execução 3º trimestre. Teve uma
506 outra suplementação agora que já vai entrar no 4º trimestre que é R\$ 1 milhão, pouco menos
507 de R\$ 2 milhões, que é na Fonte 71, que a gente conseguiu esse recurso para complementar
508 os repasses desse ano, de acordo com a meta inicialmente prevista. “Durante o terceiro
509 trimestre do Aproximação Suas, as temáticas apresentadas foram “Serviço de Convivência e
510 Fortalecimento de Vínculos” e PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
511 Participaram desta ação municípios integrantes do Programa Percursos Gerais, da Regional
512 Teófilo Otoni, Salinas e Diamantina, além da participação, como ouvintes, de outros
513 municípios destas regionais. As ações apresentam boa avaliação por parte dos municípios
514 participantes e segue com a execução baseada no planejamento participativo de todos os
515 envolvidos (Estado e Municípios).” A gente tem alguns destaques por fonte. Na Fonte 10,
516 quando a gente está falando dessas suplementações/anulações, gente, um destaque porque
517 o IPU é 8, esses valores anulados eram das emendas. Eu acho que desde o primeiro trimestre
518 isso está bem claro nas apresentações. Tem um limite de R\$ 1.000,00 disposto no DPO, que
519 é o Decreto nº 48.132/2021. Tem uma anulação nesse trimestre de R\$ 50 mil em 18 de agosto,

520 nesse trimestre que nós estamos tratando aqui. Em relação à Fonte 60, os repasses aos
521 municípios está planejado para o quarto trimestre. Inclusive o pessoal já está preenchendo os
522 Planos de Serviços. Na Fonte 56, nós temos a Execução de diárias de Viagens/Passagens no
523 valor total de R\$ 1.593,80. A meta física executada são 35 (74,46%) são os municípios
524 recebendo o apoio técnico. E a meta física pactuada, 47. Com essa a gente conseguiu esse
525 valor adicional para repasse para esses outros 12 municípios e, a partir de agora, já estão
526 incluídos também nas ações de capacitação e apoio técnico. Alguma dúvida nessa ação,
527 gente? Se vocês quiserem fazer algum comentário por ação, é só avisar que discutimos. Ação
528 1066 – Auxílio Emergencial temporário para famílias beneficiadas do programa bolsa família
529 em decorrência da propagação do coronavírus. Nós temos aqui na Fonte 71 um crédito inicial
530 de R\$ 1.000,00 e aí teve a suplementações/anulações. Inicialmente foi suplementado o valor
531 de R\$ 651.363.410,25 na Fonte 71. E, depois, para ajuste das fontes foi suplementado mais
532 R\$ 340 milhões na Fonte 95 e R\$ 36.826.466,29 na Fonte 99. Nosso contrato tem o valor total
533 de R\$ 651.363.410,25 que é o valor que está planejado para utilização de fato. “Foi publicada
534 a Lei Estadual nº 23.801, que cria o Programa Recomeça Minas e dá outras providências. O
535 referido dispositivo legal cria, em seu artigo 27, o benefício financeiro denominado “Força
536 Família”, que consiste no pagamento de R\$ 600,00, em parcela única, às famílias em situação
537 de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único.” Lembrando que esse valor de R\$ 651
538 milhões abarca todas essas famílias da base de dados que foram contempladas, que foram
539 estimadas para recebimento. O valor abarca o atendimento a todas essas famílias. Na Fonte
540 95 nós temos suplementação de R\$ 340 milhões em 29 de agosto. Na Fonte 99,
541 suplementação de R\$ 33.717.966,29 em 29 de agosto. E uma suplementação de R\$
542 3.108.500,00 em 11 de setembro. O pagamento estava planejado para outubro, já vai entrar
543 na próxima prestação de contas. Autorização para execução do valor de R\$ 651.364.410,25
544 distribuído nas Fontes 71, 95 e 99. Ok, gente? Ação 4129 – Capacitação, Apoio Técnico e
545 Gestão do Suas. Nós tínhamos de crédito inicial da Fonte 56 R\$ 798.000,00.
546 Anulações/suplementações R\$ 186.466,00 na Fonte 71, refere-se a um recurso de capital que
547 foi descontingenciado pela Cofin, que foi autorizado pela Cofin, para complementação do
548 contrato de desenvolvimento dos Planos de Serviços e integração por GRP, que é o sistema
549 que vai substituir o SIAFI. E a gente vai precisar dessa integração para conseguir rodar no
550 ano que vem, para conseguir fazer as transferências a partir do próximo ano. Foi
551 suplementado, já estava contratado desde o ano passado esse desenvolvimento, que é o
552 mesmo contrato que a gente está desenvolvendo, mudou o Plano de Serviços. E em relação
553 à Fonte 56, essa suplementação refere-se a uma despesa de capital também para compra de
554 itens de capital que estavam previstos na gestão do Suas, que eram os computadores e que
555 já estão empenhados. E outros processos de compra que estavam em andamento, a gente
556 precisa do recurso orçamentário para instrução do processo com projetores, eram questões

557 que estavam no planejamento de compras desde o início do ano. Esse valor da Fonte 71,
558 expliquei aqui essa suplementação. E na Fonte 56, um destaque para que o orçamento está
559 baseado naquela expectativa de receita que não se concretizou totalmente. Eram R\$ 3.500
560 milhões, até o terceiro trimestre tinha R\$ 1.300 milhão, que é o valor que eu passei na primeira
561 tela. Não sendo possível utilizar a totalidade do saldo disponível. Para a gente usar,
562 precisamos fazer essas suplementações financeiras. A execução dos pagamentos
563 executados nessa ação foram, neste trimestre: Estagiários – R\$ 15.918,35; Diárias – R\$
564 3.464,70; Correios – R\$ 58,49; Prodemge – R\$ 3.665,52; Fonseas, anuidade – R\$ 15.000,13.
565 A meta física trimestral executada foi 8.190 pessoas, um percentual de 136,50% da meta
566 atingida, da meta anual atingida só neste trimestre. A meta acumulada é bem maior. A meta
567 física anual programada era 6.000. Aqui temos um detalhamento da Ação 4129, que foi
568 prestado apoio técnico e ofertadas ações de capacitação aos municípios do estado. Desde o
569 início da Pandemia da covid-19 todas as ações passaram a ser realizadas de forma remota.
570 Isso trouxe um lado positivo, que foi o maior alcance aos municípios e aos profissionais do
571 Suas, porém demandou novas habilidades dos profissionais. Aqui tem um consolidado das
572 ações realizadas por trimestre para vocês terem uma visão do todo. Nosso total está passando
573 de 20 mil atendimentos realizados nessa coluna. Aqui nós temos a dimensão do terceiro
574 trimestre, que é a meta distribuída nas ações efetivadas, que foi a maior parte concentrada
575 em apoio técnico/ atendimento técnico. Tivemos também oficina de apoio técnico.
576 Videoconferências e realização de capacitação introdutória. Em relação à Ação 4130 –
577 Proteção Social Especial de Média Complexidade. Nós tínhamos na LOA um crédito inicial da
578 Fonte 56 de R\$ 1.440.000,00, com anulações/suplementações R\$ 1.195.368,07 com saldo
579 orçamentário de R\$ 2.635.368,07 na Fonte 56. E na Fonte 71, um saldo inicial de R\$
580 3.425.985,00, com anulações/suplementações o valor final ficou em um saldo adicional de R\$
581 1.344.000,00. No saldo orçamentário final de R\$ 5.769.985,00. “No terceiro trimestre, a
582 Diretoria de Média Complexidade (DPMC) realizou as ações continuadas nos municípios
583 sobre serviços relacionados à média complexidade. Em razão da situação de calamidade
584 pública devido a covid-19, todas as ações de apoio técnico foram realizadas de forma virtual.
585 Nesse período, a DPSMC também participou das reuniões mensais de diversos
586 Comitês/Grupos.” Em relação à Fonte 71, a gente destaca que neste trimestre houve uma
587 suplementação de R\$ 1.104.000,00 em 17 de setembro, que foi decorrente do
588 descontingenciamento autorizado pela Cofin e remanejamento da Ação 4534 para pagamento
589 do passivo 2019 de Referências Técnicas e 2019/2020 de Centro Dia, que serão pagos nessa
590 ação da média complexidade. Em relação aos repasses, estão previstos para o quarto
591 trimestre: Centro Dia, Referências Técnicas, Creas Municipais cofinanciados, em um total de
592 R\$ 3.388.400,00 referentes a 2019, 2020 e 2021. E os repasses ocorrerão após devido
593 preenchimento dos Planos de Serviços pelos municípios contemplados. A meta física

594 executada foram 26 municípios, 81,3% e a meta física pactuada são 32. Aqui tem o
595 detalhamento da execução item a item. Vocês querem que eu leia um por um? Acho que o
596 destaque aqui se concentra na MGS, o maior valor efetivado no trimestre e foi pagamento de
597 R\$ 591.441,83. Temos despesas também com Prodemge, Cemig, Copasa, Aluguéis, locação
598 de veículos, abastecimento, Oi, Claro, Gestão de Documentos, Gerenciamento de Frota,
599 Diárias/Passagens, Pronto pagamento. Essa execução abarca também, lembrando que essa
600 ação que estão as despesas para a gestão dos Creas estaduais. Ação 4131 – Proteção Social
601 Especial de Alta Complexidade. Nós temos a LOA inicial prevista R\$ 360 mil na Fonte 56. E
602 R\$ 7.395.233,00 na Fonte 71. Com anulações/suplementações, ambas as fontes. “Neste
603 terceiro trimestre a Diretoria de Proteção Social de Alta Complexidade prosseguiu com as
604 ações de monitoramento e a avaliação dos 29 Termos de Colaboração celebrados com 29
605 OSCS no estado. As OSCS ofertam a proteção integral aos usuários do serviço, atendendo
606 as normativas vigentes, garantindo assim a proteção integral aos residentes nas unidades de
607 acolhimento institucional. A Sedese está em dia com o repasse das parcelas previstas nos
608 Planos de Trabalho dos termos de Colaboração.” Em relação à Fonte 71, houve a
609 suplementação de R\$ 1.560.000,00 em 17 de setembro, referente ao descontingenciamento
610 e remanejado da Ação 4534 para pagamento do passivo 2019 e 2020 de Residência Inclusiva.
611 A Execução do 3º trimestre foi de R\$ 453.856,12 para o pagamento da Casa Lar, que são
612 dessas parcerias. E os Repasse previstos para o 4º trimestre. Há um repasse previsto para o
613 4º trimestre de Residência Inclusiva, para aquelas 13 unidades cofinanciadas que o pessoal
614 está preenchendo os Planos de Serviços. São 9 municípios abarcados em um total de R\$
615 2.340.000,00 referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021. Destacando aqui que a gente está
616 retomando esses pagamentos que estavam em atraso. Nós estamos retomando os
617 pagamentos, tanto da Residência Inclusiva como Centro Dia, referências técnicas e Creas
618 municipais cofinanciados e os acertos de 2019, 2020 e fazendo o pagamento de 2021. A gente
619 já está no processo de os municípios preencherem os Planos de Serviços e a gente já está só
620 aguardando se está tudo ok para chegar com tudo ok para realizar os pagamentos. Os
621 repasses ocorrerão com o devido preenchimento dos Planos de Serviços pelos municípios
622 contemplados. **CRISTIANO, SEDESE:** Roberta, posso fazer um comentário? **ROBERTA,**
623 **SEDESE:** Oi. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia, pessoal. Só completar isso que a Roberta
624 falou. Ontem, na reunião conjunta, o (áudio ruim) [01:14:07] sobre a execução financeira de
625 R\$ 453 mil, do Programa Casa Lar, que envolve também essas 29 parcerias que temos (áudio
626 ruim) [01:14:19] a gente explicou que esses repasses, para essas 29 parcerias de Casa Lar,
627 elas seguem um cronograma de desembolso e o cronograma de desembolso não é (áudio
628 ruim) [01:14:40], então essas parcelas que foram executadas no terceiro trimestre (áudio ruim)
629 [01:14:45] para essas unidades previstas. Cronograma de desembolso (áudio ruim) até agora,
630 se não me engano, Roberta, (áudio ruim) [01:14:56] a maioria das unidades é o pagamento

631 da parcela agora em outubro. Porque esses pagamentos (áudio ruim) [01:15:04]. **IVONE,**
632 **COGEMAS:** O som está muito ruim, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Meu Deus. Só para
633 explicar isso, que o pagamento que o cronograma de desembolso e que a parte dos
634 pagamentos acontecem agora em outubro. Vocês conseguiram ouvir? Acho que ficou claro,
635 Roberta, qualquer coisa você completa aí. Mas é isso. Obrigado. **ROBERTA, SEDESE:**
636 Gente, vocês estão me ouvindo? Vocês conseguiram ouvir o Cris? Ele estava falando aqui
637 que a gente está seguindo o cronograma de desembolso. Já destaquei nessa apresentação
638 também, Cris, tem essa parte aqui. Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social. Crédito
639 inicial da LOA era R\$ 54 milhões. Houve suplementação de R\$ 31.526.654,60 referente ao
640 valor das parcelas do Recurso Extraordinário para combate à covid-19. A Execução do Piso
641 Fixo e Recurso Extraordinário neste trimestre foi de R\$ 15.808.002,20. No consolidado a gente
642 já executou, as parcelas estão todas em dia. Está tudo, o repasse está sendo feito de forma
643 tempestiva para todos os municípios que estão em situação de regularidade. “No terceiro
644 trimestre foi realizado contato e apoio técnico aos 853 municípios para preenchimento da
645 prestação de contas referente ao exercício de 2020 (prazo: 30 de agosto). A equipe elaborou
646 um ofício circular informativo e um tutorial em vídeo para suporte, além do apoio técnico
647 individualizado. Além disso, no mês de julho, o Plano de Serviços do Piso Mineiro Fixo e o
648 Termo Aditivo referente aos recursos extraordinários para enfrentamento dos efeitos da covid-
649 19 foram disponibilizados para os municípios. A equipe atuou na orientação para esse
650 preenchimento por meio de apoio técnico, além de elaborar um manual e um tutorial em vídeo,
651 disponibilizados aos municípios. O prazo para preenchimento era 18 de outubro. Além dessas
652 ações, foi realizado apoio aos municípios para atualização dos dados e cadastro dos novos
653 gestores no Cagec – Cadastro Geral de Convenientes do estado de Minas Gerais e no suporte
654 ao preenchimento da prestação de contas de 2017, 2018 e 2019, para possibilitar o
655 pagamento das parcelas daqueles ainda em situação de irregularidade. Ademais, a equipe
656 tem acompanhado o desenvolvimento do módulo de Planos de Serviços de projetos e
657 programas.” Neste trimestre o foco foi isso. Alguma dúvida, gente? Ação 4133 – Apoio ao
658 Controle Social e à Gestão Descentralizada. Nós tínhamos a LOA, crédito inicial de R\$ 860
659 mil na Fonte 56, R\$ 914.180,00 na Fonte 71, sendo anulações/suplementações. “Durante o
660 terceiro trimestre, as reuniões da CIB e do CEAS, além das Comissões Temáticas e da Mesa
661 Diretora do CEAS foram realizadas de maneira virtual.” A gente destaca que nesse período,
662 acho que a gente está falando, foi realizado o empenho das despesas com os contratos de
663 organização e execução do evento *on-line* da Conferência e relatoria da Conferência. Não foi
664 pago porque a gente só pode pagar depois que finaliza a prestação de serviços, isso vai entrar
665 no quarto trimestre. A Fonte 71, nós temos um valor disponível para efetiva utilização afetado
666 pelo contingenciamento de R\$ 9.808.798,00 do Decreto nº 48.132. E a Fonte 56, nós temos
667 um orçamento baseado em expectativa de receita que não se concretizou, não sendo possível

668 utilizar a totalidade do saldo disponível. A Execução foi R\$ 11.864,87 referente a degravação.
669 Valor de Impostos de R\$ 4,67 e Diárias/Passagens R\$ 564,50. O empenho das despesas com
670 os contratos de organização e execução do evento online da Conferência e relatoria da
671 Conferência. Ação 4535 – Rede Cuidar Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Suas.
672 Temos um crédito inicial da LOA de R\$ 10 mil. Uma suplementação na Fonte 60, que é a da
673 loteria, de R\$ 7.250.000,00. “No terceiro trimestre, após anúncio de aporte de recurso pelo
674 Acordo da Vale, foram novamente pactuados, em plenárias da CIB e CEAS, os critérios de
675 elegibilidade e partilha dos recursos do Programa Rede Cuidar, de modo a contemplar um
676 número maior de unidades e indicar a locação do recurso de forma integral.” Destaque, gente,
677 que esse aporte de recursos foi efetivado, de fato, no mês de outubro por isso não está
678 contemplado nessas suplementações listadas, ele é na Fonte 71 e o valor R\$ 8.500.000,00
679 para este ano de 2021. Os repasses estão previstos para o quarto trimestre. Já estamos
680 fazendo as ações necessárias, os contatos com as entidades para que tudo ocorra em tempo
681 hábil e os repasses ocorram normalmente. Ação 1049 – Ações Assistenciais para idosos e
682 população em situação de rua enfrentamento a covid-19. É uma Janela Orçamentária sem
683 execução física ou financeira. O Piso Mineiro de Assistência Social Variável que a Ação 4534
684 tinha um crédito inicial de LOA de R\$ 9.232.951,00. Houve anulações aqui referentes à
685 autorização de descontingenciamento da Cofin. A gente passou esses recursos
686 prioritariamente para as Ações 4130, 4131, para pagamento dos Termos de Aceite que a gente
687 conseguiu retomar agora, o pagamento referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. O valor
688 disponível para efetiva utilização foi afetado pelo contingenciamento de R\$ 9.808.798,00, do
689 Decreto nº 48.132, dessa forma, não é possível utilizar o saldo orçamentário para o objeto
690 proposto. Houve anulação de R\$ 2.850.466,00 em 17 de setembro, que foi descontingenciado
691 por meio de autorização da Cofin e remanejado para a Ação 4131, dos passivos de 2019/2020
692 de Residência Inclusiva; e Ação 4130, de passivo 2019 de Referência Técnica e passivo
693 2019/2020 de Centro Dia. E para a Ação 4129 para pagamento do GRP. Aqui é um
694 consolidado da Execução Orçamentária do Terceiro Trimestre, por Fonte. Aqui tem um gráfico
695 que mostra, o azul foi a Execução Financeira, o que foi empenhado no primeiro trimestre, o
696 que foi empenhado no segundo trimestre e o que foi empenhado no terceiro trimestre. A gente
697 excluiu o valor do Força Família porque orçamentário geralmente joga lá para cima e a
698 Execução Financeira lá embaixo porque foi aquela demanda da plenária passada para vocês
699 conseguirem ver de forma mais efetiva o que aconteceu, de fato, neste orçamento. A
700 Execução geral do empenho: foi executado 64% e a executar 36% do valor autorizado. As
701 considerações: Todas as despesas realizadas foram de acordo com a finalidade do recurso
702 para a qual foram destinadas, buscando-se a consonância com o Plano de Aplicação de
703 Recursos (Resolução CEAS nº 703/2020). Pelo princípio orçamentário da Unidade, “o
704 orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um orçamento para dado exercício

705 financeiro e para determinado ente, contendo todas as receitas e despesas apresentando-se
706 de modo integrado e não segmentado” (art. 2º da Lei nº 4.320/64 e pelo § 5º do art. 165 da
707 CF 88). O Decreto nº 48.205/2021 prorrogou o estado de calamidade pública em todo o
708 território estadual até 31 de dezembro de 2021. O Decreto nº 48.132/2021, que estabeleceu
709 os limites para programação orçamentária em 2021, contingenciou R\$ 9.808.798,00 da Fonte
710 71, não sendo possível efetiva utilização de todo o saldo orçamentário disponível. O
711 Orçamento inicial da Fonte 56 previsto na LOA de R\$ 3.540.000,00 foi baseado em expectativa
712 de receita que não tem se concretizado. O valor arrecadado na Fonte 56, de janeiro a
713 setembro foi de R\$ 1.318.400,05. Logo, neste cenário, R\$ 2.221.599,95 do saldo orçamentário
714 desta fonte não podem ser utilizados.” Em consonância com o que está no orçamento. É isso.
715 Aberta para dúvidas. E o Daniel também vai apresentar a súmula agora, porque acho que têm
716 alguns comentários, as discussões que já foram tratadas ontem. **DANIEL - CEAS:** Perfeito,
717 Roberta. O Sávio se inscreveu. **SÁVIO, CMAS BH:** Para agora, então? Eu acho o seguinte,
718 não é a primeira vez que discutimos prestação de contas no estado, estamos terminando a
719 gestão de dois anos. Eu queria chamar atenção para dois aspectos aqui: primeiro, a questão
720 – não vou me alongar, não. Pelo início parece que vou contar uma história, não é, não. Pelo
721 que o Professor Edval, inclusive é uma pessoa que influencia e comenta e critica a
722 estruturação da Política de Assistência Social do Brasil, e ele fala que a política só se
723 desenvolve no meio democrático. Vamos analisar isso. O que quer dizer isso? Primeiro,
724 atendimento às deliberações de conferências é importante. A gente viu que pela prestação de
725 contas, e pelo ato de conferir, nós costumamos a chegar em uma efetiva estruturação de uma
726 deliberação. De uma aplicação de uma deliberação da política de Estado. A gestão do trabalho
727 é importante. A gestão do trabalho é importante ser implementada, estruturada, até
728 pagamento. A gente sabe que não está. Núcleos de Educação Permanente e mesa de diálogo.
729 São questões e são todas mesas democráticas onde têm os interessados aí. Isso que é
730 trabalhar em conjunto. Você traz para dentro do estado setores que normalmente não são do
731 estado, mas você vê que não existe a mesa de negociação. Não existe em gasto com gestão
732 do trabalho e o Núcleo de Educação Permanente de forma à deriva. Outra coisa, a
733 estruturação das Urcmas também não, em instâncias de controle social muito pouco dinheiro
734 com isso ou nada. A estruturação dos fóruns regionais e estaduais do trabalho, dos
735 trabalhadores, usuários e entidades, também não existe. Isso aí teria que gastar participação
736 popular, ela não nasce assim espontaneamente. Você tem que estruturar essas instâncias de
737 controle que são instâncias que ajudam a política. A política se desenvolve no meio
738 democrático, então é preciso ter essa estruturação. Outra coisa, a Maria Luiza Rizzotti que é
739 outra que trabalha muito sempre, é uma consultora do Conselho Nacional, do Ministério do
740 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi. E ela falava muito, ela define a assistência
741 social como luta política. Aí a gente vai ver a questão do orçamento do estado (áudio ruim)

742 [01:28:05]. **MARIA APARECIDA, FMUSUAS/BH:** Seu áudio está picando. **SÁVIO, CMAS BH:**
743 Tá picando? Não está dando para ouvir, não? **MARIA APARECIDA, FMUSUAS/BH:** Está.
744 Está muito longe. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu vou passar para outro. Depois eu volto. Eu vou tentar
745 arrumar isso aqui porque o que eu quero falar, eu queria que todo mundo ouvisse. Eu vou
746 tentar consertar aqui. Não adianta eu ficar falando aqui e vocês não entendendo nada.
747 **GABRIELE, SEDESE:** Eu estou ouvindo bem o Sávio, gente. **PRESIDENTE:** Eu estou
748 ouvindo bem também, Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Então eu vou continuar. É o seguinte, outra
749 questão, falei do Professor Edval, a política só se desenvolve no meio democrático e agora a
750 Professora Rizzotti, assistência social é luta política. Ela define dessa forma. A estruturação
751 da Política de Assistência Social é extremamente política. Isso quer dizer o quê? Você vai ter
752 que mexer no orçamento, não tem como. O estado arrecada R\$ 135 bilhões, é uma estimativa,
753 e quer gastar com a assistência social R\$ 80, R\$ 90 milhões, isso é muito pouco, gente.
754 Imagina, essa ordem de grandeza – é bom que todo mundo entenda – R\$ 135 bilhões, se o
755 estado gastasse R\$ 1 bilhão, que seria 10 vezes mais do que ele gasta, seria nem 1%, seria
756 1,3%, que é muito pouco também, mas não gasta R\$ 1 bilhão, gasta R\$ 80 a R\$ 90 milhões,
757 então não dá. É muito pouco dinheiro. A Política de Assistência Social requer que você faça
758 inversão de prioridades. Agora quero fazer inclusive uma pergunta: se o recurso que é do Piso
759 Mineiro é atualmente advém daquela fonte de produtos supérfluos, do Fundo da Miséria, o
760 dinheiro que era bancado... Fundo Mineiro está onde? Faz-se uma substituição apenas de
761 fonte? A fonte que entra para bancar a política, ela tem que entrar para somar e não para
762 substituir. O recurso era pago, mesmo que seja antes de 2017, era pago. Não de forma regular
763 e automático, mas era pago. Era um recurso, Piso Mineiro existe há muito tempo. E esse
764 recurso que era do estado, está onde? Porque o Piso Mineiro era bancado pelo Fundo da
765 Miséria, não é isso? Aí substitui um recurso pelo outro, tira um recurso e entra outro, isso não
766 adianta nada. Isso não passa, aumentaram os recursos, então tem que ver essa questão. Só
767 para vocês terem uma noção, Belo Horizonte o orçamento é R\$ 11 bilhões. Gasta-se R\$ 220
768 milhões com a assistência. Aí já dá para visualizar uns 2% do orçamento que é pouco também.
769 Crítico muito aqui. É muito pouco. Sem tem a implicação da política com a diminuição de grau
770 de pobreza e com a estruturação dos direitos sociais, pelo amor de Deus, isso é o que o Brasil
771 precisa. Precisa de gastar muito mais dinheiro. Eu ficaria por aqui. Lembrar que orçamento é
772 luta política. E quem tem condição de lutar? Se você não tem organizado os fóruns estaduais
773 e de usuários, de trabalhadores e de entidades, e as Urcmas, seriam os trabalhadores da
774 própria Sedese, que seriam as instâncias. Logicamente que quem tem um cargo é do governo,
775 mas quem não tem teria que ter uma organização suficiente para fazer essa crítica aí dentro
776 e o conselho daqui do lado de fora. Mas é muito pouca força ainda lutando para isso. Acho
777 que a política tem que problemas. Agora, eu não vou ficar aqui discutindo diária e passagem
778 de R\$ 500,00, negócio aí que é de R\$ 4,00, pelo amor de Deus. Isso é mixaria demais. Se R\$

779 80, R\$ 90 milhões já é uma mixaria, vou ficar discutindo aqui R\$ 500,00 de diária? O que é
780 isso? É muito pouco, então fica a minha crítica a todo e qualquer abordagem, mesmo que seja
781 nesse nível mínimo, insuficiente de recurso. Naturalmente isso tem um rebatimento na
782 realização e na viabilização do Plano Decenal. Nós sempre vamos ficar atrasados com relação
783 à viabilização do Plano Decenal. Enquanto mesa de diálogo, mesa do trabalho e núcleos de
784 educação permanente já estão de vento em popa com estruturação de profissionais para
785 cuidar dessas coisas todas, aqui está ainda muito pouco. Daqui a pouco a gente passa para
786 o plano 2026 a 2036 e a gente não viabilizou nem o de 2006 a 2016, porque o primeiro tratou
787 mais da universalidade sendo que a gente precisa de 30, 40 Creas no estado, pelo número
788 de pessoas que os quatro atendem, haveria necessidade de, mais ou menos, 10 vezes mais
789 que isso. E a gente não (trecho incompreensível) [01:33:23] ainda está atrasado, que foi a
790 tônica do primeiro plano. O segundo plano é a qualificação, mas qualificar, o que ainda não
791 foi implantado fica difícil. Vai ficando cada vez mais complicado, então é preciso mudar
792 completamente a forma e a pressão para que o orçamento realmente venha para a Política
793 de Assistência Social do estado. Ok. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sávio. Vou pedir para o Daniel
794 apresentar a súmula agora. **DANIEL - CEAS:** Claro. Obrigado, Presidente. A gente vai
795 apresentar a súmula e, logo depois, a gente vai só conferir novamente o *quórum* e abrir para
796 votação. Agradecer todas conselheiras, todos conselheiros de ontem, a Subas e a própria
797 Roberta, que nos auxiliaram na reunião e na sumula também. Vou ler e, caso queiram fazer
798 algum complemento ou algo do tipo, podem ficar à vontade. Vamos em frente. “Pontos
799 levantados na discussão: Apresentei o relatório produzido pela Jeane Araújo e, à medida que
800 os questionamentos foram feitos por meio dos conselheiros e conselheiras do CEAS, foram
801 sendo respondidos por meio da Subsecretaria de Assistência Social.” A gente vai passar ação
802 por ação. Ficou com três páginas de súmula, mas eu vou ler rapidinho. “Ação 1059 –
803 Aproximação Suas teve como destaque, dentre outros no relatório, os seguintes pontos:
804 percentual de anulação significou 83% do valor pactuado na LOA. O valor do orçamento com
805 alterações resultou em um percentual de 17%. Em relação à execução física o percentual
806 atingiu 74,5% significando o alcance de 35 municípios atendidos. No que tange a execução
807 orçamentária e financeira, o empenhado foi de 0,1% e não havendo liquidado e pago. Sobre
808 a referida ação, não ocorreram questionamentos por parte das conselheiras e dos
809 conselheiros. Ação 1066 – Auxílio Emergencial Temporário para Famílias Beneficiadas do
810 Programa Bolsa Família em Decorrência da Propagação do Coronavírus. Teve, dentre outros,
811 o seguinte ponto de destaque: Execução orçamentária e financeira - Empenhado 63,4%. Não
812 houve execução de despesas. Não apenas foi levantada a dúvida sobre o valor da ação, cuja
813 suplementação foi no valor de R\$ 1.028.189.876,54. Após questionamento, Roberta
814 Figueiredo explicou que foi suplementado o valor de outras fontes e que poderá ocorrer uma
815 anulação para ajuste do valor, uma vez que o valor autorizado para execução financeira é de

816 R\$ 651.363.410,25. Ainda, a Vice-Presidente Mariana de Resende Franco explica que a
817 execução do valor começou em outubro e o Conselheiro Elder Gabrich explicou a forma de
818 cálculo do valor. Ação 4129 – Capacitação, Apoio Técnico e Gestão do Suas. Dentre outros,
819 teve o seguinte ponto de destaque no relatório: quanto à execução orçamentária e financeira
820 o percentual empenhado atingiu 12,3%. O percentual liquidado e pago foi de 3,3% *Atenção
821 para a baixa execução. Ocorreu a explicação, por parte da Subas, sendo que foi ressaltado
822 que o contrato ainda será assinado e que, em função dos trâmites do serviço público, não
823 iniciará imediatamente o pagamento financeiro, uma vez que é necessário o serviço por parte
824 da empresa prestadora, para posterior pagamento. Ademais, teve a consideração do
825 Conselheiro Márcio Caldeira questionando sobre o formato das capacitações. A Vice-
826 Presidente Mariana de Resende explicou que a quantidade de pessoas participantes no
827 modelo presencial é menor, mas a participação é diferenciada, sendo que se pretende mesclar
828 as duas modalidades, à distância e no modelo presencial, no ano subsequente. Ação 4130 –
829 Proteção Social Especial de Média Complexidade. A Vice-Presidente Mariana de Resende
830 explicou que foram retomados os pagamentos dos passivos em atraso e que serão pagos até
831 dezembro. O Conselheiro Cristiano de Andrade ressaltou que ocorreram diversas reuniões
832 com os gestores municipais, que os municípios já estão preenchendo os Planos de Serviços
833 e que a previsão é que as questões relativas à ação serão resolvidas até o mês subsequente
834 a essa reunião. Ação 4131 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Teve enquanto
835 questionamento do Conselheiro Márcio Caldeira sobre um possível de descasamento entre a
836 meta física pactuada, que atingiu 98,9% e a execução financeira, sendo que o empenhado
837 apresentou 5,2%, liquidado 4,2% e o pago 4,2%. Após questionamento, o Conselheiro
838 Cristiano de Andrade explicou que as parcerias para acolhimento das pessoas da antiga
839 Febem, que 24 são Apaes e 5 outras parcerias, totalizando 29, têm seus pagamentos
840 realizados por meio de termos de colaboração e eles possuem um cronograma de desembolso
841 que não são mensais. No que tange às Casas Lares, são de 5 em 5 meses e para as demais
842 são para 4 meses. Ainda esclareceu que se não está aparecendo a despesa é porque não
843 houve cronograma previsto no mês em questão e que desde 2019 tem sido pago todas as
844 parcelas em dia, de acordo com cronograma de desembolso. Roberta Figueiredo
845 complementou informando que houve também suplementação de recursos nesta ação para
846 pagamento dos Termos de Aceite referentes a 13 residências inclusivas dos anos de 2019,
847 2020 e 2021, cujos Planos de Serviços estão sendo preenchidos pelos municípios
848 contemplados para pagamento em dezembro. Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social
849 – A Vice-Presidente Mariana Resende reforçou sobre a dificuldade do desenvolvimento de
850 Plano de Serviços. Ressaltou também que ocorreu publicação de novo Decreto do Fundo
851 Estadual de Assistência Social e que isso possibilitou programas e projetos de fundo a fundo.
852 Citou o exemplo da Rede Cuidar que tem sistema próprio e que hoje não seria mais necessário

853 sistema próprio. Ainda ressaltou a necessidade de um sistema para a operacionalização e que
854 seu desenvolvimento tem exigido um grande esforço, bem como foi exigido na elaboração do
855 novo decreto. Por fim, explicitou que no ano subsequente será possível um reajuste no piso,
856 já que há mais de 10 anos tem-se congelado o valor e foi possível novo aporte. Ação 4133 –
857 Apoio ao Controle Social e à Gestão Descentralizada. Teve como ponto de atenção em
858 relatório, dentre outros pontos, percentuais de execução orçamentária e financeira –
859 empenhado 5,4%; liquidado 0,7% e pago 0,7% *Atenção para a baixa execução. A Vice-
860 Presidente Mariana de Resende explicou que a execução financeira dependa da execução
861 contratual, sendo que ainda são necessários produtos finais da empresa de organização, tais
862 como os certificados e são necessárias as entregas da relatoria. Após tais entregas, os valores
863 serão pagos. Ainda ressaltou que ficou pactuado a confecção de um Plano Anual de
864 Capacitações e reuniões descentralizadas, sendo reforçada sua necessidade por meio do
865 Conselheiro Lucas Ribeiro, especialmente no que tange aos fóruns e as Urcmas. A Vice-
866 Presidente ainda ressaltou que ocorreu a discussão na Mesa Diretora e que seria assunto da
867 plenária no dia subsequente, um plano de capacitação para os novos conselheiros. Ação 4534
868 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável. Teve como ponto de atenção do relatório que
869 não houve execução orçamentária, financeira e física. A Conselheira Ivone Pereira questionou
870 sobre a não execução e a vice-presidente explicou que foi em função do corte de orçamento
871 e à falta de regulamentação do Piso Variável, sendo que atualmente o governo estadual possui
872 dificuldade de executar recursos nessa ação e que o passivo está sendo executado na ação
873 de proteção social. Neste ponto, o Conselheiro Cristiano de Andrade esclareceu que os gastos
874 estão sendo realizados nas Ações 4130 e 4131, o que auxiliou na execução dos passivos. A
875 Conselheira Ivone, então, perguntou se não haveria execução neste ano, cuja resposta da
876 Subas foi que não haveria para este ano. No que tange à meta física, foi explicado que
877 provavelmente uma proposta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, que
878 aparentemente foi incluída, mas que seria necessário atrelar a meta física à meta financeira.
879 Roberta Figueiredo complementou que ocorreu a publicação do Decreto nº 48.132/2021, que
880 impôs limites a todas as unidades orçamentárias e inviabilizou qualquer desenvolvimento de
881 ação do Piso Variável. Ação 4535 – Rede Cuidar, Aprimoramento da Rede Socioassistencial
882 do Suas. Teve o destaque de que a planilha nos mostra que não houve execução física,
883 orçamentária (empenhado, liquidado e pago). E que consta na justificativa o seguinte: as
884 entidades serão beneficiadas no quarto trimestre, quando está previsto o repasse dos valores
885 referentes à rodada 2021 da Rede Cuidar. Ainda, desde a celebração da parceria, o valor de
886 mercado dos itens a serem adquiridos pelas entidades sofreu grandes alterações devido ao
887 aumento dos índices inflacionários, o que levou as unidades parceiras solicitarem aditamento
888 dos termos de colaboração, a fim de adequar a execução do objeto com a realidade de
889 mercado. O Conselheiro Élerson da Silva referendou a análise e relatou sobre a situação da

890 tentativa de implementação de brinquedoteca e sala privativa para os técnicos, na Cáritas,
891 mas quando conseguiu o validar, o valor já estava acima ao do Plano de Trabalho. A vice-
892 presidente explicitou que no âmbito da Sedese houve grandes mudanças na equipe da Rede
893 Cuidar, sendo que o Conselheiro Élerson explicitou que as comunicações via SEI e a
894 formalização de parceria têm sido positivas para dar maior legalidade aos procedimentos.
895 Após consideração do Conselheiro Márcio Caldeira sobre a origem do recurso, questionando
896 se era da Loteria, a vice-presidente confirmou e explicitou da expectativa de pagar tudo até o
897 final deste ano. Por fim, o Conselheiro Cristiano de Andrade reforçou as limitações no que
898 tange à operacionalização da Rede Cuidar e expôs os desafios de executar uma grande carga
899 de trabalho, ainda que com equipe reduzida. Ação 1049 – Ações Assistenciais para Idosos e
900 População em Situação de Rua Enfrentamento à covid-19. Teve a consideração em relatório,
901 dentre outras, que o consolidado mostrou que não houve execução orçamentária, financeira
902 e física. Ainda, demonstrou que tem um saldo total nas contas estaduais de cofinanciamento
903 federal no trimestre de R\$ 6.143.646,03. Ao ser questionado sobre o saldo, Roberta Figueiredo
904 informou que não é um recurso novo, que é o saldo dos anos anteriores mais o saldo deste
905 ano. Por fim, o encaminhamento foi pela recomendação de aprovação da prestação de contas
906 do terceiro trimestre, com indicação de elaboração de um plano anual estratégico de
907 fortalecimento do controle social – Ação 4133.” É isso, Presidente. **PRESIDENTE:** Daniel,
908 obrigada. O Sávio está inscrito. **SÁVIO, CMAS BH:** Uma coisa que eu estava esquecendo é
909 o volume do contingenciamento.... Eu vou te falar, viu, é um dispositivo legal, mas que sempre
910 representou uma porcentagem muito pequena em orçamentos públicos. Você não pode
911 contingenciar metade do orçamento, que adianta você fazer? Eu gostaria de saber o valor
912 desse contingenciamento, eu acho que ele superou completamente tudo que eu imaginava. É
913 de se preocupar que um recurso significativo, no mínimo, poderia estar dizendo isso, foi
914 contingenciado, foi cortado legalmente, então fica complicado. Como é que você faz
915 orçamento desse jeito? A relação, por exemplo, do orçamento com a execução financeira tem
916 que partir do que foi contingenciado. Tem que partir do que não foi contingenciado. Tem que
917 partir do que foi orçamento execução financeira foi em 80%. Vamos supor, execução
918 financeira foi em 70%, porque foi contingenciado e 15% porque não deu conta, porque o
919 recurso entrou em dezembro, não deu tempo de efetivar. A relação do que foi efetivado não
920 pode ser, em relação ao que sobrou, após o contingenciamento. Tem que ser com relação ao
921 orçamento, entendeu? Porque assim fica fácil. Essa porcentagem de falar que foi efetivado
922 80%, 70% e que foi orçado, desde que seja de um valor orçado mesmo e não de um valor
923 orçado menos o contingenciamento. O contingenciamento é uma coisa preocupante também
924 porque, dessa vez, foi demais. É essa observação que eu queria fazer. **PRESIDENTE:** Ótimo,
925 Sávio. Não sei se alguém da Sedese gostaria de fazer algum comentário em cima da
926 colocação do Sávio? **ROBERTA, SEDESE:** Eu posso fazer, sim. Em relação à primeira fala

927 dos valores que foram pagos, do orçamento anterior, temos uma realidade que é pendências
928 de pagamentos desde 2016 do Piso Mineiro. Faltam duas parcelas a serem pagas do ano de
929 2016. No ano de 2017 faltam nove parcelas, só três parcelas foram pagas. Em 2018, nenhuma
930 das parcelas foi paga. Antes isso já era considerado Fonte 71. Já não tinha a Fonte 10 mesmo,
931 mas os recursos estão sendo pagos de forma tempestiva hoje, a parte da Fonte 71 que já era
932 mesmo utilizada. 2020 a gente não tem nenhum débito. A gente está tentando já sanear
933 aquele acordo do início da pandemia de 2019 também. E a gente está tentando manter esse
934 pagamento com alocação do recurso que já era natural, que já era utilizado anteriormente,
935 mas o pagamento a gente vê que antes não tinha nenhum outro recurso que estava sendo
936 efetivamente alocado no piso. A gente conseguia essa constância, eu acho que também é um
937 esforço de priorização que está acontecendo agora. Eu vejo que a Mariana se esforça muito
938 para conseguir, a cada dia mais, essas retomadas. O tanto que ela se esforçou agora para
939 conseguir o aumento também da alocação de recurso do piso para que vai viabilizar o ano
940 que vem a alocação desse recurso adicional. Em relação ao contingenciamento, eu concordo
941 com o que o Sávio falou. Esse percentual costuma ser recorrente. Eu não consigo trazer a
942 análise do percentual que foi contingenciado nos anos anteriores, mas é uma normativa legal
943 que ela é recorrente mesmo. E, realmente, Sávio, a gente queria que não fosse nada
944 contingenciado. Mas fazer também a estimativa da execução depois de sair uma normativa
945 que a gente não tem autorização para gastar aquele recurso, assim, igual: “Você não pode
946 gastar.” É como se ... Não dá uma visão clara para vocês do que realmente está sendo
947 efetivado. Porque não adianta a gente falar de 100%, considerando uma parte que a gente
948 não tem autorização também para, legalmente, publicar, de forma legal e formal, de que a
949 gente não pode utilizar, mas eu tento. Na minha apresentação tem aquele consolidado inicial
950 que a gente trouxe o valor efetivo do contingenciamento, que foi colocado lá no decreto,
951 justamente para dar mais transparência para vocês nesses processos também. E se precisar
952 de alguma adequação que vocês queiram alguma informação específica, a gente traz.
953 Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Roberta. O Márcio está inscrito, mas o Sávio se inscreveu
954 de novo. Eu acho que era para dar continuidade a esse ponto específico, não é? **SÁVIO,**
955 **CMAS BH:** É. Só gostaria de falar nesse momento... Obrigado, Presidente, sobre isso.
956 Roberta, eu compreendo. Eu sei o que está sendo passado. Eu sei exatamente o que
957 acontece, mas eu estou defendendo aqui, sempre defendi, é a política de Estado. Não estou
958 falando de política de governo. O governo anterior não pagou, deixou de pagar. Não estou
959 querendo entrar nisso. E se ele não pagou, eu estava no Conselho Municipal de Assistência
960 Social e a crítica foi pesada também. Isso aí pode ficar tranquila. A consciência da gente está
961 na defesa para uma política de Estado e não para uma política de governo. Inclusive, o
962 Professor Edval fala sobre isso, ele tem um texto sobre isso. Ele escreve várias teses. Ele
963 falou que jamais um conselho pode se submeter aprovar uma previsão orçamentária, cujo

964 governo coloque limites orçamentários. Tanto é que tem uma diferença entre plano estadual
965 de assistência social e PPAG estadual. PPAG é política de governo. É o que o governo dá
966 conta, agora, o plano não. O plano tem que colocar lá que a gente precisa construir 20, 30, 40
967 Creas. O plano tem que ser honesto com a necessidade. Eu defendo isso e a gente não pode
968 se submeter aos ditames de limites orçamentários de governo. O governo coloca,
969 principalmente para a área de assistência social, limite está posto desde o início. Aí não
970 aceitamos, não, que é uma política que ainda precisa ser estruturada. O estado é um exemplo
971 disso. Eu não estou aqui criticando governo. Eu estou criticando a falta de empenho em
972 estabelecer no estado a política de estado. A luta é essa. Eu estou na assistência para
973 defender política de estado, Roberta, não é para defender política de governo, não. De jeito
974 nenhum. A gente tem que dar satisfação. Eu, como trabalhador, tenho que dar satisfação é
975 para o Creas, dar satisfação para o meu sindicato. E lógico, para o meu empregador também,
976 que é a prefeitura, mas na mesma proporção, na mesma importância. Entendeu? E para o
977 Fórum dos Trabalhadores também, tenho que dar satisfação. A gente fica muito tranquilo com
978 relação à autonomia do trabalhador. Eu espero que os trabalhadores da Sedese atuem nessa
979 perspectiva, porque é o único contingente capaz de fazer pressão fora o conselho. Porque os
980 fóruns estaduais de trabalhadores, de entidades e de usuários, e de Urcmas não estão
981 efetivados. Isso seria muito bom porque o estado, com a pressão – porque é muita política,
982 todo mundo sabe disso, o conselho é essencialmente uma instância política. Ele luta, luta,
983 luta, mas não é o suficiente, tanto é que até hoje, até hoje, estou falando de política de estado,
984 até hoje o estado não tem uma política de estado. Em que pese diversos tipos diferentes de
985 governo até então. **PRESIDENTE:** Muito pertinente a sua fala, Sávio. É importante mesmo.
986 Só queria ressaltar que o Fórum de Trabalhadores. O fórum estadual está em funcionamento,
987 apesar de todos os desafios que o segmento enfrenta. **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, mas ele
988 só vai funcionar mesmo se tiver os 22 fóruns regionais dos trabalhadores. **PRESIDENTE:** E
989 se tiver um cofinanciamento também. Esse mandato discutiu pouco isso, na verdade. Mas no
990 mandato passado discutiram muito. A Luanda saiu da reunião agora, mas **LUANDA, CRP/MG:**
991 Eu entrei de novo. **PRESIDENTE:** Você entrou. Você lembra, Luanda, o quanto que a gente
992 lutou isso no mandato passado, esse financiamento dos fóruns para, de fato, viabilizar a plena
993 efetivação do FET? **LUANDA, CRP/MG:** Sim. O Sávio está, sim, corretíssimo nas pontuações
994 dele. Concordo com tudo e, inclusive, trazendo uma (áudio ruim) [01:54:22] da conferência,
995 que é fortalecimento dos fóruns. A gente precisa disso sim. Com certeza, fortalecendo os
996 fóruns regionais, os fóruns municipais, o FET fica cada vez mais forte. Isso é inegável.
997 **PRESIDENTE:** Sávio, que até pedir para você passar as publicações do Professor Edval. Isso
998 que você falou achei muito interessante e queria dar uma lida também. Desculpa, Márcio,
999 perdi a sua inscrição aqui porque eu passei para o Sávio porque era continuidade da primeira
1000 inscrição dele, deixa eu passar a fala para você agora. Márcio, desculpa. **MÁRCIO,**

1001 **ASSPROM:** Obrigado, Presidente. Sem problema nenhum. Acho que tem até um pouco de
1002 continuidade da discussão que o Sávio trouxe, também em relação a minha intervenção.
1003 Ontem, na reunião das comissões, em relação ao recurso destinado ao Força Família,
1004 discutimos muito na comissão. Houve uma suplementação no orçamento no valor de R\$ 1.028
1005 bilhão, e o recurso que está sendo destinado ao pagamento efetivo de R\$ 651 milhões, e que
1006 vai, com certeza, haver uma anulação de valores da ordem de quase R\$ 350 milhões nessa
1007 fonte de financiamento para esse projeto específico do Força Família. A minha intervenção
1008 justamente na comissão foi que a ação que o CEAS poderia estar fazendo junto ao parlamento
1009 aqui em Minas, em relação a este recurso que está sendo anulado, o quanto este recurso
1010 seria extremamente importante para fortalecer o FEAS porque isso faz toda essa lógica
1011 discussão que está sendo colocada aqui. Existe uma limitação de atuação e de força mesmo
1012 dentro da própria secretaria, do ponto de vista da elaboração orçamentária, mas o CEAS,
1013 enquanto controle social a gente teria realmente estar desenvolvendo alguma ação junto à
1014 Assembleia para que essa anulação, se ela vier a acontecer, ela também seja destinada à
1015 suplementação de outras ações dentro do FEAS com esse recurso porque ele advém de uma
1016 fonte, de uma expectativa de uma receita. Ele não foi pensado de uma forma intempestiva
1017 pelo governo. Ele tem uma origem, uma receita, então ele vai ter uma fonte de financiamento.
1018 Essa anulação, ela, sim, deveria ser repensada ou parte dela ter sido destinada para fortalecer
1019 as demais ações do FEAS, o quanto é importante a gente atuar nessa ação porque estamos
1020 está trabalhando aqui com recurso. A fala anterior de Sávio é justamente nessa linha de
1021 fortalecimento de um financiamento. A gente tem aqui um financiamento robusto por uma ação
1022 que foi pensada, que foi efetivada e foi buscada uma dotação orçamentária de uma
1023 determinada ordem de grandeza, e ela está sendo anulada quase R\$ 350 milhões, em função
1024 dessa previsão orçamentária. Existe aí uma gordura nesse orçamento que temos que pensar
1025 como trazer isso para dentro do FEAS. Acho que é importante atuar do ponto de vista político
1026 mesmo. Porque o que a gente traz aqui é não tem condições de executar política de
1027 assistência se não tem financiamento. Por uma ação pontual que foi feita pelo legislativo de
1028 R\$ 1.028 bilhão, onde buscou-se uma linha de dotação orçamentária, existe uma previsão de
1029 anulação de um recurso extraordinário, em função dessa previsão, existe recurso
1030 orçamentário. A gente precisa tentar buscar onde que está esse recurso orçamentário e trazer
1031 para dentro da assistência. Essa seria a minha intervenção, Presidente, justamente em
1032 relação a esse fortalecimento da nossa política. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio.
1033 Não tem nenhuma inscrição agora. Eu vou pedir para o Daniel fazer a leitura da minuta de
1034 resolução. Sim, Roberta. **ROBERTA, SEDESE:** Só um comentário aqui, está, gente? Pode
1035 haver uma anulação. Nós não sabemos. O que nós sabemos, Márcio, imaginamos que pode
1036 haver ou não sei qual que vai ser o destino porque o que acontece é o seguinte: o que nós
1037 sabemos é, temos autorização, assim, nós temos um contrato de R\$ 651 milhões. Está

1038 autorizado formalmente com ok de financeiro, desses R\$ 651 milhões. A gente fala assim:
1039 “Olha, pode haver essa anulação, pode ser que fique aqui sem uma autorização formal para
1040 uso.” Então, assim, só para falar que não foi, a gente não falou que vai ter isso, mas existe
1041 uma possibilidade nesse sentido que a gente não sabe se vai ser adotado ou não porque, o
1042 que temos é “Vocês têm R\$ 651 milhões que vocês podem gastar, que foi o acordado, que é
1043 o que vai ter financeiro.” Só para porque esse (áudio ruim) [01:59:42] a gente não sabe qual
1044 que vai ser adotado, então, um pouco acima da gente aqui, está bom? **MÁRCIO, ASSPROM:**
1045 Obrigado, Roberta. É isso mesmo. A gente está junto e na expectativa de que fique esse
1046 recurso para a gente, acho que seria o grande sonho nosso nesse momento. **IVONE,**
1047 **COGEMAS:** Eu queria registrar isso que o Márcio colocou porque foi muito forte lá, que a
1048 gente não precisava. O CEAS deveria garantir que esse orçamento não seja anulado e que
1049 fique no FEAS. Então, eu acho que vai ficar para nós, para os novos conselheiros essa luta
1050 também, para não deixar anular esse orçamento. **PRESIDENTE:** Sim. Importante registro.
1051 Conselheiros, não tem nenhuma inscrição no *chat*. Vou pedir para o Daniel. **MARIA**
1052 **APARECIDA, FMUSUAS/BH:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Baião. **MARIA APARECIDA,**
1053 **FMUSUAS/BH:** Gostaria que você me inscrevesse, se puder. **PRESIDENTE:** Sim, pode falar,
1054 Baião. Que bom que você está conosco. **MARIA APARECIDA, FMUSUAS/BH:** Obrigada.
1055 Bom dia a todos. Estou aqui escutando. Estou escutando e participando. A fala do Sávio é
1056 pertinente para todo e qualquer conselheiro. O estado está trabalhando com arrecadação sem
1057 planejar, sem pensar que existe a assistência social em um estado tão grande. É o que mostra
1058 essa arrecadação dele e alteração de conta, para quem não entende, é muito complicada.
1059 Mas eu, sinceramente, gostaria de poder (áudio ruim) [02:01:28] prefeitura na mesa de
1060 financiamento para entender por que o estado arrecada tanto e não está fazendo nada. É
1061 muito dinheiro. É muito dinheiro para nada. Isso é um descaso, mais um desmonte (áudio
1062 ruim) [02:01:46] participativo, eles vão achar que você está falando mentira. Vão achar que
1063 estão falando mentira. A gente gostaria que tivesse conselheiro igual a essa pessoa que falou,
1064 que me antecedeu a fala aí, que tivesse uma garantia do FEAS, não é para uma vez no ano,
1065 é para todas as vezes que precisasse. A importância dos conselhos, conforme o Sávio
1066 colocou, para continuar o trabalho, se não tiver financiamento, mas isso não pode ser de vez
1067 em quando igual estamos discutindo hoje, não. Tem que todo dia cobrar. Todo dia cobrar.
1068 Assembleia só cobrar fica difícil. Assembleia, quem acompanha, sabe que tem a cobrança,
1069 mas é preciso cercar o governo de todos os lados. O CEAS, o fórum é muito grande. Os
1070 conselhos precisam do amparo. E nós não vamos deixar a política cair por causa de uma
1071 pessoa. Ah, isso nós não vamos. Não vamos de jeito nenhum. Tem que ter mais compromisso
1072 do CEAS. É apertado. É desgastante, mas tem que ter essa cobrança, um projeto que tenha
1073 esse dinheiro, não é uma vez no ano, não. É todo dia que seja preciso. É isso que eu queria
1074 dar de contribuição. Obrigada a todos. **PRESIDENTE:** Obrigada, Baião. Você trouxe, de fato,

1075 uma reflexão muito importante. Deixa eu te perguntar. Você vai ser a representante do Fórum
1076 Municipal de Usuários de BH no CEAS no próximo mandato? **MARIA APARECIDA,**
1077 **FMUSUAS/BH:** Eu vou sim. **PRESIDENTE:** Sim, seja bem-vinda, Baião. **MARIA**
1078 **APARECIDA, FMUSUAS/BH:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Que bom que você está
1079 acompanhando aqui com a gente e já se inteirando. Na oportunidade, eu queria até registrar
1080 a presença também da Arlete, que foi conselheira no mandato passado comigo. E tivemos a
1081 felicidade dela ser reeleita também. Reeleita não, eleita novamente para o CEAS. Vai contar
1082 com ela no mandato também. Ótimos nomes, Baião, Arlete, tantas pessoas aqui que a gente
1083 já citou o nome também. Sejam bem-vindos. **LUANDA, CRP/MG:** Simone, é minha
1084 companheira de Região Barreiro, maravilhosa, superpotente. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Eu já
1085 falei da Simone, da Jaqueline. Temos várias conselheiras participando. Teve uma inscrição
1086 de novo do Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** É só para terminar mesmo. Queria parabenizar a Baião
1087 pela eleição. Ela vai representar os usuários e é uma pessoa que defende muito a Urcmas. A
1088 Baião defende a Urcmas porque participou em Belo Horizonte, pelo menos uns oito anos
1089 nessa instância de controle. Ela conhece bem essa parte aí. E, com certeza, vai defender o
1090 custo disso aí nos orçamentos. Ela me fez lembrar. Eu fiz a citação do Edval, que é a questão
1091 da Política de Assistência Social ela só se desenvolve no meio democrático. Fiz a citação da
1092 Rizzotti, que a assistência social é luta política. Agora, ela me fez lembrar a citação da
1093 Presidente do Cress, que disse que a assistência social não cabe no estado de Minas Gerais.
1094 Até hoje a assistência social não coube no estado de Minas Gerais. Gente, assistência social
1095 precisa de estrutura. É uma política muito importante e até hoje não teve esse reconhecimento
1096 por parte dos governos. Porque, realmente, está uma estrutura muito aquém do necessário,
1097 gastando muito pouco, muito pouco do orçamento. A Baião me fez lembrar essa citação da
1098 Presidente do Cress, na palestra da conferência estadual inclusive. Eu acho que isso é bem
1099 interessante porque ela fala que a assistência social não cabe no estado. E temos que fazer
1100 caber. Tem que fazer que ela seja considerável. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Bom
1101 dia. Não posso deixar de falar nesse momento. Patrícia, desculpa, é Sandra. Sávio e todo
1102 mundo, Baião, meus companheiros lá Conselho Municipal de Assistência. E outra coisa, eita
1103 luta pelo orçamento, Sávio. Oh, trajetória. Oh, dificuldade da gente realmente se tornar uma
1104 política pública de estado, mas que tenha um orçamento garantido. E a gente não tenha que
1105 ficar muitas das vezes com o pires na mão no que diz respeito ao orçamento. Prazer rever
1106 todos. Estarei como suplente no próximo mandato, então nós vamos nos encontrar, Baião.
1107 Vamos que vamos. **PRESIDENTE:** Abraço, Sandra. Eita, turma boa. Estou muito feliz.
1108 Finalmente, deixa eu passar para o Daniel ler a minuta da resolução. **DANIEL - CEAS:**
1109 Obrigado, Presidente. Obrigado por todas as considerações. Não sei se vocês estão
1110 conseguindo me ouvir porque está um barulho aqui em casa também, mas eu vou ler.
1111 Qualquer coisa, me avisem, por favor. “Aprova o Relatório Trimestral de execução físico-

1112 financeiro do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG, referente
1113 ao 3º Trimestre de 2021. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS-
1114 MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996 e;
1115 Considerando a análise técnica da Secretaria Executiva referendada na reunião conjunta das
1116 Comissões Temáticas do CEAS-MG, realizada no dia 18 de novembro de 2021; Considerando
1117 a deliberação de sua 269ª Plenária Ordinária ocorrida no dia 19 de novembro de 2021;
1118 RESOLVE: Art. 1º. Aprovar o Relatório Trimestral de execução físico-financeiro do Fundo
1119 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG, referente ao 3º Trimestre (julho,
1120 agosto e setembro) de 2021, elaborado e apresentado pela Subsecretaria de Assistência
1121 Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBAS- Sedese. Art. 2º.
1122 Recomendar ao órgão gestor estadual a elaboração de plano estratégico anual de
1123 fortalecimento do controle social e execução da ação orçamentária 4133.” Isso foi deliberado
1124 ontem, Presidente. “Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo
1125 Horizonte, 19 de novembro de 2021.” **PRESIDENTE:** Não tem mais nenhuma inscrição no
1126 *chat*. Os conselheiros estão esclarecidos sobre a pauta? Nós podemos entrar em regime de
1127 votação? Não teve nenhuma manifestação. Daniel, vou pedir para transmitir a planilha de
1128 votação. Lembrando que orçamento é uma matéria que requer *quórum* qualificado de 2/3.
1129 **DANIEL - CEAS:** Isso. Vou pedir apoio da Secretaria Executiva porque as pessoas, por ser
1130 virtual, têm algumas quedas. Então, para ver se realmente tem o *quórum*. Deixa eu conferir
1131 aqui. Conferir antes de começar a votação. De toda forma, já vou transmitir a planilha. Será
1132 que eu posso só falar e confirmar se a pessoa está lá, Presidente, ou é mais rápido às vezes?
1133 **PRESIDENTE:** Deixa eu ir chamando e, qualquer coisa, quem não estiver eu volto depois nos
1134 nomes. **DANIEL - CEAS:** Perfeito. **PRESIDENTE:** Eu acho que agiliza. **DANIEL - CEAS:** Está
1135 conseguindo ver? **PRESIDENTE:** É pequenininho, não é, gente? Mas vamos lá. Conselheiros,
1136 entendendo que a plenária está esclarecida sobre a matéria, entramos agora em regime de
1137 votação da Prestação de Contas do 3º Trimestre do ano de 2021, referente ao Fundo Estadual
1138 de Assistência Social. Eu vou chamar os conselheiros para se manifestarem se aprovam ou
1139 reprovam a prestação de contas, havendo a possibilidade de se absterem também.
1140 Começando pela sociedade civil, representando o Cress, eu, Patrícia, voto pela aprovação.
1141 Representação de Fórum de Usuários de Belo Horizonte infelizmente nós não temos. E da
1142 Apoinme, o Damião, o Irajá, infelizmente ele está sem condições de participar das reuniões
1143 por falta de acesso à *Internet*. Passando para Carla Valéria, da Fasemig. Acho que ela não
1144 está presente. **PAULA - CEAS:** Ela não está. Está o Élerson. **PRESIDENTE:** Como vota
1145 Élerson, pela Cáritas Brasileira? **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Meu voto é pela
1146 aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** A Gabriela Loyola, pelo Fórum Regional dos
1147 Trabalhadores do Suas de Salinas. Eu acredito que ela não esteja presente no momento.
1148 Como vota a Suplente Luanda, pelo CRP? **LUANDA, CRP/MG:** Pela aprovação.

1149 **PRESIDENTE:** A Isaura justificou ausência, não está presente ainda. A Jéssica não está
1150 presente também. União das Associações de Pirapora – Unapir, o João também não está
1151 presente. Como vota Márcio Caldeira, pela Assprom? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação,
1152 Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota Conselheiro Lucas, pelo Conselho Central de
1153 Curvelo? Ele votou aqui no *chat* pela aprovação. A Conselheira Natália, pela Federação das
1154 Apaes. Votou no *chat* pela aprovação. Rosiane, do CMAS Campo Belo, não está presente.
1155 Ana Maria, pelo CMAS de Juiz de Fora, como vota? **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Aprovação.
1156 **PRESIDENTE:** Ok. Pela Sedese, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Pela aprovação.
1157 **PRESIDENTE:** Ok. Também pela Sedese, Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação.
1158 **PRESIDENTE:** Genilda, do CMAS Novo Oriente de Minas, acho que não está presente. Como
1159 vota Sávio, pelo CMAS Belo Horizonte? **SÁVIO, CMAS BH:** Pelas observações que eu fiz,
1160 vocês iriam achar muito estranho se eu votasse pela aprovação. Eu vou me abster e dizer que
1161 votar diferente nesse painel, sei disso, mas quero estar junto com vocês na luta pela Política
1162 Pública de Assistência Social e a implementação dela no estado. Eu acho que temos que se
1163 unir. Afinal de contas, eu sou um trabalhador. Trabalho em Belo Horizonte e posso estar junto
1164 em qualquer ação, em qualquer movimento que venha a pressionar por orçamento e pelo
1165 alinhamento aos planos decenais. Ok. **PRESIDENTE:** Sim, Sávio. Luciana, da Secretaria de
1166 Estado de Saúde, está presente? Acho que não, não é? Como vota a Lígia, pela Secretaria
1167 de Saúde? Lígia Camargos? A Lígia está conectada, mas não sei se ela está presente agora.
1168 Vou passar para o próximo. Como vota o João Victor? Ele justificou ausência por motivo de
1169 trabalho. Como vota Luana, da Seplag? Luana votou no *chat* pela aprovação. **PAULA - CEAS:**
1170 Patrícia, acho que você pulou a Ivone. **PRESIDENTE:** Desculpa, eu sempre pulo alguém, é
1171 de praxe. Como vota a Ivone, pelo Cogemas? **IVONE, COGEMAS:** Pela aprovação.
1172 **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. CMAS Montes Claros, está com vacância. O Márcio, CMAS
1173 Itabira, está presente? Acredito que não. Não foi registrada a presença dele. Silvestre, está
1174 presente? Não vi ele hoje. **VINÍCIUS, SEF/MG:** Eu estou no lugar dele. **PRESIDENTE:** Pois
1175 não, Vinícius. Como vota pela Secretaria de Fazenda? **VINÍCIUS, SEF/MG:** Voto pela
1176 aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Thaís, pela Secretaria de Estado de Educação, postou no *chat*
1177 pela Aprovação. Pela Seapa, o João Bosco está presente? **PAULA - CEAS:** Não.
1178 **PRESIDENTE:** Ok. Eu tinha chamado a Lígia e ela não votou no momento. **LÍGIA:** Estou
1179 presente, Patrícia. Eu voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Sim, Lígia. Tem algum conselheiro
1180 ou titular, ou em condição de titularidade que eu não tenha chamado? Acredito que todos
1181 tenham votado. Vou solicitar para a Secretaria Executiva contabilizar os votos. **DANIEL -**
1182 **CEAS:** Presidente, teve uma abstenção, o restante, aprovação, é o que eu estou
1183 contabilizando aqui. Deixa eu só confirmar, mas teve 14 aprovações. Deixa eu só confirmar
1184 aqui. **PRESIDENTE:** Ok, Aprovada a Prestação de Contas do 3º Trimestre. Se vocês
1185 quiserem, podemos fazer cinco minutinhos de pausa para tomar uma água. E a gente retorna

1186 com o próximo ponto de pauta, às 11h, pode ser? **IVONE, COGEMAS:** Ok. **PRESIDENTE:**
1187 Até às 11h, conselheiros. Vamos voltando. Meu relógio já deu 11h. Daniel já voltou? Na
1188 verdade, no meu celular está 11h01 e no computador está 10h59. Estou vendo que o Daniel
1189 já voltou. Ele já pode projetar o parecer técnico e já pode contextualizar. Acho que a maioria
1190 já voltou. Contextualizar a pauta que gerou a emissão do parecer técnico e a gente vai
1191 iniciando essa discussão. **DANIEL - CEAS:** Perfeito. Deu 11h01 agora. Vamos continuar.
1192 Contextualizando, mais uma vez, peço desculpa se aparecer algum barulho aqui. Se vocês
1193 não estiverem conseguindo me ouvir, me falem, por favor. A Presidente até já contextualizou
1194 um pouco. Foi uma demanda de um jornalista que pediu alguns documentos do CEAS e, a
1195 partir daí, teve um grupo de trabalho que decidiu quais seriam os documentos que poderiam
1196 ser publicados. Esses documentos, a gente já informou quais seriam eles por meio do ofício
1197 22. O que ficou em dúvida e por que essa nota técnica existe? Porque têm dados pessoais
1198 das pessoas envolvidas nessas barragens. Ficou a dúvida se seria necessário anonimizar ou
1199 não esses dados. Qual é a decisão que as conselheiras e os conselheiros embasaram a
1200 decisão da presidência? É a decisão de tarjar ou não os dados pessoais das pessoas
1201 envolvidas nesse processo de barragens que a Presidente contextualizou no início. Vou dar
1202 mais um panorama geral da Nota Técnica aqui, colocando os pontos principais. A Nota
1203 Técnica já foi compartilhada e, caso alguém não tenha recebido, pode pedir que a gente
1204 compartilhe novamente. Sem mais delongas. Espero que esteja projetando. “Referência:
1205 Orientação aos Conselheiros Estaduais de Assistência Social de Minas Gerais a respeito da
1206 Lei Geral de Proteção de Dados a fim de embasar decisão sobre a anonimização de dados
1207 pessoais para disponibilização de documentação, conforme solicitação da Controladoria Geral
1208 do estado, em Processo nº 1520 01 0006387/2021-36. Apresentação: A presente nota decorre
1209 de deliberação da 268ª Plenária Ordinária Estadual de Minas Gerais – CEAS, ocorrida em 15
1210 de novembro de 2021, na qual foi decidido a emissão de orientação técnica por parte da
1211 Secretaria Executiva para subsidiar a emissão de ofício com a resposta para a Controladoria
1212 Geral do estado. Vale ressaltar que a decisão dos documentos a serem encaminhados já foi
1213 explicitada em Ofício Sedese/CEAS nº 22/2021, inserido em processo SEI decorrente do
1214 pedido que é disposto abaixo.” Tem o pedido do jornalista, que ele pede, há vários pedidos de
1215 documentação etc. “O referido ofício foi estruturado após trabalho de grupo de trabalho
1216 estabelecido em Resolução nº 736/2021 – CEAS-MG, que Dispõe sobre a criação do grupo
1217 de trabalho para elaborar respostas à consulta da Controladoria Geral do estado –
1218 Subcontroladoria de Transparência e Integridade sobre a Divulgação de Dados, Informações
1219 e Documentos do processo do Plano de Assistência Social da UHE Barra de Braúnas. Em sua
1220 conclusão, o Ofício Sedese/CEAS nº 22/2021, de 23 de agosto de 2021.” A gente tem 90 dias,
1221 ou seja, temos até semana que vem para encaminhar. Esse ofício é de 23 de agosto. “delimita
1222 as informações a serem compartilhadas: Por tudo exposto e pelas fundamentações jurídicas

1223 próprias é que o CEAS/MG reafirma o posicionamento já firmado e consolida as informações
1224 oportunas a serem prestadas para o solicitante em 90 dias, em meio digital, o Plano de
1225 Assistência Social – PAS/Barragem da UHE Barra de Braúnas aprovado pelo CEAS, por meio
1226 da Resolução nº 082/2005, de junho de 2005 e as atas das Plenárias que discutiram sobre a
1227 implementação do referido plano. Entretanto, ao constatar que existem informações de dados
1228 pessoais e dados relativos às denúncias encaminhadas ao Ministério Público, é necessário a
1229 decisão de tarjar ou não as informações que se considerarem não passíveis de
1230 disponibilização.” Tendo em vista essa demanda da plenária para a Secretaria Executiva fazer
1231 essa análise técnica, a gente solicitou uma reunião com o grupo de trabalho. Tem um grupo
1232 de trabalho específico para legislar proteção de dados na Sedese e com a Controladoria Geral,
1233 que é a Rejane, para embasar a Nota Técnica conforme o *e-mail* abaixo. Eu coloco aqui o *e-*
1234 *mail* que a gente encaminhou. “A referida reunião contou com a participação de duas
1235 representantes do grupo de trabalho LGPD, sendo essas Marcela Rodrigues Santos e
1236 Amanda Cangussu Viana, bem como a Controladora Setorial Rejane Carvalho e a equipe da
1237 Secretaria Executiva. Enquanto encaminhamento, foi-se acordado que a Secretaria Executiva
1238 faria uma consulta por *e-mail* ao grupo de trabalho, sendo que a resposta desse grupo de
1239 trabalho embasaria a Nota Técnica. Orientação Técnica: A LGPD foi criada no final de 2018 e
1240 entrou em vigor em setembro de 2020, tendo enquanto objetivo proteger os direitos de
1241 liberdade e de privacidade, criando normas a serem seguidas por empresas e governos para
1242 coleta e o tratamento de dados pessoais (tais quais: nome, CPF, endereço) e de dados
1243 sensíveis (como biometria e informações sobre política e religião). Na referida legislação é
1244 definido o papel de Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), a criação
1245 de regras para gestão de riscos e as penalidades no caso de falhas da segurança. Ainda, ela
1246 vale para dados pessoais de pessoas que estejam no Brasil no momento da coleta de suas
1247 informações, sejam estas brasileiras ou não. Dados pessoais, segundo a normativa, são
1248 aqueles que permitem identificar uma pessoa, exemplo: nome, RG, CPF, gênero, data e local
1249 de nascimento, telefone, endereço residencial, localização via GPS, foto, prontuário de saúde,
1250 cartão bancário, renda, histórico de pagamentos, hábitos de consumo, preferências de lazer,
1251 endereços de IP, cookies etc. Dados pessoais sensíveis também são aqueles que permite a
1252 identificação de alguém, mas têm camadas que demandam ainda mais cuidados na hora de
1253 seu tratamento. Exemplos são: informações sobre crianças e adolescentes, origem racial ou
1254 étnica, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, biométricas,
1255 saúde ou vida sexual. São Informações que podem ser usadas para discriminação do seu
1256 titular. Nessa linha, dados anonimizados passam por etapas que desvinculam qualquer
1257 possibilidade de identificação de seu titular. A anonimização de dados é um procedimento que
1258 retira as informações pessoais de modo a não proporcionar a possibilidades de identificação
1259 de indivíduos. Vez que tal assunto é assunto sensível, a Secretaria Executiva do Conselho

1260 Estadual de Assistência Social realizou consulta por *e-mail* ao grupo de trabalho, conforme
1261 demonstra a seguir.” A gente faz a consulta falando da aplicação do plano, as atas, a gente
1262 fez essa reunião também para análise. E, a partir de tal questionamento, aí tem-se a resposta
1263 por *e-mail* do grupo de trabalho. Eu vou ler a resposta. “Prezados, boa tarde. Tendo em vista
1264 o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), em especial em seus artigos
1265 6º, 7º, 23º, 26º e 46º foi observada a inadequação de disponibilização de acesso a dados
1266 pessoais do público beneficiado da Política Pública de Assistência Social sob governança do
1267 CEAS a terceiros.” Traduzindo, eles estão de acordo com o tarjamento – não sei como que
1268 faz a conjugação do verbo – mas, com tarjar essas informações, traduzindo essa frase. “Salvo
1269 as hipóteses destacadas na e melhor juízo. Cabe destacar que as disposições na LGPD são
1270 válidas para dados mantidos em meio físico ou digital, sem distinção.” O que eles ressaltaram
1271 é que esses dados devem ser protegidos mesmo se físico ou virtual, no caso aqui é virtual, só
1272 que, eventualmente se for solicitada alguma consulta aos dados físicos, tem que se ter os
1273 mesmos cuidados, mas nesse caso é virtual. “Caso a opção do CEAS seja a anonimização
1274 dos dados pessoais contidos nos documentos, de forma a possibilitar a disponibilização do
1275 material a terceiro e, ainda resguardar o direito à privacidade do titular, essa deve ser realizada
1276 somente pelo próprio CEAS. Será necessária edição dos documentos nas cópias e serem
1277 disponibilizados e/ou matrizes tornando os dados pessoais inidentificáveis/anônimos. O CEAS
1278 deve garantir que o processo de anonimização será realizado nos documentos a serem
1279 disponibilizados a terceiros de forma segura e irreversível mesmo a partir do uso de softwares,
1280 entre outros, em conformidade com o artigo 46º da LGPD.” A gente entrou em contato mais
1281 uma vez com o grupo de trabalho que nos passou a indicação de um desses softwares, que
1282 é um software de edição de PDF, a gente tarja e salva, e não dá para mudar esse arquivo.
1283 “Sobre o armazenamento dos dados em meio físico, destaca-se a necessidade de medidas
1284 de segurança com vistas a restringir o acesso, conforme artigo 46º da LGPD. Sobre a
1285 possibilidade de requisição na íntegra dos dados para análise pela CGE ou outro órgão de
1286 controle, a LGPD contempla em seu artigo 7º, o inciso II, a hipótese autorizativa para o
1287 tratamento de dados pessoais com finalidade de cumprimento de obrigação legal obrigatória
1288 pelo controlador.” Se a CGE eventualmente pedir, segundo o grupo de trabalho, tem que
1289 disponibilizar para a CGE, mas não foi o caso ainda. “O disposto acima é resultado da
1290 discussão do caso pelos coordenadores do grupo de trabalho de Implementação da LGPD na
1291 Sedese e Encarregado de Dados da Sedese. Como se demonstra acima, o grupo de trabalho
1292 segue a linha de que é importante preservar os dados pessoais inseridos nos documentos a
1293 serem disponibilizados. Conclusão: Nos parece razoável defender que dados pessoais ou
1294 aqueles que possam prejudicar qualquer indivíduo, devem ser protegidos por força da LGPD.
1295 Apesar desta nota não ser vinculativa à decisão de plenária, segundo a linha apontadas por
1296 meio do grupo de trabalho sobre a legislação, seria temerário não impossibilitar a identificação

1297 dos dados pessoais e demais dados protegidos. Ademais, a Secretaria Executiva entrou em
1298 contato com a representante do grupo que, novamente, nos indicou software de edição de
1299 documentos em formato PDF para tarjar as informações pessoais, em caso de decisão da
1300 plenária.” Por fim, a conclusão técnica é sobre tarjar os dados pessoais e os que possam
1301 identificar ou prejudicar os indivíduos envolvidos. E eu assino enquanto Secretário Executivo.
1302 É isso, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Obrigada. Não tem nenhuma inscrição no *chat*.
1303 Só recapitulando um pouco, acho que o Daniel já recapitulou. Vou passar a inscrição para o
1304 Élerson. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Bom dia a todas e todos. Esse assunto vai e
1305 volta. Só para reiterar, a manifestação que eu venho fazendo esse tempo todo, desde que
1306 esse assunto surgiu. O acesso aos dados é um direito. A regra é acesso aos dados. Porém,
1307 eu acho que o Daniel colocou muito bem na apresentação dele, existe direito acessar
1308 informações públicas, mas também existe o direito à proteção de dados pessoais. É preciso
1309 levar em consideração essas duas coisas. O não acesso aos dados precisa ser justificado. E
1310 o ponto que estamos desenrolando ao longo desse tempo todo não é nem na restrição do
1311 acesso ao jornalista que fez o pedido, e nem na defesa da proteção dos dados das pessoas
1312 que estão nos documentos. A grande dificuldade que temos tido ao longo desse tempo é qual
1313 o procedimento a ser feito para a proteção dos dados dessas pessoas de forma que se tenha
1314 uma legalidade diante de uma tomada de decisão. Por exemplo, agora, pelo parecer do Daniel
1315 diz que devem ser tarjados os dados pessoais das pessoas que usam os documentos que lá
1316 estão. Mesmo com esse parecer a gente ainda não tem, por exemplo, uma normativa muito
1317 clara de como proceder para a proteção desses dados sigilosos dentro do CEAS ou, muitas
1318 vezes, dentro da própria Sedese até tem, mas dentro do CEAS. Só para colocar isso de uma
1319 forma bem clara que é preciso que nesse próximo mandato, esse próximo pessoal do conselho
1320 que vai entrar se debruce sobre isso e construir normativas, instrumentos legais que possam
1321 dar para nós, conselheiros e para aqueles que venham ocupar este conselho, um
1322 embasamento mais claro e mais fundamentado para tomar uma decisão dessa envergadura,
1323 porque eu penso que isso vá ser procedimento rotineiro. E lembrar que, no meu modo de ver,
1324 tanto a restrição do acesso quanto a liberação do acesso não é um ato individual de um
1325 conselheiro ou de um presidente, ou de uma vice-presidente, a restrição e a liberação é um
1326 ato deste colegiado. E para ser um ato legalmente válido precisa estar melhor fundamentado,
1327 e estamos violando o direito de quem quer acessar e, ao mesmo tempo violando o direito de
1328 quem está descrito lá no documento. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élerson. Sua fala foi
1329 irretocável. Concordo muito com o que você disse. E, compartilho, sim, a minha insegurança
1330 em deliberar essa pauta tão específica e tão importante. E é uma pauta muito nova,
1331 principalmente para o controle social, para a assistência social. Não é uma pauta que a gente
1332 tenha domínio. Vou passar a inscrição para a Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu acho que como
1333 o Élerson, também sigo um pouco da linha dele. Eu acho que temos novos conselheiros nessa

1334 sala e, talvez, não tenham pleno conhecimento dessa ação que é tão específica do Conselho
1335 Estadual de Minas gerais, que é esse Plano de Assistência Social para os empreendimentos
1336 de barragens. Cada conselheiro pode vir a ser o relator nesse plano. E o que acontece? Eu
1337 acho que precisamos capacitar mais os conselheiros e ter uma legislação que melhore mais
1338 essa posição do CEAS com relação a esses empreendimentos. Hoje estamos vivendo essa
1339 situação, talvez por falta também de experiência de nós conselheiros. A gente sabe que
1340 envolve muitos dados pessoais de muitas pessoas no processo. E fornecer, ter transparência
1341 no processo, a gente teria que ser orientado também o que se registra no processo. Eu, como
1342 assistente social, tem coisas de ética que eu não preciso pôr no relatório. Eu acho fundamental
1343 também que o CEAS, os conselheiros sejam capacitados para elaboração de um relatório
1344 dessa envergadura, que a gente saiba que é um relatório de transparência pública. Não é um
1345 relatório sigiloso. Eu acredito que essa está sendo uma experiência que vai alavancar esse
1346 novo conselho um procedimento de como tratar essa questão dos empreendimentos de
1347 barragem. Esses planos municipais, de aprovação e acompanhamento deles. E é uma
1348 dinâmica que todo conselheiro pode vir a ser sorteado para ser relator e acompanhar esses
1349 processos. Eu queria reforçar isso. Eu acho que só a tarjeta, em um dos moldes dos relatórios,
1350 ainda é preocupante, mas eu acho que nessa altura do campeonato, nós não teríamos outra
1351 solução. Mas acho que é uma lição para o conselho preocupar com essa ação que está dentro
1352 do conselho. É uma obrigação do conselho e que, muitas vezes, os conselheiros não estão
1353 preparados para exercer. Nós, eu também não estava preparada. Se eu fosse a relatora, não
1354 estaria preparada. Ninguém está preparado para essa atividade que recai tudo em cima do
1355 conselheiro. Era isso que eu queira também seguir um pouco a lógica do Conselheiro Élerson.
1356 **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Muito importante a sua fala também, lembrando que o
1357 jurídico da Sedese emitiu um parecer dizendo que a metodologia da criação da classificação
1358 do grau de sigilo era responsabilidade da Mesa Diretora e do Presidente, a gente já solicitou
1359 um apoio técnico para o Conselho Nacional de Assistência Social. Acho que ainda não teve
1360 retorno. Essa semana eu até pedi para a Secretaria Executiva reiterar o ofício e me colocar
1361 em cópia. Assim que possível enviem aí com cópia também para mim, que é importante para
1362 a gente acompanhar. Eu ressalto na fala da Ivone a necessidade de capacitação. A gente
1363 discutiu sobre capacitação na reunião da Mesa Diretora e até aproveitei para registrar em ata
1364 essa solicitação para a Secretaria Executiva, até para colocar dentro das pautas necessárias
1365 para capacitação essa da Lei Geral de Proteção de Dados e Lei de Acesso à Informação,
1366 tanto para os conselheiros quanto para a Secretaria Executiva. É muito importante. Deixa eu
1367 passar a inscrição para o Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:** Obrigado, Presidente. Eu acho que
1368 essa pauta LGPD dentro da assistência social é extremamente importante. Acho que temos
1369 as etapas, vamos ter que trabalhar em cima delas. Por exemplo, enquanto entidade da área
1370 de assistência social, existem dados que são transmitidos entre equipamento público e

1371 entidade. A gente tem que trabalhar como preservar esse tratamento desses dados. Ou seja,
1372 é um tema novo, como Patrícia colocou, que precisamos nos debruçar sobre ele. Mas,
1373 primeiramente, queria parabenizar a Secretaria Executiva pela elaboração dessa Nota
1374 Técnica. Acho que ela ficou muito bem fundamentada, conclusiva e nos dá um direcionamento
1375 em relação a esse caso específico. Gostaria de sugerir também, que eu acho que é
1376 importante, na mesma linha que o Conselheiro Élerson e Conselheira Ivone, que trouxeram
1377 as preocupações em relação ao que fazer ainda. O CEAS vai precisar se debruçar sobre
1378 resoluções internas para regulamentar esse procedimento interno do conselho, do ponto de
1379 vista até do acesso à essas informações. Eu, enquanto entidade da rede privada, por exemplo,
1380 nós temos tido comportamentos muito específicos, até mesmo no nosso interno. Quem acessa
1381 determinado tipo de dado? Existe até um termo de compromisso que temos de elaborar junto
1382 a esse próprio colaborador interno da entidade, no qual ele também tem que se resguardar e
1383 se subordinar aos limites dados pela própria lei. Eu acho que isso é muito importante citar,
1384 trabalhar em cima disso porque dentro do próprio conselho nós, enquanto conselheiros,
1385 podemos ter acesso às informações, mas nós temos responsabilidades com essas
1386 informações. Temos que assumir isso também do ponto de vista individualizado dessas
1387 informações, para que o CEAS também seja preservado enquanto instância de controle. Por
1388 quê? A Lei Geral de Proteção de Dados veio de uma perspectiva de proteger os dados das
1389 pessoas, principalmente do ponto de vista dessa comercialização insana que existe no
1390 mercado. Bases de dados são comercializadas. Informações são comercializadas. Dossiês
1391 são feitos em cima de informações que são adquiridas de formas fraudulentas. Uma lei veio
1392 com a perspectiva de trazer uma regularidade para isso e uma preservação desses direitos.
1393 Eu acho que o que estamos fazendo aqui é algo extremamente cuidadoso. O Conselho tem
1394 realmente um percurso a fazer, do ponto de vista até de regulação interna de como tratar
1395 essas informações. E nós enquanto conselheiros também, talvez tenhamos que inserir isso lá
1396 no nosso Regimento Interno, o nosso compromisso em relação ao acesso a essas
1397 informações. Eu acho que isso tudo faz parte desse conjunto de informações. Acho que o
1398 Conselheiro Élerson começou a trazer isso na fala dele. E, daqui para frente também, os
1399 conselheiros na nova gestão terão que se debruçar sobre disso. Essa lei veio para mudar
1400 muitos paradigmas, principalmente do ponto de vista de resguardar essas informações dos
1401 usuários da assistência. Seria, mais ou menos, nessa linha, Presidente, que gostaria de
1402 contribuir. Obrigado a todos. **PRESIDENTE:** Obrigada pela contribuição, Márcio. A Suzanne
1403 está inscrita também. **SUZANNE, SEDESE:** Vou falar rapidinho porque o Márcio falou um
1404 pouco do que eu ia falar. Eu acho que essa discussão tem que entrar na revisão do Regimento
1405 Interno, sim. Eu lembro que até eu participei do primeiro grupo de trabalho. Eu lembro que
1406 olhamos as atas antigas e os relatores dos processos fazem o relato durante a plenária, aquilo
1407 é registrado em ata. E até a gente ficou pensando que a ata é pública, então temos que

1408 disponibilizar. Mas até a própria ata, o que a gente traz em ata também são informações
1409 sensíveis. Eu acho que essa discussão também abre para essa reflexão que o Márcio falou,
1410 até da nossa responsabilidade de lidar com esses temas. Eu só queria corroborar com isso,
1411 acho que no Regimento Interno temos que levar essa discussão também. Têm várias coisas
1412 no Regimento Interno, toda reunião a gente fala que no regimento não está claro sobre isso.
1413 Ele precisa de atualização, acho que já é consenso. Mas acho que essa questão do sigilo, da
1414 forma como relatamos as informações sensíveis na plenária que são gravadas, que as atas
1415 são públicas, eu acho que temos que aproveitar essas discussões todas nessa revisão do
1416 Regimento Interno e lembrar dessa questão do sigilo, da responsabilidade dos conselheiros
1417 com o resguardo das informações, então era mais corroborar com o que o Márcio falou
1418 mesmo. **PRESIDENTE:** Bem observado, Suzanne. Porque, às vezes, vai ter alguma
1419 informação em um plano, por exemplo, que é sigilosa, mas a gente fala e registra em ata e se
1420 torna pública. É muito melindrosa a situação, não é, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Desculpa, é
1421 porque a Suzanne falou deixando ainda mais claro que a gente mostrou as atas e o plano
1422 para o grupo de trabalho. A sugestão foi de tarjar todos os dados pessoais de todos os
1423 documentos. Só para ficar bem claro, como a Suzanne muito bem pontuou e a Presidente
1424 também confirmou, a ata é pública, só que, vamos supor, um exemplo: a conselheira, o
1425 conselheiro está lendo um documento e tem os dados. São essas questões que temos que
1426 trabalhar. Para deixar claro para todo mundo, tarjar dados pessoais de todos os documentos
1427 que a gente for disponibilizar, ata, plano. Essa que é a nossa orientação técnica. **SUZANNE,**
1428 **SEDESE:** Daniel, na hora que a gente viu as atas já preocupou na hora de olhar se estava
1429 disponível a ata, justamente para restringir essas informações e tal. Mas é isso, porque
1430 antigamente as atas muito antigas, era uma discussão que nem estava tão presente, mas eu
1431 acho que é isso, rever a forma que lidamos com essas informações. Mas, de novo, eu
1432 parabeneizei o Daniel pelo *chat*, porque no meio da confusão de conferência, uma nota técnica
1433 tão complexa dessa, então parabenizar de novo a Secretaria Executiva. **PRESIDENTE:** Muito
1434 bem. Não tem ninguém inscrito. Queria consultar os conselheiros se mais alguém gostaria de
1435 fazer alguma observação ou se podemos submeter o parecer técnico da Secretaria Executiva
1436 à apreciação dos conselheiros? Ok. Estou entendendo que o plenário está esclarecido para
1437 votar. Vamos colocar em regime de votação. Os conselheiros que aprovam o parecer técnico
1438 da Secretaria Executiva pelo tarjamento dos dados... Você podia colocar para mim o parecer,
1439 Daniel, para eu ler. **DANIEL - CEAS:** Coloco. Coloco sim. Tarjar dados pessoais e dados que
1440 possam identificar de alguma forma as pessoas envolvidas nos processos de barragens, em
1441 resumo, mas vou projetar aqui. **PRESIDENTE:** Coloca no finalzinho do parecer. É a Nota
1442 Técnica nº 02, do CEAS/2021. Os conselheiros que concordam com a conclusão técnica sobre
1443 tarjar os dados pessoais e outros que possam identificar ou ... É para ler tudo, Daniel? **DANIEL**
1444 **- CEAS:** É só a frase final. **PRESIDENTE:** Desculpa, conselheiros. Os conselheiros que

1445 concordam com a conclusão técnica sobre tarjar os dados pessoais e outros que possam
1446 identificar ou prejudicar os indivíduos envolvidos, por favor, permaneçam como estão. Têm
1447 alguns registros aqui no *chat* já aprovando. O Márcio Caldeira de acordo. Sávio aprovando.
1448 Ivone aprovando. Eu queria me manifestar pela abstenção do voto porque é uma matéria, que
1449 eu confesso, que sou leiga, não tenho conhecimento, então eu fico insegura se é suficiente,
1450 se não é. Agradeço o esforço da Secretaria Executiva pela elaboração do parecer técnico para
1451 subsidiar tecnicamente os conselheiros, mas, infelizmente, é uma pauta pela qual tenho um
1452 grande receio, até pela nossa falta de conhecimento mesmo. Eu ainda não me senti 100%
1453 segura para votar, então eu me abstenho. No *chat*, o Élerson justificou a abstenção dele
1454 também. Não tem mais nenhuma manifestação. O Vinícius colocou de acordo. A Luanda
1455 absteve também. Nós temos três abstenções. Lígia Camargos, ela também absteve. Mas
1456 acredito que tenha sido aprovada pela maioria. Tivemos só quatro registros de abstenção. E
1457 os demais permaneceram como estão, aprovando ou se manifestaram pela aprovação no
1458 *chat*. Aprovado. A Secretaria Executiva pode dar início ao tarjamento dos dados para ser
1459 respondido o ofício para a Controladoria Geral do estado. 11h31, temos alguns pontos de
1460 pauta para a parte da tarde. Agora de manhã a gente não tem nenhum. Transmite a pauta
1461 para a gente, Daniel, por favor. Às vezes conseguimos puxar algum ponto de pauta agora,
1462 antes do almoço. A Ana Maria se inscreveu para falar. **DANIEL - CEAS:** Desculpa, só falando
1463 que temos um ponto da capacitação técnica da Diretoria Regional de Passos, que foi marcada
1464 para às 11h30 agora, mas vou projetar aqui. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Presidente, vai ser
1465 rapidinho. Eu aprovei essa questão da proteção de dados porque também tivemos um
1466 problema sério em Juiz de Fora, dentro do Conselho Municipal de Assistência Social. Onde
1467 tivemos uma entidade que já foi inscrita e, de repente, ela teve que sair. Foi indeferida porque
1468 teve problemas demais. São questões administrativas aqui e teve problemas demais. Ela foi
1469 pedir, desde 2019 até agora, atas, pediu um monte de coisa porque ela está entrando com
1470 processo contra o conselho por indeferimento. O que acontece? A Procuradoria Geral do
1471 Município, o advogado, os procuradores, nos dando um suporte porque não temos um
1472 advogado particular, o que ele sugeriu é isso, que quando a gente fosse fazer, dar qualquer
1473 documentação, que a gente a partir de agora fizesse isso de tarjar dados das pessoas para
1474 evitar expor determinada situação para quem quisesse. Por quê? Tudo é público. As atas são
1475 publicizadas. As chamadas são publicizadas. Todo mundo participa das nossas reuniões
1476 mesmo virtuais, é só se inscrever para participar para ter o controle. Só que isso nos
1477 preocupou muito, e estamos com um grupo de trabalho discutindo como vamos fazer isso
1478 dentro do conselho através de uma resolução para que fique tudo legalmente resolvido,
1479 porque isso é muito complicado. Você tem a lei de acesso, mas agora você tem uma lei de
1480 proteção. Então acaba ficando perdido porque eu, como você, Presidente, acho que sou mais
1481 leiga do que você ainda. Mas, aos pouquinhos, a gente vai aprendendo alguma coisa. E o que

1482 está acontecendo aqui neste momento foi o que aconteceu dentro do meu Conselho de
1483 Assistência Social, por isso que fui pela aprovação nesse momento. De um pouquinho de
1484 entendimento dos procuradores e advogados, pessoas todas que têm dentro do município,
1485 deu um parecer para nós, virtual, mas acabou nos dando uma orientação jurídica muito boa
1486 para que não tivéssemos nenhum problema. Era só isso que eu queira colocar. Obrigada,
1487 Presidente. **PRESIDENTE:** Entendi, Ana Maria. Obrigada pela informação. É sempre
1488 importante compartilhar com a gente. Nós estamos dentro do horário previsto da pauta, da
1489 convocação. 11h30 previsto a indicação de representantes do CEAS para capacitação,
1490 Diretoria de Patos de Minas. Vou pedir para a Secretaria Executiva trazer algumas
1491 informações sobre esse ponto de pauta. **DANIEL - CEAS:** Sim. Obrigado, Presidente. É um
1492 ponto de pauta que foi solicitado, uma capacitação técnica dia 23 de novembro, agora, às 14h,
1493 em formato virtual, para o município de São Gotardo. A gente levou isso para a Mesa Diretora
1494 e depois, também ontem – infelizmente, Presidente, até já informando, e a Paula pode informar
1495 melhor – mas, a Comissão de Apoio não conseguiu reunir por falta de *quórum*. Depois a Paula
1496 pode confirmar. Mas, de toda sorte, a gente mandou uma consulta por meio de formulário lá
1497 no grupo de conselheiros e a Conselheira Carla se dispôs a fazer a capacitação.
1498 Posteriormente a Conselheira Ivone também se dispôs, só que, infelizmente teve uma
1499 convocação para a CIB no mesmo horário e no mesmo dia. Seria interessante a aprovação
1500 da plenária da Conselheira Carla, que já se dispôs e já está auxiliando-a, colocando material
1501 para ela apresentar, mas também ela solicitou que seria interessante ter uma conselheira ou
1502 conselheiro que pudesse apoiar nessa capacitação. Seria interessante também se alguém
1503 mais se dispusesse nesse dia 23, às 14h, auxiliar a Conselheira Carla que já se dispôs e
1504 também validar o nome da Conselheira Carla. Se a Paula quiser complementar com alguma
1505 informação, por favor. **IVONE, COGEMAS:** Só uma correção. Não é reunião de CIB. É a
1506 câmara técnica da proteção social. **DANIEL - CEAS:** Desculpa, Ivone. **PAULA - CEAS:** Ontem
1507 a nossa comissão estava bem desfalcada. Várias justificativas de ausência. O Sávio informou
1508 que não poderia que tinha outra reunião no mesmo horário. A Gabriela tinha reunião de
1509 trabalho, então, a princípio, estávamos eu e a Isaura. Depois a Marinete chegou, mas, mesmo
1510 assim, achamos por bem não fazer as tratativas da reunião pela falta de *quórum* mesmo. Essa
1511 capacitação, já fiz algum contato com o pessoal da Diretoria de Patos de Minas, que informa
1512 já ter feito várias reuniões oficinas com municípios, mas que não foram suficientes para sanar
1513 as dúvidas deles quanto ao funcionamento dos conselhos, estão pedindo esse apoio. Ontem,
1514 quando a Marinete chegou na reunião, ela falou que talvez consiga. Não sei se ela já tem essa
1515 resposta da possibilidade de apoiar a Carla. A Marinete está presente? Se você estiver e já
1516 tiver esse retorno para nós. Eu acho que a gente deve atender, mas... Pode falar, Marinete,
1517 por favor. **MARINETE, COGEMAS:** Sim. Eu estou presente. Eu acredito que vai ser possível,
1518 sim, porque como estou em outro município hoje – estou em Santo Antônio do Grama – então

1519 eu não tive um retorno do Cras, no qual eu teria um compromisso no mesmo dia, mas é no
1520 dia 23. Estou tentando me organizar aqui para estar junto com a Carla. Está bom? **PAULA -**
1521 **CEAS:** Beleza. Então, é isso. Nós queremos fazer então, como já criou expectativa, embora
1522 seja os princípios do CEAS de não atender municípios individualmente, sempre atender pelos
1523 agrupamentos, para isso foi pensado a questão das Urcmas para estarem juntando,
1524 considerando que são 853 municípios e fica inviável um atendimento individual. Mas, nesse
1525 caso, foi mais uma exceção mesmo. E esperamos, a partir daí, tratar com a diretoria para em
1526 um próximo momento fazer uma com mais municípios. É isso. **PRESIDENTE:** Obrigada,
1527 Paula. O Sávio se inscreveu. É o Sávio mesmo. **SÁVIO, CMAS BH:** Sobre esse assunto
1528 mesmo. Infelizmente ontem eu tinha um compromisso, uma reunião de emergência com a
1529 defesa civil, com relação ao plano de contingência no período de chuva, então não dava para
1530 desmarcar. A Paula veio me falar, eu perguntei para ela qual é o nome da cidade. A cidade é
1531 São Gotardo. São Gotardo foi onde eu nasci, mas São Gotardo tem algum problema com
1532 relação ao controle? Eu estou me dispondo também, das 14h às 15h, e se vocês concordarem,
1533 de acompanhar essa capacitação já planejada. De 14 às 15h eu posso e fiquei até curioso,
1534 com uma cidade do porte de São Gotardo, uma verdadeira metrópole, ainda não tem o
1535 conselho. Vocês entenderam a minha brincadeira, não é? É uma metrópole. São Gotardo é
1536 uma cidade metropolitana lá da região. Eu nem sei quantos habitantes. Eu saí de lá muito
1537 cedo, então não tenho relação com São Gotardo. Sai de lá com 3 anos de idade, mas, de
1538 qualquer forma, a cidade de origem sempre fica. Gostaria de acompanhar das 14h às 15h.
1539 **PAULA - CEAS:** Que ótimo. **SÁVIO, CMAS BH:** Fiquei com a curiosidade de saber qual é o
1540 problema também. Essa insistência da regional em capacitar, de certo o pessoal não
1541 entendeu. Estou achando um caso inédito. **PAULA - CEAS:** Que bom. Vamos lá para conferir,
1542 Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Vamos lá. **DANIEL - CEAS:** Só complementando, Sávio, parece
1543 que a diretoria pediu para focar no papel dos conselheiros e da Secretaria Executiva, de cada
1544 conselheiro. **SÁVIO, CMAS BH:** Ok. Vou preparar alguma coisa também e complemento lá
1545 com a Carla Valéria. Ela inicia e eu faço uma fala complementar. É papel de quê? Do
1546 conselheiro? **DANIEL - CEAS:** Isso, dos conselheiros e da Secretaria Executiva, Sávio.
1547 **SÁVIO, CMAS BH:** Ok. **PRESIDENTE:** Ótimo. Acho que podemos deliberar dessa forma, da
1548 Carla fazer a capacitação, a Marinete e o Sávio participarem no apoio a ela, que ela mesma
1549 pediu esse apoio. São Gotardo, em 2017, tinha uma população estimada de 35 mil habitantes,
1550 Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Nossa. A mesma que a sua. **PRESIDENTE:** Finalizando esse ponto
1551 de pauta, a plenária aprova as indicações? Não teve nenhuma manifestação contrária. 11h41.
1552 Acho que a gente consegue sair para o almoço um pouco mais cedo hoje e retornar
1553 pontualmente às 13h. Porque o próximo ponto de pauta é deliberação acerca da data da
1554 reunião ordinária de dezembro. A gente teve uma longa discussão ontem na Mesa Diretora.
1555 Eu acho que quase duas horas de discussão, bastante acalorada, acho que seria difícil

1556 colocar, encaixar agora antes de meio-dia. Vocês acham que a gente encaixa? **MARIANA,**
1557 **SEDESE:** Patrícia? Não dá para subir outro ponto, não? Para ganhar tempo? **PRESIDENTE:**
1558 Porque todos são grandes. Tem a data da posse. Tem o relatório da Conferência Estadual.
1559 Aprovação das deliberações. **MARIANA, SEDESE:** Os nomes, eu acho que é rápido.
1560 **PRESIDENTE:** Deliberação dos nomes dos conselheiros estaduais. Ok. A proposta da
1561 Mariana é que a gente, agora, de 11h42 até 12h, faça a deliberação dos nomes dos
1562 conselheiros estaduais da 12ª conferência. Eu consulto a plenária, se vocês estiverem de
1563 acordo com a alteração da ordem da pauta. Não teve nenhuma manifestação. **SUZANNE,**
1564 **SEDESE:** Eu concordo porque falei ontem o mesmo número de vagas, foi o mesmo número
1565 de pessoas que disponibilizaram, acho que não vai demorar, não. **PRESIDENTE:** Ok. Vou
1566 pedir para a Secretaria Executiva apresentar os nomes dos conselheiros que se candidataram
1567 para representar o CEAS na 12ª Conferência Nacional. E lembrando que o Regimento Interno
1568 da 14ª Conferência Estadual previu um artigo que é a eleição desses 12 delegados estaduais
1569 seria feita em plenária. **DANIEL - CEAS:** Coloquei um documento só para facilitar. Se eu puder
1570 só fazer uma contextualização de como foi decidida ou só falar os nomes? Como gostaria de
1571 proceder? **PRESIDENTE:** São seis vagas para governo e seis candidatos. Você apresenta os
1572 nomes e depois da sociedade civil, sendo que, se tiver mais de um candidato, se teve algum
1573 acordo ou se foi necessário algum critério. **DANIEL - CEAS:** Sim. Eu só queria falar que esses
1574 nomes a gente mandou um formulário do *Google Forms*, no grupo, para quem se interessasse
1575 em participar. O governo foi seis a seis, não teve nenhum problema com relação a isso. Eu
1576 vou falando os nomes, lembrando que agora a conferência será do dia 15 ao dia 18 de
1577 dezembro. É importante. Domingos Sávio de Araújo, Ivone Pereira Castro e Silva, Marinete
1578 da Silva Morais, Suzanne Cristina Horta Silva, Márcio Alves Evangelista e Elder Carlos
1579 Gabrich Júnior. Esses são do governo. Fechou, seis e seis. Vamos passar para a Sociedade
1580 Civil, a questão das entidades, tinha duas vagas para três candidatos. A gente entrou em
1581 contato com os candidatos. E a Carla Valéria solicitou que fosse suplente. Então, ficou o
1582 Élerson da Silva, como titular e o Lucas Estevão Ribeiro da Silva, como titular também. E a
1583 Carla Valéria Soares, como suplente até pela requisição dela. Trabalhadores: 2 vagas -
1584 Presidente Patrícia Carvalho Gomes, como titular. A Luanda do Carmo Queiroga, como titular.
1585 E a Gabriela de Almeida Loiola, como suplente. O critério aqui foi pessoas que não
1586 conseguiriam ir posteriormente, vamos dizer assim, do mandato não ter a reeleição. Usuários:
1587 2 vagas e 2 candidatas – Jéssica Teixeira Silva, se candidatou, preencheu o formulário. Essas
1588 pessoas estão inscritas no sistema, mas caso seja necessário mudar, a gente pode mudar,
1589 mas elas já estão todas inseridas no sistema. E a Isaura dos Santos Lopes, duas vagas, duas
1590 candidatas. O resumo é esse, Presidente. A gente conseguiu, de certa forma, balizar as
1591 decisões de vagas e candidatos e candidatas. **PRESIDENTE:** Daniel, passa para a parte da
1592 sociedade civil, dos trabalhadores, que foi o segmento que tivemos uma candidata a mais.

1593 Tivemos Patrícia, Luanda e Gabriela. Antes de fazer esse levantamento dos nomes que
1594 tinham interesse, discutimos no grupo da Mesa Diretora sobre os possíveis critérios. Até foi
1595 verificado em mandatos anteriores quais critérios eram utilizados e, um deles era o fato de ele
1596 estar finalizando o mandato. Eu estava de férias, mas vi rapidamente as discussões da Mesa
1597 Diretora, eu entendi que a sugestão da Mesa Diretora é que a plenária delibera o critério,
1598 assim como nas conferências anteriores, de que o conselheiro que está no seu segundo
1599 mandato, ele tem a oportunidade de ir. No caso, a Gabriela ainda está no primeiro mandato,
1600 foi reeleita para continuar no CEAS, ela ficaria como suplente. Destacar isso porque quem tem
1601 que deliberar o critério é a plenária. Pelo Regimento Interno da conferência ficou dessa forma,
1602 não foi, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Presidente, é interessante que a plenária decida isso
1603 mesmo, até mesmo para validar e não ter nenhum questionamento posterior. Concordo com
1604 a sua orientação da plenária validar, sim. **MARIANA, SEDESE:** A Gabriela está presente?
1605 **PRESIDENTE:** Acho que não. **PAULA - CEAS:** Não. Ela informou que só virá na parte da
1606 tarde. **DANIEL - CEAS:** Mas eu posso abrir o Regimento Interno da conferência aqui para
1607 verificar se tem essa questão. Eu concordo de antemão que é interessante verificar em
1608 plenária. **PRESIDENTE:** Não, é importante ver o que o regimento diz. Acho que não era uma
1609 orientação minha, não. Eu acho que é um artigo aprovado em plenária de conferência.
1610 **MARIANA, SEDESE:** Mas a Gabriela, algum momento, foi consultada? Só para saber se ela
1611 também não se opõe porque, talvez, ela queira fazer alguma defesa dela. Não sei. Eu entendo
1612 que a plenária decide, mas que a pessoa possa ter oportunidade de manifestar. Porque no
1613 caso da Carla, ela que solicitou que preferia ser suplente porque ela não vai ter disponibilidade
1614 de participar. **PRESIDENTE:** A Carla foi consultada. Eu estava de férias. Eu não estou a par
1615 da situação. Daniel, a Gabriela foi consultada? **DANIEL - CEAS:** Presidente, o caso da
1616 Gabriela seria o caso que historicamente foi decidido na Mesa, mas podemos consultar ela.
1617 Eu acho super válido mesmo, vai que ela tem alguma defesa ou queira, de certa forma já
1618 resolveria o assunto. Pedir para a Paula enviar uma mensagem ou ligar para ela, por favor.
1619 Não sei se ela vai poder atender, mas tendo essa informação, seria muito bom. Acho que vale.
1620 Estou abrindo o Regimento Interno. **IVONE, COGEMAS:** A Gabriela é governo ou sociedade
1621 civil? **DANIEL - CEAS:** Sociedade civil. **PRESIDENTE:** É representante dos trabalhadores.
1622 Estão concorrendo à vaga a Gabriela, Luanda e eu. **IVONE, COGEMAS:** Outra coisa, Patrícia,
1623 eu acho que como as doze vagas a escolha do estado, a única instância mais apropriada para
1624 fazer essa escolha tem que ser o CEAS. Qual era a outra para representar governo e
1625 sociedade civil? O estado não teria outra, não. **PRESIDENTE:** O artigo 11º fala que Minas
1626 Gerais vai ter 192 vagas para a Conferência Nacional, sendo 180 eleitas na Conferência
1627 Estadual, e 12 eleitas pelo CEAS. E o § 2º coloca que a eleição das delegadas que compõem
1628 a gestão 2019-2021 do CEAS, para as vagas das delegadas para a 12ª Conferência Nacional
1629 de Assistência Social será realizada em plenária do conselho. Não é apenas referendar a

1630 recomendação da Mesa Diretora. A orientação correta é que temos que deliberar em plenária.
1631 Acho que a Paula está consultando a Gabi. **PAULA - CEAS:** Só instante porque estou com a
1632 Gabi *on-line* aqui. Estou esperando a resposta dela. Pessoal, já tenho o retorno da Gabi. Já
1633 vou colocar para vocês. Ela disse que não tem problema. Vou passar a mensagem dela:
1634 “Paula, você pode me colocar como suplente, não tem problema, não”. Ela está abrindo o
1635 nome para ficar como suplente. **PRESIDENTE:** Ok, Paula. Obrigada. Fechamos esse ponto
1636 de pauta também. Como tem o número de candidatos igual ao número de vagas, não seria
1637 necessário fazer essa eleição aqui na plenária. 11h58, acredito que a gente possa sair para o
1638 almoço e retornar pontualmente às 13h. Bom almoço para vocês e até daqui a pouco.
1639 **MÁRCIO, ASSPROM:** Parabéns, delegados. Avante. Sucesso para vocês. **PRESIDENTE:**
1640 São 13h. Vamos retornando para a parte da tarde da plenária. Não sei se o pessoal da
1641 Secretaria Executiva já retornou. Estou vendo o Login o Daniel. Os conselheiros já estão?
1642 **ROSA, SEDESE:** Patrícia, nós temos vários logados. Acho que vai ter que fazer uma chamada
1643 para ver se estão todos eles. Estão todos logados. Ninguém saiu do login e aos poucos estão
1644 voltando, alguns. **PRESIDENTE:** Tinha 16, agora tem 18. Podemos esperar mais uns
1645 minutinhos. 18 ainda é pouco. **ROSA, SEDESE:** 19, mas têm alguns que não são
1646 conselheiros. Têm alguns logados duas vezes. **PRESIDENTE:** Já entrou mais gente. Da
1647 última vez que a gente olhou tinha 16, agora já têm 25 pessoas, então vou pedir para a
1648 Secretaria Executiva verificar quantos conselheiros titulares ou em condição de titularidade
1649 tem, para que a gente possa retornar a pauta do período da tarde. **ROSA, SEDESE:** Eu vou
1650 falar os nomes, se faltar alguém, manifeste aqui. Gabriela Loyola, você, Suzanne, Mariana,
1651 está logada a Natália. Cristiano, Lígia. Até então, só esses que eu vi entrando aqui. Tem mais
1652 algum conselheiro? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Eu entrei. **ROSA, SEDESE:** Eu falei
1653 seu nome, Gabi. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Eu não ouvi, desculpa. **VINÍCIUS,**
1654 **SEF/MG:** Vinícius, Secretaria de Fazenda. **SANDRA, SEE/MG:** Sandra Januária, conselheira
1655 Suplente da Secretaria de Estado de Educação. **ROSA, SEDESE:** Obrigada, Sandra. Vinícius.
1656 **IVONE, COGEMAS:** Rosa, também estou aqui presente. **ROSA, SEDESE:** A Isaura entrou
1657 agora. Vou colocar aqui dona Ivone. É só para a gente ver quem voltou do almoço, está. Isaura
1658 já entrou. O Vinícius eu já marquei. Dona Ivone. Tem mais alguém, mais algum conselheiro
1659 que não falei o nome? Suzanne já coloquei. Luanda. Agora já temos seis titulares e quatro
1660 suplentes em condição de titularidade, então temos 10 conselheiros aqui presentes.
1661 **PRESIDENTE:** Obrigada, Rosa. Eu acho que dá para a gente retomar, apesar de não ter
1662 *quórum*, mas já temos um número mais significativo de conselheiros. E pelo Regimento Interno
1663 a verificação do *quórum* se dá só no início da plenária. Peço para o Daniel transmitir a pauta
1664 da parte da tarde. **DANIEL-CEAS:** Presidente, já está aparecendo. **PRESIDENTE:** Ok.
1665 Obrigada, Daniel. Iniciando os trabalhos da tarde, a gravação já foi iniciada? **ANGELO -**
1666 **CEAS:** Já sim, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ótimo, Ângelo. O próximo ponto de pauta é o Relatório

1667 da 14ª Conferência Estadual. Esse relatório é encaminhado para o Conselho Nacional de
1668 Assistência Social, então a Secretaria Executiva preparou um relatório. Vou pedir para o
1669 Daniel apresentar. **DANIEL-CEAS:** Presidente, vamos passar da deliberação acerca da data
1670 para depois do relatório? **PRESIDENTE:** Gente, (áudio ruim) [00:07:15]. Eu foquei aqui no
1671 14h, desculpa. Próximo ponto... Ivone vai falar alguma coisa? O áudio da Ivone está aberto.
1672 **ROSA, SEDESE:** Dona Ivone, eu desativei seu áudio. **IVONE, COGEMAS:** É porque eu queria
1673 me inscrever. Eu não sei se a Patrícia vai me dar agora. **PRESIDENTE:** Pode falar, Ivone.
1674 **IVONE, COGEMAS:** Pessoal, eu até tinha pedido à Patrícia mais cedo, depois do almoço, eu
1675 queria esse momento para expor uma posição. Quando a Patrícia fez o informe do mandado
1676 de segurança do conselheiro, com relação ao presidente do conselho, eu tinha me inscrito no
1677 *chat* porque eu queria a fala para colocar esse ponto para conversarmos um pouco ainda
1678 nesse pleno. Só que a Patrícia não viu essa posição, essa inscrição minha no *chat* e passou.
1679 Eu queria saber da Presidência se ainda há possibilidade de colocar na pauta porque eu queria
1680 fazer uma fala, e eu vi que outro conselheiro também, de alguma pessoa que queria fazer, e
1681 não tivemos oportunidade porque na hora foi só a informação. Eu quero consultar a
1682 presidência se tem como ainda colocar esse ponto na pauta, nem que seja no final.
1683 **PRESIDENTE:** Entendi. Desculpa, Ivone. Eu acabei não vendo o *chat* nesse momento e,
1684 realmente, não vi sua mensagem. Mas a plenária é soberana, se a conselheira está trazendo
1685 a solicitação de inclusão de ponto de pauta, o regimento prevê que em função da relevância
1686 a pauta pode ser alterada. Em outras plenárias a gente já chegou a acrescentar ponto de
1687 pauta depois da aprovação. Vou consultar a plenária se concordam. A Mariana está colocando
1688 que sugere que seja no final. Eu até concordo com a Mariana, sugiro que seja depois das
1689 comissões temáticas. **IVONE, COGEMAS:** Não tem problema, não. Tranquilo. **PRESIDENTE:**
1690 Ok. A Luanda se inscreveu. **LUANDA, CRP/MG:** Me inscrevi para reforçar mesmo. A pauta é
1691 importante, sim, e concordo com a Mariana em ser no final. **PRESIDENTE:** Ok. Os
1692 conselheiros concordam com a inclusão de ponto de pauta após a pauta das comissões
1693 temáticas? Se estão de acordo, permaneçam como estão. Não teve nenhuma manifestação
1694 contrária, então eu vou pedir para a Secretaria Executiva incluir no final da pauta do dia a
1695 discussão sobre o mandado de segurança. Agora, seguindo a pauta, vamos discutir sobre a
1696 data da posse da próxima plenária ordinária em que ocorrerá a posse do próximo mandato.
1697 Pelo calendário anual de reuniões do CEAS, a plenária ordinária está prevista para os dias 16
1698 e 17 de dezembro. Mas com a alteração do calendário da Conferência Nacional, que vai ser
1699 do dia 15 ao dia 18 de dezembro, nós iniciamos uma discussão na Mesa Diretora quanto à
1700 necessidade de alterar porque senão alguns conselheiros do atual mandato e até mesmo
1701 alguns conselheiros que foram eleitos como delegados municipais na Conferência Nacional,
1702 não poderiam participar, iam ficar divididos entre a Conferência Nacional e a plenária ordinária
1703 do CEAS. Discutimos isso na Mesa Diretora. A Secretaria Executiva criou um grupo de

1704 *WhatsApp* essa semana para consultar os novos conselheiros em relação à data e ao formato
1705 da plenária, se seria presencial, híbrido ou virtual. Fizemos uma discussão bem longa, bem
1706 cansativa na reunião ontem na Mesa Diretora. Não chegamos a nenhum consenso de
1707 proposta de data. E consultamos o Conselho Nacional acerca do entendimento se os
1708 delegados nacionais são... Porque tem um informe três que fala o quadro de delegados por
1709 estado. Minas Gerais tem 192 vagas, 180 vagas são para delegados municipais e foram
1710 eleitos na Conferência Estadual, e 12 vagas são para conselheiros estaduais. Então tem um
1711 entendimento de que os delegados estaduais são os conselheiros estaduais, que vão ser
1712 eleitos aqui na plenária hoje, e também tem um entendimento que o fato de os conselheiros
1713 estaduais não serem mais conselheiros na data da Conferência Nacional, que não teria
1714 nenhum impedimento. Daniel, ontem, depois da reunião das comissões fez – 16h e pouco – e
1715 aí assim que eu consegui, 17h11, eu mandei um *e-mail* com cópia para o Daniel fazendo essa
1716 consulta para a comissão organizadora da Conferência Nacional, mas eles ainda não
1717 responderam. Mas, para além disso, eu pedi para o Daniel fazer um levantamento sobre as
1718 manifestações que tiveram no grupo. E aí ele me mandou lá no grupo da Mesa Diretora, não
1719 consegui abrir o arquivo pelo *WhatsApp*. Mas eu acho que teve umas cinco, seis
1720 manifestações. A partir disso, cinco ou seis, mas alguns podiam antes da Conferência
1721 Nacional. Alguns sugeriram antes da Conferência Nacional, outros depois, e foi um número
1722 pequeno, acho que cinco ou seis conselheiros que se manifestaram lá no grupo. Eu mandei
1723 *WhatsApp* para todos os conselheiros que foram eleitos e eu confirmei quais conselheiros que
1724 teriam disponibilidade de participar no dia 20. Confirmaram disponibilidade no dia 20: Juanita,
1725 Carina, Arlete, Lucas, Lara, Rodrigo, Cinara, Carla, que são titulares e suplentes de entidades.
1726 Marilene, Isaac, Leonardo e Maria Aparecida Baião, que são representantes de usuários.
1727 Simone e Jaqueline, representantes de CMAS sociedade civil/usuários. Sandra, Felipe,
1728 Ludson e Grazielle, representantes de trabalhadores, titulares e suplentes. Gabriela e
1729 Crislaine, representantes de CMAS sociedade civil/trabalhadores. Os representantes de
1730 CMAS governamental, Daniel, Érica e Cláudia também sinalizaram que que sim. E eu
1731 conversei com a Marinete que foi indicada pelo Cogemas hoje como titular, e todos eles
1732 confirmaram disponibilidade para poder participar da posse no dia 20. 24 conselheiros têm
1733 disponibilidade para participar dia 20. A Suzanne perguntou se presencial. Eu fiz a consulta
1734 do dia 20, só que o pessoal já me respondendo: “Presencial ou virtual?” Eu falei: “Não, temos
1735 que discutir na plenária ainda, mas primeiro temos que definir a data”. Mas a grande maioria
1736 já falou que tem o interesse de ser presencial. O que eu me recordo, a única que falou em ser
1737 virtual foi a Kariny que está aqui, Kariny Amorim. É isso. A minha sugestão é de a gente
1738 deliberar a data pelo dia 20 e consultar os novos conselheiros, a Secretaria Executiva faria
1739 uma consulta formal por *e-mail*, para os novos conselheiros para que eles possam decidir se
1740 faz a plenária presencial, virtual, híbrida. Mas, de qualquer forma, a minha defesa é pelo dia

1741 20. Inclusive, este mandato tomou posse dia 20 de dezembro, então estaria completando dois
1742 anos. E a gente teria a oportunidade, os conselheiros estaduais que vão participar da
1743 Conferência Nacional, de participar da plenária de posse e trazer um retorno sobre as
1744 principais discussões, dando um norte mesmo em relação ao que está acontecendo no cenário
1745 nacional. A Mariana está inscrita. Vou passar a palavra para ela. **MARIANA, SEDESE:** Só
1746 acrescentar, reforçar a necessidade de ser presencial pelo pedido de todos os conselheiros e
1747 por todas as coisas que a gente já argumentou aqui, e tem argumentado inclusive com o
1748 pedido do Cogemas, das regionais, das entidades, de retomada de atividades presenciais
1749 para melhorar a qualidade da participação e a interação. Eu estou entendendo que se a
1750 maioria pode dia 20 e a maioria também já tinha pedido presencial, que a gente deixe já
1751 agendado para o dia 20 de forma presencial, principalmente porque precisamos fazer a
1752 capacitação com os novos conselheiros. O momento da posse tem a formalidade de posse, e
1753 ontem também nós discutimos a necessidade de fazer uma primeira capacitação, então
1754 vamos organizar uma capacitação introdutória para os novos conselheiros falando sobre
1755 controle social, sobre um pouco do funcionamento do CEAS, que é importante os novos,
1756 principalmente que nunca foram. A gente sabe que têm alguns que já têm experiência, que já
1757 participaram do CEAS ou estão nos conselhos municipais, mas a gente também tem
1758 representantes de usuários e de entidades que estão vindo pela primeira vez. Se a maioria
1759 pode dia 20, eu acho que o mais importante é garantir a participação dos novos conselheiros
1760 e que seja de forma presencial, também para garantir essa qualidade do evento.
1761 **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Mais alguém gostaria de fazer algum comentário em relação a
1762 essa pauta ou podemos partir para o encaminhamento? **DANIEL-CEAS:** Só um
1763 encaminhamento, Presidente. Não é nem um encaminhamento, é só a pergunta. Realmente,
1764 se já definir agora, fica melhor para a Secretaria Executiva, a questão presencial a gente já
1765 começa a articular a logística. (áudio ruim) [00:19:03] Secretaria Executiva só mesmo. **IVONE,**
1766 **COGEMAS:** Se me permitir, é só uma ressalva porque a Mariana colocou a questão da
1767 posição do Cogemas, da volta presencial e tudo. Mas, recentemente, Mariana, nós tivemos
1768 uma reunião da Secretaria Executiva do Cogemas e foi muito bem pontuado o ganho que teve
1769 também as reuniões a distância, em todos os sentidos. A gente foi refletindo muito junto e,
1770 inclusive, o Cogemas já até posicionou por escrito à Sedese referente a isso, que vamos fazer
1771 uma defesa muito forte pelas reuniões remotas porque abriram um leque de participação muito
1772 grande para todos os gestores, para acompanhar essas instâncias, tanto da CIB quanto do
1773 CEAS. **MARIANA, SEDESE:** Só completar, Ivone, eu acho que para o ano que vem podemos
1774 pensar em um calendário híbrido. Fazer algumas *on-line*, algumas presenciais. E eu acho que
1775 precisamos evoluir aqui na Sedese, temos olhado isso até com outras secretarias, se
1776 conseguimos equipamentos bons para fazer a transmissão da reunião. Hoje o nosso problema
1777 de fazer híbrido é porque precisamos de boas câmeras e bons microfones. Porque quando

1778 colocamos várias pessoas dentro de uma sala em reunião e faz a transmissão, e abre a
1779 participação para os que estão no modo virtual, se não tiver bons equipamentos, quem estiver
1780 no virtual não consegue, fica com a participação prejudicada. Porque na reunião presencial
1781 acontecem as conversas paralelas, tem ruído externo. Então, a gente, no estado, estamos
1782 precisando organizar esse espaço. Não é só a Sedese, eu acho que é uma realidade para o
1783 estado todo porque várias secretarias agora vão adaptar os seus modos de trabalho para
1784 conseguir fazer o evento híbrido. **IVONE, COGEMAS:** Eu pensei, Mariana, nas Uaitecs, não
1785 responde a isso, não? Retomar, melhorar. **MARIANA, SEDESE:** Não é todo município que
1786 tem Uaitec, porque no estado, lá na Secretaria de Desenvolvimento e Tecnologia, tinha uma
1787 sala de áudio visual com boas câmeras e bons equipamentos. Se fizesse essa reunião lá, as
1788 pessoas que estariam fora também – se fosse só via Uaitec, teria que ter Uaitec no município.
1789 É isso que você falou? Porque são poucas Uaitecs no estado. Mas, enfim, é isso. A gente tem
1790 que pensar... **IVONE, COGEMAS:** Vamos ter que pensar outro desenho aí. **MARIANA,**
1791 **SEDESE:** Vamos ter que construir esse espaço bem tecnológico para facilitar para todo
1792 mundo. É isso. **PRESIDENTE:** Ok. A Suzanne está inscrita. **SUZANNE, SEDESE:** O Daniel
1793 falou, mas eu ia fazer a sugestão. Se for possível, de definir se vai ser presencial ou a
1794 distância, porque tem uma coisa: se for presencial é preciso operacionalizar as diárias e tudo,
1795 temos prazo até para fazer empenho aqui no estado. Se demorar, nem conseguimos. Eu fiquei
1796 feliz de você falar que a maioria falou que pode presencial no dia 20, porque dia 20 é uma
1797 semana meio complicada do ano. 20 de dezembro, eu fiquei feliz que eles podem porque eu
1798 até fico pensando que se fizer virtual, primeiro que a gente iria perder uma parte dessa
1799 passagem entre gestões do CEAS, que acho que é uma perda e a gente nem ia se conhecer.
1800 Tem conselheiro que nunca vi presencialmente, então eu estou um pouco animada da reunião
1801 ser presencial. E nem conseguimos levantar em tempo as dificuldades de *chip*, de telefone,
1802 que foi um problema nessa gestão, que a gente não conseguiu resolver, e para dezembro
1803 acho que teria menos condição ainda. Já que eles têm disponibilidade, eu faço a defesa por
1804 ser presencial também e, se for possível, para a gente já definir isso de uma vez.
1805 **PRESIDENTE:** Eu concordo com vocês. Eu falei para consultar eles porque eu consultei, mas
1806 foi uma consulta informal de *WhatsApp*. Eu mandei mensagem para 26 que eram os que foram
1807 eleitos e para a Marinete do Cogemas que é desse mandato agora. Dos governamentais eu
1808 não mandei mensagem porque ainda não teve a nomeação, não é? Mas imagino que Mariana
1809 e Suzanne continuem, enfim. Que eu me lembro, acho que só a Kariny disse que não, que
1810 não poderia presencial. Que não poderia, não, que preferia por questão da covid-19 no
1811 município dela, tal. Eu acredito que a maioria possa, sim, mas fica essa sugestão se vocês
1812 acharem melhor da Secretaria Executiva fazer uma consulta formal para poder definir a
1813 modalidade. **KARINY:** Patrícia, é opção, eu dou preferência ser virtual porque os casos na
1814 minha localidade estão aumentando, mas como a maioria já demandou para presencial, eu

1815 vou. Não tem problema algum. É só questão de segurança mesmo. **PRESIDENTE:** Ok, Kariny.
1816 Obrigada. Eu vou colocar em regime de votação. Os conselheiros que concordam que a
1817 reunião ordinária do mês de dezembro seja realizada presencialmente no dia 20, por favor,
1818 permaneçam como estão. Se houver alguém que se opõe, por favor, se manifeste no *chat*.
1819 Não havendo nenhuma manifestação contrária, aprovada. Eu chamo a atenção que é um dia
1820 de reunião, não é? A gente está entendendo que não vamos fazer a reunião das comissões,
1821 até porque é um pouco complicado. Esse mandato discute uma pauta e o outro mandato
1822 delibera. Isso é um pouco sensível. Vou registrar aqui a abstenção da Conselheira Luana
1823 Castro. **IVONE, COGEMAS:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Como
1824 as reuniões são precedidas de comissões, essa não tem a comissão, não é? É só pleno?
1825 **PRESIDENTE:** E fazemos uma reunião virtual da Mesa Diretora antes da Conferência
1826 Nacional para definir a pauta e lançar a convocação. Marcamos uma semana antes, pelo
1827 menos, a reunião da Mesa Diretora para publicar a convocação com a pauta para os
1828 conselheiros já se nortear. **LÍGIA:** Patrícia, só para sinalizar, está errado na ata que está
1829 sendo redigida. Está 20 de dezembro de 2012. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lígia. **DANIEL-**
1830 **CEAS:** Complicado, não é? **PRESIDENTE:** Voltou ali, eu até pensei: “o que eu estava fazendo
1831 em 2012?” Deixa eu ver se era um ano bom. **DANIEL-CEAS:** Eu estava na faculdade ainda.
1832 Aí ficou complicado. Obrigado. **PRESIDENTE:** A reunião da Mesa Diretora a gente marca a
1833 data depois lá no grupo, mas como a convocação tem que sair uma semana antes, então pelo
1834 menos uma semana antes da data do dia 20. Vencemos esse ponto de pauta. O próximo é o
1835 Relatório da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social. O Daniel fez o relatório. Vou
1836 pedir para ele fazer a apresentação. **DANIEL-CEAS:** Sim. Esse ano o CMAS fez dois
1837 sistemas, um para delegados e delegadas, que a gente já preencheu, e agora com a validação
1838 da plenária já está tudo certo. E o outro que é do relatório, onde fala a avaliação, fala as
1839 deliberações, etc. Fizemos aqui uma planilha em *Excel*. Apresentamos ela ontem na Mesa
1840 Diretora e agora vamos apresentar de novo. Mas, antes Presidente, foi deliberado na Mesa
1841 Diretora ontem que ia apresentar os resultados da avaliação dos participantes. Eu vou
1842 apresentar rapidinho. Já adiantando que o saldo foi bem positivo, mas vou apresentar
1843 rapidamente. Já está na tela, inclusive tivemos umas respostas a mais. A gente tem 191
1844 avaliações dos participantes, e fizemos algumas perguntas em relação ao modelo do CNAS
1845 para ficar pronto para inserir no sistema. Eu vou falar as perguntas aqui e mostrar, mas é bem
1846 rápido. Podemos ver que em relação à mobilização e preparação (atividades previamente
1847 realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e mais qualificada na
1848 Conferência Estadual), a gente vê que 44% Ótimo; 44,5% bom; 9,9% regular e o restante,
1849 bem pequeno, tem Ruim ou Péssimo. Pouquíssimas avaliações. A gente vê que a maioria, no
1850 que tange à mobilização, mais de 160 foi ótimo ou bom. No que tange à acessibilidade
1851 (tecnologias assistivas, intérprete de libras, equipe de apoio e demais condições para a

1852 participação das pessoas com deficiência). A gente vê que 28,8% falou que foi ótimo; 45%
1853 falou que foi bom. A maioria falou que foi bom. E regular teve 20,9%; e Ruim ou Péssimo foi
1854 2,6% cada. A gente vê mais uma vez que o ótimo ou o bom também, digamos assim,
1855 sobressaíram. Em relação à programação (atividades e horários previstos para a Conferência
1856 Estadual). 24,6% acharam ótimo; 41,4% acharam bom; 26,2% foi regular; 5,8% Ruim; 2,1%
1857 Péssimo. Mais uma vez, a maioria achou bom, foram 79 respostas. E, quando você junta bom
1858 ou Ótimo, temos mais de 100 respostas, dando mais de 60% dos votantes. Participação
1859 (envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas, debates e
1860 na tomada de decisões da Conferência Estadual). Mais uma vez, 48,4% acharam ótimo;
1861 47,6% acharam bom; 9,9% acharam regular; e Ruim ou Péssimo foi só 1% e 0,5%. Mais uma
1862 vez, ótimo e bom prevalecendo. No que tange à ampliação do conhecimento sobre o tema da
1863 Conferência “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do estado, com financiamento
1864 público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.” Para tanto considerar que
1865 5 representa grau máximo de conhecimento agregado e 0 indica que não agregou
1866 conhecimento algum. Mais uma vez, ótimo foi 48,7%; bom 37,2%; regular 12%; aqui seria 201
1867 aí não somou nenhum, 0,0%; 0,0% e 1%. Para além do CNAS, deixamos algumas sugestões
1868 para que as pessoas pudessem escrever. E o que vimos é que a maioria foi pedindo
1869 presencial. A maioria mesmo pedindo presencial, nesses comentários, e questões de
1870 acessibilidade, então têm algumas questões também em relação a cronograma. Mas, a
1871 maioria, como eu disse, é sobre presencial e virtual. Isso foi para os participantes. Fizemos
1872 um com os participantes e fizemos um para os conselheiros. Para os conselheiros também
1873 teve uma avaliação positiva. **PRESIDENTE:** Daniel, acho que travou o áudio dele para mim.
1874 **DANIEL-CEAS:** Não, parei mesmo. **PRESIDENTE:** Está bom. **DANIEL-CEAS:** Um minutinho.
1875 Só vou mostrar a avaliação dos conselheiros que é super rápido também e já apresento o
1876 relatório. Mas o relatório é esse, trazer essas avaliações. Os conselheiros tiveram sete
1877 respostas. Sobre Relevância e clareza do tema da conferência, 85% dos conselheiros
1878 responderam que acharam ótimo; 14% acharam bom, do tema. A relevância e clareza do eixo
1879 1, que é a proteção social não contributiva e o princípio da equidade. 83,3% acharam ótimo;
1880 16,7% acharam bom. Relevância do eixo 2 - 66,7% acharam ótimo; 33,3% acharam bom.
1881 Relevância do eixo 3 - 85,7% acharam ótimo; 14,3% acharam bom. Relevância e Clareza do
1882 eixo 4 - 66,7% acharam ótimo; 33,3% acharam bom. Relevância e Clareza do eixo 5 - 83,3%
1883 acharam ótimo; 16,7% acharam bom. Debate no Grupo e Definição das propostas. Aqui já
1884 muda a pergunta: como foi o debate no Grupo de Trabalho do eixo 1? Bom foi 50%; ótimo
1885 33%; regular 16,7%. Debate no Grupo de Trabalho do eixo 2? Bom 66,7%; ótimo 33,3%.
1886 Debate no Grupo de Trabalho do eixo 3? Bom 57,1%; ótimo 42,9%. Debate no Grupo de
1887 Trabalho e Definição de Propostas do eixo 4? Bom 50%; ótimo 33,3%; regular 16,7%. Debate
1888 no Grupo de Trabalho e Definição de Propostas do eixo 5? Bom 50%; ótimo 33,3%; regular

1889 16,7%. O CNAS pede aos conselheiros para falarem sobre os aspectos positivos, negativos e
1890 demais considerações. Os aspectos positivos que os conselheiros, no relatório, inclusive
1891 (trecho incompreensível) [00:35:38] 14 são só 7. Foi possível realizar a conferência, está aqui
1892 escrito. A participação de todos, em especial dos usuários; a presença; participação dos
1893 debates; participação efetiva dos delegados; mesmo na pandemia ter feito a conferência; a
1894 possibilidade da participação de muitos delegados e a discussão sobre o controle social etc.
1895 Aspectos negativos, tivemos: atrasos; falta de conexão; cumprimento de horário; *Internet*
1896 oscilando; por ter sido virtual, às vezes a *Internet* caia; a falta de participação de muitos
1897 delegados. Alguém escreveu que a constatação de que a Política Estadual quase nada lançou
1898 nesses dois últimos anos. Em termos de Demais Considerações: nada a acrescentar;
1899 parabenizar pelo esforço; empenho do CEAS; em todos os aspectos foi positivo; tema; eixos;
1900 etc. E o outro, nada a dizer a mais. É isso. Fizemos essa avaliação por meio de *Google Forms*.
1901 E agora só vou apresentar como fizemos a planilha para apresentar para o CNAS. Mas vocês
1902 podem ver que o saldo foi estatisticamente positivo. Acho que é algo muito bom de ter
1903 registrado em ata. Apresentamos essa planilha na Mesa Diretora de ontem. Os que estão em
1904 amarelo ainda vamos calcular. Tentamos (trecho incompreensível) [00:37:22] metodologia de
1905 cálculo ontem para explicar o porquê e o prazo é até amanhã. Hoje e amanhã, vamos
1906 preencher lá no sistema. Essa planilha é com base no sistema do CNAS, é uma unidade
1907 federativa de Minas Gerais. Código do IBGE; Identificação da Conferência que é a 14ª;
1908 Formato da Conferência Virtual; Total de Horas de realização, utilizamos o certificado da
1909 própria Luminar, foram 30; Local de Realização (se presencial) foi virtual; Número de
1910 participantes, colocamos em amarelo, apresentamos na Mesa ontem porque participantes, a
1911 própria Luminar fala que é muito complicado participantes porque várias pessoas entram pelo
1912 mesmo celular, etc. Então, o que colocamos ontem na Mesa Diretora aqui, vamos calcular
1913 agora, apresentando aqui o que vamos colocar aqui o total de delegados que a Secretaria
1914 Executiva tinha feito o controle, mais convidados, mais colaboradores; total de delegados foi
1915 751 que a gente tinha no nosso controle aqui; Número de convidados, tivemos que colocar os
1916 palestrantes, as mesas de abertura etc.; Número de observadores, a gente pegou número da
1917 plataforma de Youtube. Então até o dia que a gente tinha colocado aqui tinham mais de 1.600
1918 visualizações no Youtube. Dia 25, 1.693 visualizações; Data de Início dia 25 de outubro; Data
1919 de Término dia 27 de outubro. Aqui vai só trocar, colocar o dia primeiro e o mês depois, depois
1920 a gente formata isso no sistema. E o Quantitativo de Delegados, é do nosso controle, são 146
1921 usuários, 127 trabalhadores, 108 entidades, 370 governo, em um total de 751. Quantitativo de
1922 pessoas envolvidas com a organização, no conselho vamos pegar o controle que fizemos.
1923 Tivemos um controle para cada dia. Vamos colocar aqui essa categorização aqui eles falaram
1924 até para ignorar. O sistema do CNAS teve alguns problemas de designer, e até de perguntas
1925 também, mas vamos colocar o quantitativo com base nos nossos controles da Subas e do

1926 conselho porque temos esse controle de quem ajudou e ajudou em que etc. Prestadores de
1927 serviços, já levantamos com a Luminar, com a relatoria, que cada um teve 20 colaboradores
1928 de cada empresa. Colocamos aqui 40. Sociedade civil foi várias, então a gente levantou
1929 algumas, o Cogemas, Frente Mineira em Defesa do Suas, Frente Parlamentar em Defesa do
1930 Suas, Urcmas, FETSuas, Cress, CRP, Sindicatos etc. É complicado levantar, mas colocamos
1931 algumas que enumeramos ontem. **PRESIDENTE:** Daniel, desculpa te interromper. **DANIEL-**
1932 **CEAS:** Por favor. **PRESIDENTE:** Ontem eu perdi um pouco essa parte, mas eu acho que a
1933 gente podia colocar a Frente Nacional em Defesa do Suas, porque a Márcia Lopes representa
1934 a Frente Nacional. E ela participou de tantos eventos gratuitamente, ainda por cima. **DANIEL-**
1935 **CEAS:** Claro. Sem problemas. Beleza. Já escrevi aqui. Nos eventos de Mobilização, tivemos
1936 nove encontros de incentivo, acho que foram mais de 300 municípios que participaram.
1937 Palestras ou debates públicos, não tiveram. *Live*, foi levantado que teve uma *live*, então
1938 colocamos aqui. Encontros Preparatórios com usuários, colocamos que não teve
1939 diferenciação com os encontros que fizemos dos 9. Então colocamos 9 aqui também. E
1940 Outras formas, colocamos aqui: capacitação para conselheiros e conselheiras, que também
1941 foi levantado ontem na Mesa Diretora; e colocou também as Conferências Regionais que eu
1942 acho que é um grande evento de mobilização e preparação que, talvez, por si só já seja maior
1943 que do que um evento de alguns estados. Colocamos isso aqui também. Acho muito
1944 importante colocar as Conferências Regionais. Sobre a participação do CEAS nas
1945 conferências municipais, e até agradecer a Paula que fez esse levantamento: Palestras em
1946 25 municípios. E o número de conselheiros presentes nas conferências: 18 do governo, 3 de
1947 usuários, 3 de trabalhadores e 7 de entidades. Demonstrativo de municípios que realizaram a
1948 conferência. Aí colocamos o número do sistema, que foi o número que utilizamos até a data
1949 limite para inserção no sistema, foram 720. Aqueles que não realizaram foram 133, mas aí
1950 nas considerações colocamos: “Primeiramente é válido ressaltar que esse foi o número de
1951 municípios que inseriram as informações até a data limite estabelecida por meio da Comissão
1952 Organizadora no sistema informacional estadual. Assim, é possível que outros municípios
1953 tenham realizado a conferência municipal posteriormente à data limite de inserção no sistema.
1954 Dito isso, as principais razões apresentadas por parte dos municípios foi que, em função da
1955 pandemia provocada pela covid-19, os municípios estavam com o orçamento limitado nos
1956 informando da dificuldade de conciliar as ações necessárias para enfrentar a pandemia e
1957 demais ações, tal como a realização da conferência municipal. Também nos foi relatado a
1958 dificuldade de acessibilidade de realização de conferência virtuais, bem como o desafio de
1959 fazer conferência seguindo protocolos estabelecidos.” Isso aí a gente (trecho incompreensível)
1960 [00:42:47] bastante dos municípios. Foi realmente um trabalho de mobilização e agradecer,
1961 como sempre, a equipe da Secretaria Executiva. Na questão da quantidade de pessoas que
1962 participaram dos eventos e preparação, aí eu pensei a mesma metodologia lá. Vamos colocar

1963 aqui o número de pessoas que participaram. Então, vamos fazer esse levantamento para fazer
1964 quantas pessoas colocaram. Eu vou fazer esse levantamento hoje e vamos inserir no sistema
1965 essa quantidade para ficar mais correto possível. Mas, lembrando sempre de que é importante
1966 fazer uma metodologia mais sólida, porque participação em eventos virtuais é algo um pouco
1967 complicado, então temos que ter essa metodologia mais própria que colocamos lá em cima.
1968 Utilizar a mesma aqui também. Ato de Convocação. Colocamos a Resolução nº 739, do CEAS,
1969 até colocou inclusive o *link* aqui. Programação. Colocamos a Resolução nº 744 que teve
1970 aquela alteração. Aí na Resolução nº 744 está certinho, colocou o *link* também. No Registro
1971 das Deliberações da Plenária Final, colocamos é porque pede o eixo e as deliberações, então
1972 foram dois para a União. O sistema CNAS só pede só o da União só. São 10 no final das
1973 contas. Então colocamos na ordem estabelecida mesmo lá pelo informe, salvo engano,
1974 informe do CNAS 4, salvo engano. E aí colocamos na ordem, as duas primeiras do eixo 1, as
1975 primeiras duas do eixo 2, as primeiras duas do eixo 3, as duas primeiras do eixo 4 e as duas
1976 primeiras do eixo 5, totalizando então 10. Já compartilhamos o anexo nos grupos, que
1977 inclusive fizemos uma minuta de resolução para aprovar essas deliberações. Avaliação da
1978 Conferência Estadual, aí eu já mostrei para vocês que foram aqueles relatórios. A gente tinha
1979 colocado 186, até algumas pessoas avaliaram a mais, então é 191 agora; 7 (trecho
1980 incompreensível) [00:45:05] conselheiros estaduais. E isso aqui, então é até um pouco injusto
1981 porque o sistema CNAS, ele fala para colocarmos só o que foi da maioria. Na avaliação dos
1982 participantes, por exemplo, vamos ter que inserir que é bom, a gente não insere a quantidade
1983 que esses falam que foi bom, e a quantidade que fala que foi ótimo. Fala só o que foi a maioria.
1984 Já mostrei para vocês que em questão de participantes, mobilização, local e infraestrutura,
1985 (trecho incompreensível) [00:45:37], acessibilidade, programação e participação, a maioria foi
1986 bom. A maioria foi bom estatisticamente. Aqui, quando pede para o delegado, o participante
1987 avaliar de 0 a 5, aí já deixam para colocarmos a quantidade. Aqui a gente tinha colocado aqui
1988 que a maioria foi 5 mesmo. A maioria foi ótimo, digamos assim. Depois aqui eu vou mudar
1989 porque algumas pessoas avaliaram um pouco a mais, tiveram 5 avaliações a mais, vamos
1990 consertar isso aqui hoje. Mas tinha sido 92 ótimo; 69 bom; 3 seria entre aspas regular 21; 2, 1
1991 e 0 seria 1 e 2. Então, mais uma vez, foi uma avaliação muito positiva. E avaliação dos
1992 conselheiros e aqui em relação ao tema foi ótimo. A gente preenche no sistema só ótimo
1993 porque foi a maioria. Coloquei até xis aqui para ficar bem claro. E trabalho em grupo foi bom.
1994 A maioria, de todos os conselheiros foi bom, e aspectos positivos, negativos e demais
1995 considerações eu já li para vocês, eu vou inserir todas aqui. Foram só 7 avaliações, então em
1996 resumo é isso, Presidente. Acho (trecho incompreensível) [00:47:07] e o que me parece é que
1997 podemos sair com a cabeça erguida nesse sentido, porque as avaliações foram muitas, quase
1998 200 avaliações foram boas ou ótimas da Conferência Estadual. É isso. **PRESIDENTE:** Ok,
1999 Daniel. Obrigada. Deixa eu passar para a Suzanne que está inscrita. **SUZANNE, SEDESE:**

2000 Gente, não vou ficar sendo repetitiva, não. Só queria registrar em ata aqui algumas coisas que
2001 eu falei ontem na Mesa Diretora. Primeiro, parabenizar a Patrícia pela condução, até tantas
2002 da noite superfina na condução da conferência. Daniel, Patrícia e Mariana, pelo que eu vou
2003 chamar de gestão de crises da conferência, nos bastidores. Enquanto apresentávamos, nos
2004 bastidores resolvendo mil problemas, enfim. Parabenizar os outros conselheiros, a comissão
2005 organizadora. Eu falei uma coisa ontem aqui que aconteceu muito, acho que todo mundo
2006 percebeu. Às vezes tinha pontualmente alguém reclamando a gente nem precisava fazer nada
2007 porque vinha uma multidão para defender a gente, viam o nosso esforço e tal. Apesar do
2008 cansaço por ter sido longo, acho que foi muito positivo também. Não houve esse desgaste
2009 emocional em relação às reclamações e tal, então isso é muito positivo. O pessoal da Subas
2010 também, têm vários diretores aqui que também participaram muito. Eu queria só pontualmente
2011 falar da Marcela e da Rose da Subas, porque sem elas os contratos não aconteceriam. Esse
2012 pessoal fica mais nos bastidores, acho importante falar das duas porque elas contribuíram
2013 muito para os TRs para as contratações, para resolver os problemas dos contratos. Ontem
2014 elas não estavam na reunião da Mesa Diretora, então eu queria deixar parabéns para todos
2015 aqui e especialmente para as duas da Subas que participaram muito para essa conferência
2016 acontecer. Era isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne, e assino embaixo do que você disse.
2017 E até não quero ser repetitiva também na minha fala, na abertura eu parabenizei todos os
2018 envolvidos, comissão organizadora, Secretaria Executiva e equipe da Subas, inclusive até
2019 citei o nome da Marcela, da Rose e da Ana Paula também, aquela leoa nos grupos de
2020 *WhatsApp*, orientando todos os delegados o tempo todo incansavelmente. Fica o registro de
2021 parabéns a todos que trabalharam nessa conferência. O Cristiano se inscreveu. **CRISTIANO,**
2022 **SEDESE:** Eu também não queria ser repetitivo, não. É só reforçar isso o que a Suzanne falou.
2023 Acho que é parabenizar todos os conselheiros envolvidos, a comissão organizadora da
2024 conferência, os apoiadores que vieram (trecho incompreensível) [00:50:08] não estão no
2025 CEAS, mas ajudaram e contribuíram com a conferência. Os conselheiros que participaram e
2026 também reforçar esse agradecimento para os profissionais da Subas, da Sedese, que nos
2027 bastidores e ativamente também, tanto nas conferências regionais quanto na Conferência
2028 Estadual trabalharam o tempo inteiro tentando ajudar naquilo que era possível e se esforçando
2029 ao máximo para ajudar realizar toda a conferência, que foi um evento único. É a primeira vez
2030 que fazemos. A gente não sabia como fazer. O trabalho começou muito antes. A gente vinha
2031 se reunindo no conselho, na comissão organizadora, já de muito tempo, quase que
2032 semanalmente a gente vinha se reunindo. Foi um trabalho exaustivo, não só para executar
2033 porque para executar a conferência, a gente tinha que operacionalizar, então foram muitas
2034 emoções, muitos documentos redigidos, acho que era só agradecer mesmo também a todos
2035 que estavam envolvidos no CEAS, os conselheiros e especialmente meus colegas da Subas,
2036 as equipes técnicas da Subas e das diretorias regionais que participaram diretamente. Para

2037 que a gente conseguisse ter os dados que tivemos, foi um trabalho em conjunto, o CEAS e a
2038 Sedese, para que conseguíssemos o resultado que tivemos. Acho que foi muito válido, foi
2039 muito importante. Um marco que tivemos. Não deixou nada a desejar. Lógico, teve falhas,
2040 teve situações, mas eu acho que foi grande do mesmo jeito. É agradecer e parabenizar.
2041 Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. A próxima inscrita é a Ivone. **IVONE,**
2042 **COGEMAS:** Eu também gostaria de manifestar. Também não quero ser repetitiva. Acho que
2043 o resultado (trecho incompreensível) [00:52:07]. Nós tivemos um grande sucesso, mas eu
2044 queria destacar, assim, ela foi mais positiva do que negativa. Mas eu queria ressaltar alguns
2045 pontos que eu acho que são fundamentais. Nós tivemos nesse momento tão crítico de
2046 pandemia, um momento em que no mês de maio ainda estávamos com uma posição de cento
2047 e poucos municípios que iriam realizar a conferência. A maioria totalmente desanimada com
2048 relação a essa condição de fazer essa conferência. E constitui-se a comissão, tenta-se
2049 articular e vivemos aqui um momento tão crítico de fazer com que a sociedade civil
2050 participasse da conferência. A gente lutou para dar as condições e deixo o meu registro. Acho
2051 que o estado não teve aquela participação de garantir alimentação. Tivemos que recorrer aos
2052 municípios. Uma conferência estadual, tivemos que tampar a cara e pedir aos gestores para
2053 garantir esse espaço de alimentação e de acesso à *Internet*, à condição de ser presente. E,
2054 no final, a gente ouviu usuário dizendo: “Eu não posso ficar até às 18h porque o equipamento
2055 aqui fecha às 17h, já tenho que sair do equipamento.” De fato, eu queria só registrar isso. Eu
2056 acho que temos que dar mais prioridade às ações do CEAS, que é uma ação que mostrou aí
2057 pela belíssima conferência, belíssima articulação no estado, que ela merece, o conselho
2058 merece ter esses pontos avaliados. Não é por causa de recursos, porque tinha. Sobrou
2059 recurso para a ação e a gente não teve um envolvimento para que, realmente, de fato, fosse
2060 garantido para os delegados da conferência alimentação, acesso à *Internet*, quer dizer, o
2061 CEAS teve, junto com outros grupos, que mobilizar os municípios para garantir isso.
2062 **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Reflexões importantes. Márcio Caldeira. **MÁRCIO,**
2063 **ASSPROM:** Primeiro encontro, eu acho que, infelizmente, se torna um pouco repetitivo nesse
2064 processo de avaliação porque a impressão é quase que unânime. De todos. Mas, assim, eu
2065 queria ressaltar muito os aspectos positivos desse processo de construção, que começou lá
2066 atrás, no mês de maio, se não me engano, as primeiras tratativas que começamos. Se não
2067 me engano, foi isso ou foi mais atrás ainda. Muita discussão se a gente ia ter a conferência,
2068 em fevereiro a Patrícia colocou aqui se ia ter a conferência ou não. Muitas idas e vindas,
2069 problemas que a gente havia levantado lá atrás com as condições de participação efetiva dos
2070 usuários, trabalhadores, as entidades, da gestão desse processo envolvido (áudio ruim)
2071 [00:55:42] os prós e os contras. Mas, ao final, chegamos em uma conferência com mais de
2072 600 municípios. Não foi aquela Brastemp toda, mas foi realizada. Acho que isso é um
2073 verdadeiro reconhecimento. Esse reconhecimento de todos que trabalharam aí, conselheiros,

2074 apoiadores, Secretaria Executiva, Sedese, cada um dentro do seu empenho, dentro da sua
2075 área de competência, que somados chegamos nesse resultado efetivo. Tivemos as
2076 dificuldades claras que foram colocadas aqui, com certeza, mas se a gente for pesar em uma
2077 balança, não ter a conferência seria mais danoso do que realizá-la dessa forma. Eu acho que
2078 demonstramos que temos capacidade de superação embora as adversidades sejam muito
2079 maiores. Acho que temos um aprendizado, um aprendizado mesmo para retirar de todo esse
2080 processo porque Conferência Estadual de forma virtual, não é para qualquer entidade realizar.
2081 Não é qualquer conselho que consegue realizar uma conferência dessa magnitude como
2082 fizemos. O processo foi muito doloroso, cansativo, mas tem que ter um reconhecimento. Olha
2083 a quantidade de municípios que conseguimos acessar. Olha a quantidade de usuários que
2084 participaram. Olha a quantidade de conferências municipais que foram realizadas, as
2085 conferências regionais e, principalmente, o teor das discussões que foram desencadeadas.
2086 São processos que vão ficar nos anais dessa conferência. E cada um aqui tem uma
2087 participação efetiva nesse processo. Eu acho que é importante avaliar onde tivemos os
2088 gargalos, para nas próximas melhorar. Eu acho que temos que evidenciar o aspecto positivo
2089 desse processo, foi algo que demoramos quase seis meses para realizar e conseguimos
2090 chegar nesse resultado efetivo. É parabéns mesmo a toda equipe técnica que estava por trás
2091 disso, a toda Secretaria Executiva, para os conselheiros, Sedese, todos os apoiadores,
2092 colaboradores, para que realmente chegasse nesse sucesso. Eu acho que essa sintonia que
2093 todo mundo teve no processo, muitas coisas que aconteceram nos bastidores da conferência,
2094 onde a gente ficava nas contas do *Zap*, um atrás do outro resolvendo os problemas, fazendo
2095 adequações para que o resultado fosse alcançado logo em seguida. Isso demonstrou muito
2096 empenho de cada um em busca de soluções. Não ficamos só no problema de apontar os
2097 defeitos, apontar as falhas, mas buscar soluções. Eu acho que isso é uma experiência para o
2098 Conselho extremamente importante. Cada um fez a sua parte e fez da melhor forma possível.
2099 Não tem nenhuma conferência da qual eu já participei que a gente não teve os gargalos e os
2100 problemas. Não tenha dúvida disso, falta de recurso, falta de apoio etc. Isso vai estar sempre
2101 ocorrendo porque isso faz parte dessa estrutura de participação. A gente não consegue ter
2102 uma unanimidade de 100% de todos nesse sentido. Eu queria mesmo é enfatizar o grau de
2103 valorização que tivemos nessa participação. Parabenizar essa Mesa Diretora do Conselho por
2104 toda essa condução que teve durante todo esse processo. Meu depoimento é esse. Embora
2105 tenha todas as críticas, todas as dificuldades apresentadas, mas eu gostaria muito de vivenciar
2106 o aspecto positivo que essa conferência deixou e o experimento dela como um mecanismo
2107 também de mobilização e o momento que conseguimos fazer de superação. Esse é o meu
2108 depoimento, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio. Por falar em gargalo, eu acho que
2109 o principal gargalo é o formato de uma conferência virtual. O nosso país não tem uma estrutura
2110 tecnológica que nos permita. E Minas Gerais é um estado gigantesco com área rural, com

2111 vários locais com dificuldade de acesso à *Internet*. A gente sabe que não tem as condições
2112 tecnológicas necessárias para fazer um evento desse tipo. E até mesmo pelas características
2113 do próprio público, do próprio evento, então não posso deixar de registrar a minha avaliação
2114 que, se possível, não havendo pandemia, que as próximas conferências sejam sempre
2115 presenciais. Porque esse formato virtual, por melhor que tenha conseguido alcançar, ele é
2116 penoso para a organização. Ele é penoso para os participantes. Muitos dias de conferência.
2117 É cansativo. Dois dias de reunião do CEAS a gente já fica morrendo, não é, gente? E que
2118 estamos acostumados com esse formato já há quase dois anos virtual. As pessoas que não
2119 estão acostumadas com isso, elas sofrem. Às vezes a gente não consegue garantir a
2120 participação de todos os delegados, uma série de coisas. É mais barato virtual? É mais barato,
2121 mas nem empresas que conseguem garantir isso, temos. Então, às vezes, a gente não
2122 consegue garantir uma acessibilidade para uma pessoa com deficiência ou, então, não
2123 consegue garantir uma plataforma mais intuitiva, de mais fácil acesso, digamos assim. O que
2124 eu gostaria de deixar aqui é isso, é essa recomendação que, por melhor que tenha sido
2125 avaliada a conferência, que as próximas não sejam virtuais, que a gente consiga se esforçar
2126 para realizar presencialmente, que é o anseio de quase todos que participaram. É isso que eu
2127 gostaria de registrar. Não tem mais nenhum inscrito. Deixa eu passar para o Daniel. Ele está
2128 transmitindo a minuta de resolução que publica as deliberações das Conferências Regionais
2129 e da 14ª Conferência Estadual. Vou pedir para o Daniel prosseguir com a leitura. **DANIEL-**
2130 **CEAS:** Obrigado, Presidente. Concordo. Concordo e até já conversamos sobre isso.
2131 Concordo, é exatamente isso. A Resolução é bem simples. O texto é bem simples, vamos
2132 colocar os anexos das deliberações, tanto das regionais quanto da conferência estadual. O
2133 texto é: “Publica as deliberações das Conferências Regionais e da 14ª Conferência Estadual
2134 de Assistência Social de Minas Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
2135 Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artº 13, da Lei Estadual
2136 nº 12.262, de 23 de junho de 1996. RESOLVE: Art. 1º. Publica as deliberações anexas, das
2137 Conferências Regionais e da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais,
2138 ocorridas nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2021, com o tema: “Assistência Social direito do
2139 povo e dever do estado com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir
2140 proteção social”. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo
2141 Horizonte, 19 de novembro de 2021.” Vamos fazer o anexo com as deliberações que já foram
2142 encaminhadas para o grupo. **PRESIDENTE:** Ok. Eu queria ver com a plenária se vocês acham
2143 necessário fazer a leitura das deliberações ou se podemos aprovar a minuta da resolução,
2144 considerando que o anexo são as deliberações das regionais e da estadual, ou se é
2145 necessário fazer a leitura? Ninguém manifestou aqui no *chat*, então estou entendendo que
2146 podemos deliberar a partir dessa minuta que foi lida pelo Daniel. Vou colocar em votação. Os
2147 conselheiros que concordam com a minuta de resolução que publica as deliberações das

2148 conferências regionais e da Conferência Estadual, por favor, permaneçam como estão. Os
2149 que discordam ou se abstém, por favor, se manifestem. Não havendo nenhum registro,
2150 aprovada a resolução. Obrigada, Daniel. Vamos seguindo com a pauta. A deliberação dos
2151 nomes dos conselheiros foi feita antes do horário do almoço. Já passamos para a pauta das
2152 comissões temáticas. A Comissão de Apoio, já foi informado no período da manhã que ela
2153 não teve ponto de pauta. Queria consultar qual comissão podemos tratar agora? Política e
2154 Orçamento tiveram uma pauta conjunta no início da plenária. Normas, também teve uma
2155 pauta. Acho que o Éleron não está aqui no momento. Se o Cristiano já quiser trazer, inclusive
2156 **MARIANA, SEDESE:** Só uma dúvida, Patrícia. **PRESIDENTE:** Sim, Mariana. **MARIANA,**
2157 **SEDESE:** Aquela pauta sobre capacitação era essa comissão de apoio? E não foi discutido o
2158 assunto então? É isso? **PRESIDENTE:** Isso. Na Mesa Diretora a gente deliberou que a
2159 Comissão de Apoio iria aprofundar na proposta de capacitação. E a informação da Secretaria
2160 Executiva é que não houve reunião da Comissão de Apoio. Na reunião da Mesa Diretora
2161 podemos discutir isso e, se for o caso, colocamos na pauta de dezembro. Mas, de qualquer
2162 forma, a gente já inclusive pode sugerir a capacitação na de dezembro e na de janeiro, que é
2163 aquela de barragens, que a gente conversou na Mesa Diretora. Vocês querem começar pela
2164 Comissão de Normas? **SUZANNE, SEDESE:** Patrícia, a gente não tem ponto de deliberação
2165 da Comissão de Normas. **ELDER, SEDESE:** Patrícia, se quiser apresentar de Orçamento
2166 conjunta, eu estou aqui. Eu posso apresentar já também. **PRESIDENTE:** Está joia. Então eu
2167 vou passar para a Comissão de Orçamento, para o Elder trazer o ponto de pauta conjunta.
2168 **ELDER, SEDESE:** Obrigado, Patrícia. Foi uma reunião conjunta entre a Comissão de
2169 Orçamento e a Comissão de Políticas. E o ponto era discutir alguns problemas que estão
2170 tendo no pagamento do Auxílio Emergencial Mineiro. E também houve uma discussão sobre
2171 questões relativas ao Auxílio Brasil. Sobre o pagamento do Auxílio Emergencial Mineiro, a
2172 Luanda, a Ivone e também a Ana Maria trouxeram alguns pontos e dificuldades no pagamento.
2173 Os principais são: primeiro, que as pessoas vão até às casas lotéricas e encontram dois
2174 problemas. O primeiro é que elas não estão sendo orientadas adequadamente sobre o Auxílio
2175 Emergencial Mineiro. E o segundo é que às vezes elas já vão com todas as informações e
2176 documentação, mesmo assim elas não são atendidas. Houve também um ponto trazido pela
2177 Ivone sobre o atendimento na Caixa, que muitas vezes mandam as pessoas irem para o Cras
2178 e isso acaba sobrecarregando o trabalho dos Cras, que já estão sobrecarregados com as
2179 demandas por causa da pandemia, do aumento da situação de vulnerabilidade social. E
2180 também essa discussão acabou entrando na discussão sobre o Auxílio Brasil, sobre as
2181 dúvidas dos beneficiários, sobre o fato de que os beneficiários não estão sabendo como que
2182 eles vão sacar, quais são as mudanças. A respeito do Auxílio Emergencial Mineiro, a gente
2183 combinou... **IVONE, COGEMAS:** Não. Não foi da Caixa, das casas lotéricas, entendeu?
2184 **ELDER, SEDESE:** Eu já falei das casas lotéricas, Ivone. Eu falei primeiro. **IVONE,**

2185 **COGEMAS:** Desculpa. **ELDER, SEDESE:** Eu falei primeiro das casas lotéricas. **IVONE,**
2186 **COGEMAS:** Na Caixa não tem reclamação, não. **ELDER, SEDESE:** Ok. E a gente trouxe
2187 quatro encaminhamentos, o pessoal não colocou na tela, mas os encaminhamentos seriam:
2188 o primeiro é de reforçar mais uma vez o pedido de uma reunião com a Caixa para falar desses
2189 problemas com as casas lotéricas e de problemas de pagamentos, de informação a respeito
2190 do Auxílio Emergencial Mineiro. Sobre isso eu reforcei o pedido, formalizei por *e-mail* ontem.
2191 E o pessoal do CEAS até mandou para vocês a cópia do *e-mail*. A gente também combinou
2192 de fazer uma orientação para os conselhos municipais a respeito do Auxílio Emergencial, a
2193 respeito de quem está faltando pagar ainda, quando vai ser essa data de pagamento. Essa
2194 orientação vai levar em consideração um ofício que já foi enviado aos municípios tratando
2195 desses pontos. O nosso terceiro encaminhamento foi a respeito de enviar para os municípios
2196 as listas de quem já recebeu Auxílio Emergencial Mineiro e de quem não recebeu ainda, para
2197 que os municípios possam fazer busca ativa dessas pessoas, tirar qualquer dúvida. E o quarto
2198 foi o encaminhamento a respeito do Auxílio Brasil, que foi até trazido pela Luanda de fazer
2199 uma *live*, uma videoconferência para tratar sobre o Auxílio Brasil. O que já se sabe, quais são
2200 as questões, quais são os problemas. Foram esses encaminhamentos e foram essas as
2201 discussões de maneira resumida. **PRESIDENTE:** Ok, Elder. Obrigada. Mais algum
2202 conselheiro gostaria de fazer alguma contribuição sobre esse ponto de pauta? **CRISTIANO,**
2203 **SEDESE:** Patrícia, é só reforçar que foi conjunta com a Comissão de Política, mas o Elder já
2204 leu aí a discussão que foi feita e os encaminhamentos que foram trazidos aí e discutidos na
2205 reunião. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Obrigada. A Ivone trouxe essa pauta junto da Luanda.
2206 Você queria complementar alguma coisa, Ivone? **IVONE, COGEMAS:** O que o Elder colocou,
2207 mas o que está acontecendo muito, principalmente nos municípios de porte I, é a questão das
2208 casas lotéricas. As casas lotéricas não estão sendo preparadas e a Caixa, que é o órgão
2209 executor do pagamento, acaba transferindo através das casas lotéricas esse problema para
2210 os Cras, para a Secretaria de assistência. O usuário que já vem da zona rural, vem para fazer
2211 o seu saque, normalmente não tem muito essa experiência, saber o que está acontecendo.
2212 Ele chega, vai lá: “Falou para mim que o problema está é aqui. Não é lá, não.” De fato, fica
2213 transferindo essas atribuições. Até que a gente explica: “Mas você está vendo direito. Está
2214 aqui. Nós imprimimos. Você tem direito.” Agora é o papel da Caixa pagar. Muitos desses não
2215 têm celular. Não tem aplicativo. Eles acabam precisando de alguém para ajudar. Para ajudá-
2216 los a fazer o saque. E nesse caso, os municípios porte I que não têm agência, o usuário tem
2217 que se deslocar da cidade para ir até à Caixa na outra cidade. Muitas vezes não tem horário
2218 de ônibus. O ônibus já foi. Foi pela manhã. O usuário acaba perdendo o dia. Vem da zona
2219 rural ou, então a secretaria tem que arrumar carro para levar ele até uma agência. Fica muito
2220 complicado. Essa relação está conflituosa e principalmente essa situação da robotização, que
2221 foi muito bem falado pela Ana Maria também. Nós, os usuários, estamos sendo impostos a

2222 um sistema de robotização, principalmente no direito nosso de receber um benefício. A gente
2223 está à mercê dessas instituições financeiras que o próprio sistema de pagar por conta social
2224 digital. É isso. Eu acho que foge até muito mais além do pagamento do Auxílio Mineiro, mas
2225 foge em uma dinâmica de governo que agora está tratando os usuários, principalmente
2226 usuários que mais demandam da proteção social do estado, são os que mais ficam no final
2227 da fila para receber. Porque não é aquele que entende de Caixa Tem, de aplicativo para baixar
2228 no sistema. Eu trago aqui um desabafo também nesse sentido e dizer que o CEAS pode
2229 pensar. A Luanda deu a ideia da *live*. Acho que temos que (trecho incompreensível) [01:13:55]
2230 mais políticas do CEAS para mostrar o nosso posicionamento. Nós não somos a favor disso,
2231 dessa dificuldade de o usuário receber um benefício que é dele, que é direito dele. E parece
2232 que a instituição financeira impõe pagar por Poupança Social Digital, mas na verdade, eu
2233 também peguei o decreto lá que rege e pode pagar por Poupança Social Digital. De fato, é
2234 lamentável, tanto no Auxílio Mineiro e agora o Auxílio Brasil, praticamente vai ser todo
2235 robotizado. **PRESIDENTE:** Ivone, assim que você começou a falar, na verdade, eu caí. Teve
2236 um pico de energia aqui e minha *Internet* desconectou. Ligou de novo agora. Perdi a sua fala,
2237 desculpa. Teve alguma inscrição no *chat*? **DANIEL-CEAS:** Não, Presidente. **PRESIDENTE:**
2238 Ok. Os conselheiros estão esclarecidos em relação a essa pauta? Podemos colocar os
2239 encaminhamentos em deliberação? Acho que sim. Não teve nenhuma manifestação, então os
2240 encaminhamentos: reforçar o pedido de reunião com a Caixa sobre os problemas ocorridos.
2241 Fazer uma orientação para os conselhos municipais sobre o Auxílio Emergencial. Enviar para
2242 os municípios as listas de quem já recebeu o auxílio e o encaminhamento sobre o Auxílio
2243 Brasil com uma *live* para esclarecimentos. Teria que pensar a partir de quando seria realizada
2244 essa *live*. Acredito eu que, provavelmente no ano que vem, e qual comissão seria responsável
2245 por organizar. Provavelmente a Comissão de Política, acredito eu. Os conselheiros que
2246 concordam com os encaminhamentos apresentados pela Comissão de Política e de
2247 Orçamento, permaneçam como estão. Os que discordam, se manifestem. Não havendo
2248 nenhuma manifestação no *chat*, aprovadas as propostas de encaminhamento. Podemos
2249 passar agora para a Comissão de Política trazer os pontos de encaminhamento. **CRISTIANO,**
2250 **SEDESE:** Daniel, você está com a tela projetada aí. Eu tenho um arquivo para projetar. Eu
2251 posso projetar? O que precisamos apresentar é uma súmula que ficou da reunião que a
2252 Comissão de Política fez em setembro. Têm alguns encaminhamentos que precisávamos
2253 apresentar para deliberação. Na reunião do dia 16 de setembro de 2021. Aqui tem os
2254 presentes: Dona Anédia estava presente, eu, o Élerson estava de férias, a Jéssica estava
2255 ausente, Lígia presente, Luanda presente, Sílvia ausente. O primeiro ponto era sobre uma
2256 deliberação que veio para a Comissão de Política sobre o calendário anual de qualificação da
2257 Subas. O Plano Estadual de Educação Permanente. O mesmo já tinha sido pactuado na última
2258 reunião da CIB, no dia 9 de setembro. Fizemos a discussão do calendário. A Lívia, que é a

2259 Diretora de Capacitação da Subas, esteve presente tirando as nossas dúvidas. A Luanda
2260 relatou as dificuldades de comunicação na oferta de cursos para os trabalhadores. Foi feita
2261 toda uma discussão e houve essas estratégias de comunicação. Fizemos essa discussão. A
2262 Lívia apresentou algumas questões envolvendo a articulação que é feita junto às diretorias
2263 regionais. Foi sugerido também utilizar o *e-mail* do banco de dados dos municípios do estado
2264 para divulgar, coisa que meio que fazemos também. As ações são divulgadas na página da
2265 Sedese e nas redes sociais, com o convite e o *link* de inscrição. A gente falou que é importante
2266 também seguir as redes sociais para ficar atualizado, mas isso tudo vai por *e-mail*, as
2267 informações as capacitações. Eu falei que a base de dados do CadSuas muitas vezes está
2268 desatualizada e isso, às vezes, vai no *e-mail*, ele vai para a gestão. Isso já foi relatado para a
2269 gente que vai no *e-mail* da gestão municipal, e muitas vezes a gestão municipal não comunica
2270 para os trabalhadores a oferta de um determinado curso que está disponível. Têm essas
2271 questões. Foi discutida essa criação de melhorar as estratégias de comunicação dando ampla
2272 divulgação das capacitações, além desse esforço da Subas de orientar os municípios na
2273 atualização dos dados do CadSuas, para utilizar os dados do CadSuas para fazer essas
2274 divulgações. E reforçando também essa importância da participação dos trabalhadores
2275 conforme está previsto na política estadual, para que os trabalhadores possam participar de
2276 eventos de capacitação durante o horário de trabalho porque isso conta como capacitação
2277 continuada. O encaminhamento que a comissão discutiu foi pela aprovação do calendário. A
2278 gente passa ponto por ponto ou vão todos os pontos? São sete pontos. **PRESIDENTE:** Como
2279 são muitos pontos, a gente está com um horário razoável, acho que podemos abrir para
2280 discussão porque às vezes facilita se alguém tiver dúvida. Vamos abrir para ver se algum
2281 conselheiro gostaria de trazer alguma contribuição para discussão desse primeiro ponto. De
2282 acordo com a proposta de encaminhamento, pela aprovação do calendário? Não teve
2283 nenhuma manifestação aqui no primeiro ponto. Podemos seguir para o segundo, Cristiano.
2284 **DANIEL-CEAS:** Presidente, só um instante, desculpa. Eu tenho o calendário e a resolução
2285 aqui. Se quiser que eu projete porque eu acho que esse é o ponto, porque eles têm que fazer
2286 a resolução e o calendário. Se quiser, a gente já projeta e já resolve em ponto. Os outros
2287 pontos não têm que ter resolução e nem nada, então, se quiser, já projeto aqui ou então deixo
2288 para o final. **PRESIDENTE:** Ótimo, Daniel. **DANIEL-CEAS:** Ok, vou projetar aqui. Esse é o
2289 calendário que nos foi passado e para ele fizemos também uma minuta de resolução. Ele seria
2290 o anexo da resolução. Teria o planejamento anual e tem o percurso formativo, como vocês
2291 podem ver aqui: tema, tipo de qualificação, público-alvo, modalidade, data de oferta, carga
2292 horária. Aí vem aqui detalhando. Podemos encaminhar esse arquivo também. Mas, em
2293 resumo, tem todo detalhamento dessas ações. E depois tem de julho a dezembro de 2021 a
2294 mesma coisa. Percurso Formativo, tema, tipo de qualificação, público-alvo, modalidade, data
2295 de oferta, carga horária. Tem esse detalhamento também dessas ações para 2021. Tem a

2296 minuta de resolução aprova o Calendário de Qualificação de 2021, para compor o Plano
2297 Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais. “O Conselho Estadual, em reunião
2298 ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2021, de acordo com suas competências
2299 estabelecidas considerando a LOAS, considerando a Resolução do Conselho Nacional,
2300 considerando a nº 33, considerando a Resolução do CNAS nº 269; considerando do Conselho
2301 Nacional CNAS Resolução 04, Resolução da Sedese nº 36; considerando a Resolução da
2302 Comissão Intergestores Bipartite na CIB nº 9; considerando a Resolução CEAS nº 643;
2303 considerando a Resolução nº 9 da CIB; considerando a Resolução nº 708 CEAS;
2304 considerando a Resolução nº 9 da CIB; considerando as contribuições e subsídios do Núcleo
2305 Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais
2306 e demais coordenadores. RESOLVE: Art. 1º. Aprova o Calendário Anual de Qualificação –
2307 2021 para compor o Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais 2022-2023,
2308 conforme Anexo I desta Resolução. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua
2309 publicação.” E aí tem na própria resolução o calendário. Basicamente é isso, Presidente. Se
2310 puder, podemos até – na minha opinião – colocar em regime de votação. **PRESIDENTE:**
2311 Acredito que sim. Obrigada, Daniel. Os conselheiros entenderam a discussão? Já podemos
2312 colocar em regime de votação? Não tivemos nenhuma manifestação no *chat*. Em regime de
2313 votação. Os conselheiros que aprovam o planejamento, permaneçam como estão. Os que
2314 discordam, por favor, se manifestem. Não havendo nenhum registro contrário e nenhuma
2315 abstenção no *chat*, aprovado. Na oportunidade registrando também a presença da Grazielle
2316 Cachapuz, que foi eleita conselheira para o próximo mandato, representando o Conselho
2317 Regional de Psicologia. Bem-vinda. Obrigada por estar participando da nossa reunião. Vários
2318 conselheiros novatos puderam participar da reunião hoje. Alguns pela manhã, outros agora
2319 pela tarde. Vou registrar a presença também da Gabi. Eu vi um Gabriele Silva aqui. Eu estou
2320 assim “Uai, gente, mas como assim a Gabi já (áudio ruim) [01:25:50]. Bem-vinda de volta,
2321 Gabi. **GAZIELE, CRP/MG:** Boa tarde a todos. Obrigada, Patrícia. **PRESIDENTE:** Obrigada,
2322 Grazi. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Patrícia. Estou de volta. Não como conselheira, mas
2323 na Sedese como servidora à disposição do conselho. **PRESIDENTE:** Ótimo. Bom retorno.
2324 Deixa eu passar para o Cristiano de novo para o segundo ponto. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu
2325 esqueci de falar, a Luanda estava participando dessa reunião. Luanda, fique à vontade, se
2326 você estiver. Não estou conseguindo ver se você está aqui, mas fique à vontade também para
2327 completar alguma coisa aqui. Acho que a Lígia estava também. Ponto dois. O Conselho
2328 Nacional enviou para o CEAS um pedido de informações sobre uma situação envolvendo o
2329 município de Juiz de Fora. Essa solicitação já tinha sido anterior a setembro, mas pedimos
2330 uma dilação do prazo para dar tempo do município, o Conselho Municipal lá de Juiz de Fora,
2331 responder. E temos um processo SEI, um processo eletrônico que foi criado e que tem todas
2332 essas informações, todo histórico dessa solicitação. Resumidamente, o que acontece? Lá em

2333 Juiz de Fora as ofertas que acontecem nos Cras do município e nos Creas, o PAIF e o PAEFI,
2334 são executados por uma entidade, por uma organização não governamental. E foi feito esse
2335 questionamento com pedido de informações para verificar essa situação porque são ofertas
2336 que deveriam ser estatais. E lá em Juiz de Fora ocorre, por meio dessa parceria com essa
2337 entidade que se chama AMAC - Associação Municipal de Apoio Comunitário. Têm várias
2338 informações nesse processo que o próprio conselho municipal de Juiz de Fora, em uma
2339 reunião extraordinária realizada em 19 de novembro de 2019, reconheceu a execução indireta
2340 desses serviços e tem termo de ajustamento de conduta também que foi aberto pelo Ministério
2341 Público, um inquérito civil público foi aberto para a verificação da situação. E, pelo que
2342 levantamos aqui, envolve também a respeito da contratação dos profissionais que atuam
2343 nesses serviços lá no município de Juiz de Fora, mas têm várias questões envolvendo essa
2344 oferta indireta de PAIF e PAEFI lá no município de Juiz de Fora. O município prestou algumas
2345 informações, conseguimos informações também pela Regional Sedese lá de Juiz de Fora que
2346 levantou algumas informações e encaminhou um memorando também ainda em agosto. A
2347 Regional da Sedese de Juiz de Fora também fez contato com a Secretaria Municipal de Juiz
2348 de Fora. Isso tudo a gente tinha já levantado, essas informações, e solicitado nas reuniões
2349 anteriores de setembro, esse apoio da Sedese, contato lá com a gestão municipal e, ao
2350 mesmo tempo pedindo informações para o Conselho Municipal para responder ao Conselho
2351 Nacional. Nesses contatos que a Diretoria Regional da Sedese fez com a Secretaria Municipal
2352 de Juiz de Fora, foi informado que a execução dos serviços era terceirizada, a oferta do PAIF
2353 e PAEFI (áudio ruim) [01:29:36]. Ela traz outras informações, fala que está em conformidade
2354 com a oferta dos serviços, mas continua a questão da oferta indireta de dois serviços que
2355 seriam ofertas estatais. A entidade fala (áudio ruim) [01:29:58] também informa a respeito do
2356 TAC, a contratação dos profissionais foi feita a partir de seleção aberta feita pela entidade.
2357 Têm várias informações aqui a respeito desses encaminhamentos e dessas respostas que a
2358 secretaria municipal informou para a gente. E aí o que é que acontece? A gente, na reunião
2359 de agosto, não teve *quórum* para fazer a reunião e deliberar em relação a esse ponto. Então,
2360 o que a gente discutiu é que a resposta do Conselho Municipal que a gente tinha solicitado lá
2361 em agosto, veio depois do prazo que o Conselho Nacional tinha dado para nós lá em
2362 setembro. O que discutimos é que iríamos anexar essa resposta do Conselho Municipal, que
2363 foi depois do prazo do processo, aí eu não conversei com a Adelmira para saber se isso
2364 (trecho incompreensível) [01:31:08] foi o encaminhamento que fizemos já (trecho
2365 incompreensível) [01:31:10] processo SEI essa resposta do pedido de Juiz de Fora, mesmo
2366 que tenha sido fora do prazo e enviar comunicação para o Conselho Nacional informando a
2367 respeito do recebimento dessa resposta pelo Conselho Municipal de Juiz de Fora, que foi
2368 depois do prazo, mas eles enviaram a resposta. Esse foi o encaminhamento desse ponto, que
2369 é responder o Conselho Nacional com informações enviadas pelo Conselho Municipal (trecho

2370 incompreensível) [01:31:46] que ela foi feita depois do prazo solicitado. (Trecho
2371 incompreensível) [01:31:51] informação dos conselhos municipais são muito pouco os casos
2372 que temos a resposta do prazo. Geralmente o pessoal não respeita muitos os prazos, não,
2373 infelizmente. Mas esse seria o encaminhamento do ponto dois. Responder o Conselho
2374 Nacional com o ofício que foi encaminhado pelo Conselho Municipal, mesmo que tenha sido
2375 depois do prazo que foi estabelecido. A gente está meio atrasado. **PRESIDENTE:** Ok,
2376 Cristiano. Em discussão. Os conselheiros têm alguma dúvida em relação ao que foi
2377 apresentado pelo Cristiano? Não tem nenhuma inscrição no *chat*, acho que podemos deliberar
2378 esse ponto de encaminhamento. Se os conselheiros estiverem esclarecidos, gostaria de
2379 colocar em votação o envio de ofício ao Conselho Nacional informando o recebimento do e-
2380 *mail* do CMAS de Juiz de Fora, considerando que o recebimento foi realizado em data
2381 posterior à data de 10 de setembro. Os conselheiros que concordam com o encaminhamento
2382 do ofício, permaneçam como estão. Os que discordam, manifestem no *chat*. Não havendo
2383 nenhum registro, aprovado o encaminhamento. Terceiro ponto da Comissão de Política.
2384 **CRISTIANO, SEDESE:** O terceiro ponto é sobre o município de Cambuí. É uma denúncia que
2385 chegou. É um tipo de informação sobre uma situação lá em Cambuí. O presidente do Conselho
2386 Municipal de Cambuí, a Presidente Flávia Galvão, no dia 27 de julho informou o CEAS que o
2387 coordenador do Cras do município solicitou benefício eventual auxílio financeiro para
2388 beneficiário do Suas, em nome do próprio coordenador. Considerando que o requerente não
2389 tinha CPF e RG. Então, o que acontece? A gente recebeu da presidente do Conselho
2390 municipal de Cambuí, uma informação de que o coordenador do Cras recebeu um benefício
2391 eventual em nome de usuário e a informação de que o usuário, como ele não tinha CPF e
2392 identidade, o coordenador utilizou o seu próprio CPF e RG para receber esse benefício em
2393 nome do usuário. O fato foi verificado a partir de um relatório sintético dos gastos dos recursos
2394 do Piso Mineiro em 2020/2021, que consta também no relatório social, cujo empenho estava
2395 no nome do coordenador que assinou o recebimento do valor em cheque e repassou ao
2396 beneficiário. Segundo as informações que tivemos, em relação a essa situação, parece que
2397 tudo foi registrado lá do município, mas chama muito atenção esse tipo de coisa. O que temos
2398 de conhecimento, parece que não é a primeira vez, isso é uma coisa que acontece. E é uma
2399 situação realmente bem estranha porque o encaminhamento deveria ter sido outro, de tentar
2400 buscar a documentação civil do usuário para que ele possa receber o benefício. Quer dizer,
2401 uma prática realmente ainda estranha, mas que ainda persiste (trecho incompreensível)
2402 [01:35:22]. É informado que o Conselho Municipal recebeu essa informação, foi para o estado
2403 o parecer sobre a prática realizada lá no município, seria essa concessão de benefício em
2404 forma de pecúnia para usuários do Suas que não possuem documentos. E a discussão que
2405 fizemos na comissão, tendo em vista que o Conselho Municipal pediu um parecer do CEAS
2406 com orientações a respeito disso, fizemos então a discussão de que no caso de usuários que

2407 não possuem documentação de identificação, (trecho incompreensível) [01:35:57] lá do Suas,
2408 lá no município, para o município articular com as outras políticas, com o Conselho de Justiça,
2409 Polícia para que seja viabilizada a documentação para que ele possa receber, quer dizer, isso
2410 tira completamente autonomia dele, desse usuário, que essa prática não deve ser adotada.
2411 Inclusive a pessoa que faz isso está sujeita às ações administrativas e outras mais, porque é
2412 o nome da pessoa que está sendo implicada para receber um recurso que não fica com ela.
2413 É um trem bem esquisito mesmo. E fizemos discussão das implicações éticas da prática e que
2414 deve ser punida. O encaminhamento do que a gente discutiu (trecho incompreensível)
2415 [01:35:41] um ofício para o Conselho Municipal fazendo menção sobre a concessão de
2416 benefícios eventuais e chamando atenção de que esse tipo de prática não deve ser adotado
2417 e a gente sugeriu de levar essa discussão para a Comissão de Apoio, porque pode ser que
2418 isso não seja uma prática isolada. Talvez (trecho incompreensível) [01:37:01] por falta de
2419 orientação conjunta para todos os municípios a fim de se evitar essa situação. Mas,
2420 pontualmente em relação a Cambuí, seria enviar um ofício fazendo uma orientação a respeito
2421 da concessão de benefícios eventuais e responsabilidade (trecho incompreensível) [01:37:18]
2422 da prática que não deve ser adotada, de receber benefício em nome de usuários (trecho
2423 incompreensível) [01:37:24] a própria sustentação e todas essas questões que eu coloquei
2424 aqui, autonomia do usuário. Seria isso. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Em discussão. Algum
2425 conselheiro gostaria de se manifestar sobre a matéria? Não teve nenhuma manifestação. Nós
2426 podemos colocar em votação? Os conselheiros que concordam com o encaminhamento da
2427 Comissão de Política de oficial o CMAS com as orientações necessárias e de levar a pauta
2428 para a Comissão de Apoio, permaneçam como estão. Os que discordam, por favor, se
2429 manifestem. Não havendo nenhuma manifestação. Aprovado o encaminhamento da
2430 Comissão de Política. Agora, passando para o quarto ponto. **CRISTIANO, SEDESE:** Quarto
2431 ponto. Aqui é uma situação que aconteceu em agosto, uma assistente social voluntária em
2432 uma entidade enviou um ofício para o CEAS solicitando um parecer sobre a concessão
2433 benefício eventual, que seria um auxílio funeral do município, para a entidade que atua no
2434 município. Na (trecho incompreensível) [01:38:41] de um serviço de acolhimento para idosos,
2435 na modalidade institucional. Essa unidade de acolhimento é uma entidade, uma associação
2436 da sociedade civil não governamental que é gerida por essa entidade Filha de São Camilo, de
2437 Rezende Costa. Possui 35 colaboradores e disse que não conta com nenhum recurso
2438 municipal. A solicitante diz que a secretária municipal justificou que a entidade é uma empresa
2439 particular e a alta complexidade não existe no município. Acrescenta que a entidade atende
2440 61 idosos, dos quais 15 não possuem referência familiar. Estão abrigados há mais de 20 anos
2441 e são beneficiários do BPC. Ainda que buscou Secretaria Municipal de Assistência Social para
2442 pleitear auxílio funeral para esses 15 casos e foi informada pela Secretaria Municipal que eles
2443 não tinham direito ao benefício. Que o auxílio funeral, na prática, funciona da seguinte forma:

2444 o município faz um convênio com uma empresa que presta serviço funerário e, quanto há um
2445 óbito de público da Assistência, a referida empresa providencia todo o processo. Esse caso,
2446 ele é um pouco estranho. Na hora que vimos, a gente acho meio estranho, pedindo concessão
2447 para um auxílio funeral em uma unidade de idosos, mas nem mortos estão ainda. Está
2448 querendo antecipar o óbito de alguém para quando acontecer ter o auxílio funeral. Foi um trem
2449 meio esquisito. Ficou uma situação meio estranha, meio que já está antecipando ao óbito das
2450 pessoas. Não ficou muito claro se essa unidade realmente é uma unidade que integra a rede
2451 Suas do município. Pode ser que ela seja uma unidade particular, um asilo, aqueles asilos
2452 particulares. Mas, de qualquer maneira, a discussão que fizemos é que o benefício eventual,
2453 do caso do auxílio funeral, o município tem que regulamentar isso, estar previsto. Não vai
2454 deixar de ser errado por não tendo condição, mas, enfim, a discussão que fizemos é que como
2455 estava muito estranho, meio pesado o caso, a gente discutiu de solicitar maiores informações
2456 para saber se o município, o Conselho Municipal sempre tem conhecimento a respeito dessa
2457 situação. Porque, como as informações que a gente recebeu, realmente ficou difícil a
2458 discussão. Nesse caso o encaminhamento é buscar mais informações junto ao Conselho
2459 Municipal, se eles têm conhecimento para nos ajudarem a entender essa situação que é um
2460 trem meio esquisito mesmo. **PRESIDENTE:** Ok. Ficou meio confuso, mas queria ver se
2461 alguém gostaria de fazer alguma consideração? A Mariana colocou que também podem pedir
2462 para a Diretoria de Serviços e Benefícios para fazer um apoio técnico. **CRISTIANO, SEDESE:**
2463 É. Precisava entender como é que o município, se está fundamentada a lei municipal de
2464 benefício eventual, se está previsto o auxílio funeral, em que situações, mas era bom mandar
2465 para o Conselho Municipal pedindo mais informações para saber quais situações se alguém
2466 morrer. Pelo que a gente entendeu, ninguém morreu ainda, mas, enfim, não ficou claro.
2467 **PRESIDENTE:** Ok. Não tem nenhuma inscrição. Estou entendendo que podemos colocar em
2468 regime de votação a proposta de encaminhamento, que é oficial solicitando mais
2469 esclarecimentos e informação sobre auxílio funeral. E também acho que podemos acrescentar
2470 essa proposta da Mariana de solicitar à Diretoria de Serviços e Benefícios para fazer um apoio
2471 técnico. Os conselheiros que concordam com as propostas de encaminhamento, por favor,
2472 permaneçam como estão. Os que discordam, se manifestem. Não havendo registros
2473 contrários. Aprovado. Quinto ponto. **CRISTIANO, SEDESE:** Quinto ponto. Resposta de
2474 denúncia de apuração, que é uma demanda de fiscalização dos serviços do Suas em
2475 Luisburgo – MG. A denúncia aponta possíveis irregularidades em relação à escolaridade de
2476 profissionais das equipes de referência e gestão do Suas, que está incompatível com as
2477 exigências exigidas nas normativas do Suas. (Trecho incompreensível) [01:43:20] gestão do
2478 Suas da saúde e aquisição de medicamentos com recurso do Fundo Municipal de Assistência.
2479 Essa demanda é de Luisburgo. O CMAS lá de Luisburgo enviou em agosto de 2020 uma
2480 resposta, dizendo que enviou um ofício para a Secretaria Municipal de Luisburgo, notificou

2481 (trecho incompreensível) [01:43:48] apresentados na denúncia. As informações que a gente
2482 obteve do Conselho Municipal, a partir de uma apuração que o Conselho Municipal fez com a
2483 questão (áudio ruim) [01:44:03] em relação à escolaridade dos profissionais, a gestão
2484 informou que está de acordo com (áudio ruim) [01:44:11] foi publicamente (áudio ruim)
2485 [01:44:17] informações dentro do CadSuas e que ela já fez a correção na informação no
2486 CadSuas, da escolaridade. Em relação ao ponto dois, uso dos recursos (áudio ruim) [01:44:29]
2487 pelos serviços de saúde, justificou que foi devido ao aumento da demanda e, talvez
2488 considerando a questão da covid-19, da pandemia, mas que essa parceria vai ser reavaliada.
2489 O ponto 3, questão de medicamentos com recursos do Suas, a gestão informou que
2490 desconhecia essa situação e que, em contato com o setor de contabilidade do município, foi
2491 identificado um erro. Eles colocaram a Secretaria de Assistência Social como requisitante da
2492 compra de medicamentos, quando deveria ter sido a Secretaria de Saúde. E que o centro de
2493 compras lá na (áudio ruim) [01:45:06] na época, quando fizemos essa discussão, a gente até
2494 procurou saber o que é mas é (áudio ruim) [01:45:11] de alguma coisa da saúde. Que esse
2495 erro já foi corrigido e que os medicamentos foram empenhados e pagos com recursos da
2496 saúde. Diante dessa discussão que fizemos e dos pontos apresentados pelo Conselho
2497 Municipal (áudio ruim) [01:45:25] com as nossas (áudio ruim) [01:45:26], a gente discutiu em
2498 relação a importância da gestora da assistência ficar atenta com essa questão das despesas
2499 e esses erros cometidos pela contabilidade, se não forem, dependendo da situação podem
2500 trazer problemas para ela. Para ela ficar atenta das responsabilidades e o encaminhamento
2501 foi enviar uma resposta ao CMAS informando sobre a gestora como ordenadora de despesas
2502 se atentar para essas responsabilidades e encerrar a denúncia para que os pontos
2503 respondidos (áudio ruim) [01:46:05]. Esses são os encaminhamentos. Pelas informações a
2504 gestora é a ordenadora de despesas da assistência. Reforçar a atenção dela em relação às
2505 despesas da assistência e encerrar a denúncia. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Obrigada. Eu
2506 caí de novo. Eu não vi se teve alguma inscrição, mas acredito que não. Em discussão. Se os
2507 conselheiros quiserem fazer alguma observação acerca desse ponto. Não teve nenhuma
2508 inscrição. Acho que podemos colocar em votação. Proposta de encaminhamento é enviar
2509 resposta ao Conselho Municipal informando sobre a gestora como ordenadora de despesas,
2510 para ela se atentar a essas responsabilidades e encerrar a denúncia. Os conselheiros que
2511 concordam com o encaminhamento da Comissão de Política, permaneçam como estão. Os
2512 que discordam, por favor, se manifestem. Não havendo manifestações contrárias. Aprovado.
2513 Sexto ponto. **CRISTIANO, SEDESE:** Sexto ponto. O Conselho de Segurança Alimentar e
2514 Nutricional – Consea-MG, por meio da sua Comissão Permanente de Povos e Comunidades
2515 Tradicionais, tomou conhecimento a respeito de que indígenas da Etnia Warao, da Venezuela,
2516 estão no Brasil na condição de refugiados. Várias famílias foram centralizadas pelo Exército
2517 em Montes Claros e em Uberlândia. E informa a situação às entidades estaduais e municipais

2518 da assistência social, saúde e educação no sentido de buscar informações sobre o que está
2519 sendo feito para atender o direito humano ao acesso à alimentação adequada, frente aos
2520 problemas que estão afligindo a vida do Povo Warao, que se encontra em situação na
2521 condição de imigrantes no Brasil em situação de rua, em particular no estado de Minas Gerais.
2522 Eles mandaram uma relação dos municípios, quantidade de famílias em cada município: Belo
2523 Horizonte: 07; Uberlândia: 07; Sete Lagoas: 07; Vespasiano: 04; Santa Luzia: 08; Lagoa
2524 Santa: 04; Santa Bárbara: 01; Justinópolis/Ribeirão das Neves: 10. E tem um processo de um
2525 número SEI. A discussão em relação aos índios Warao, da Venezuela, no caso, é uma
2526 situação bastante delicada. A gente cada vez mais essa (trecho incompreensível) [01:48:52]
2527 feita muitas vezes desordenada e à força. Os municípios (trecho incompreensível) [01:49:00]
2528 despacham para outros municípios, então é uma situação bastante delicada. E a discussão
2529 que fizemos é no encaminhamento de enviar um ofício à Subas para identificar a situação
2530 dessa população nos municípios. Eu acrescentaria aqui – na discussão não sei chegamos a
2531 falar – mas acrescentaria a SUBDH também porque eles têm uma comissão que trata de
2532 migração para levantar informações, buscar informações e aos conselhos municipais de cada
2533 um desses municípios que foram definidos pelo CEAS para que possam acompanhar a
2534 situação. Para à Superintendência de Integração e Segurança Alimentar verificar medidas que
2535 proteção que precisam ser tomadas em relação à questão de segurança alimentar junto aos
2536 municípios onde se encontram as famílias. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano. Essa é uma
2537 discussão muito importante. A gente até já discutiu um pouco aqui sobre isso. O Élerson
2538 entrou. Não sei se ele queria complementar. Ele estava com um probleminha aqui, não sei se
2539 conseguiu escutar essa parte sua. Se ele já está *on-line* ou se só entrou. É uma pauta que ele
2540 discutiu bastante também. **IVONE, COGEMAS:** Patrícia, só reforçando essa discussão. Uma
2541 vez eu falei que esse conselho deveria colocar essa discussão em pauta. É importante que os
2542 municípios de porte I, os mais... Esses índios, eles podem chegar, como estão chegando
2543 também em várias regiões. E, realmente, é uma situação delicada para o município que não
2544 oferta esse serviço referente à população de rua. É muito complicada a situação de moradias,
2545 situação de alimentação, porque não tem essas ofertas. **PRESIDENTE:** Sim. A Luanda
2546 colocou aqui no *chat* que o Sávio está tentando entrar na reunião. Até falei com o Daniel, acho
2547 que ele falou com a Rosa já. Ela está autorizando que (trecho incompreensível) [01:51:41]
2548 solicitação. **ROSA, SEDESE:** Eu estou conversando com o Sávio aqui, porque eu vi isso, só
2549 que não está aparecendo chamada do Sávio para mim, talvez ele esteja com o *link* errado.
2550 **PRESIDENTE:** É aquele *link* JXJ? Eu coloquei lá no **ROSA, SEDESE:** É, JXJ. **PRESIDENTE:**
2551 Vou colocar no grupo de novo. **ROSA, SEDESE:** Não chegou esse pedido para ele, está?
2552 **PRESIDENTE:** Ok. Vamos tentando aí. Algum conselheiro gostaria de fazer mais alguma
2553 discussão em relação a esse ponto de pauta? Estou entendendo que podemos colocar em
2554 votação. Os conselheiros que concordam com o envio de ofício para a Subas, para identificar

2555 a situação da população dos municípios e solicitando apoio técnico, e também para o CMAS
2556 de cada município, solicitando para acompanhar a situação, além da Superintendência de
2557 Integração e Segurança Alimentar para verificar as medidas de proteção que têm sido
2558 tomadas na garantia do direito à vida para essa população refugiada. Os conselheiros que
2559 concordam com as... A Mariana está acrescentando SUBDH também. **CRISTIANO, SEDESE:**
2560 **É. PRESIDENTE:** Subsecretaria de Direitos Humanos. **MARIANA, SEDESE:** Só para
2561 esclarecer. É porque a SUBDH está acompanhando bem de perto essa situação também.
2562 Aqui na Sedese a coisa também passa em várias áreas, então tem que pegar um pouquinho
2563 com cada um. **PRESIDENTE:** Ótimo. Os conselheiros que concordam, por favor, permaneçam
2564 como estão. Os que discordam, se manifestem no *chat*. Não havendo manifestações.
2565 Aprovado. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, só uma informação. Nós aqui conseguimos
2566 admitir, no nosso programa de formação, um adolescente haitiano. Já está trabalhando
2567 conosco. **CRISTIANO, SEDESE:** Legal. Nossa, bem legal. **PRESIDENTE:** Que ótimo, Márcio.
2568 **CRISTIANO, SEDESE:** Minas recebe haitianos. A gente fala muito de outros povos, mas
2569 continuam chegando situação (áudio ruim) [01:53:56]. Legal, Márcio. **PRESIDENTE:** Sim.
2570 Passamos para o sétimo ponto da Comissão de Política. **CRISTIANO, SEDESE:** É o último
2571 ponto. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Morro da Garça enviou um ofício por
2572 meio do CEAS em agosto, solicitando orientação sobre o exercício do controle social em
2573 relação aos benefícios eventuais. As normativas do município que regulamenta o benefício
2574 eventual, que é uma Resolução do Conselho Municipal nº 5/2013 e ainda informou sobre o
2575 seu cumprimento e papel dos profissionais do Suas na concessão dos benefícios eventuais.
2576 Tudo conforme as normativas, mas que regularmente o CMAS solicita informações sobre essa
2577 oferta. Eu acho que o objetivo era pedir para o Conselho Estadual mais informações sobre
2578 (áudio ruim) [01:55:38] porque o ofício não está no zoom, mas o que o conselho manda
2579 pedindo é o papel do controle social, o conselho municipal no acompanhamento,
2580 monitoramento e fiscalização da concessão dessas ações da gestão. Concessão dos
2581 benefícios eventuais, inclusive em relação às prestações de contas. O encaminhamento que
2582 fizemos com base no pedido que foi feito pelo Conselho Municipal de orientações, enviar um
2583 ofício para o Conselho Municipal de Morro da Garça para esses pontos que eles chamaram
2584 informações de (áudio ruim) [01:56:20] o papel do conselho municipal no acompanhamento
2585 da gestão municipal em relação aos benefícios eventuais. A gente falando que a importância
2586 do Conselho Municipal no acompanhamento e fiscalização das ações da gestão. Enviar a
2587 resposta, os *links* do CEAS com as resoluções todas, destacando as resoluções que falam
2588 sobre benefícios eventuais e também *links* informando capacitações *on-line* disponíveis (áudio
2589 ruim) [01:56:59] sobre o controle social que a gente também algumas disponíveis pelo
2590 Youtube. Seria isso. **PRESIDENTE:** Cristiano, obrigada. A Ivone está inscrita. **IVONE,**
2591 **COGEMAS:** Eu acho que se trata de um assunto que está ficando muito à tona, Cristiano,

2592 conselheiros e Presidente. Nós tivemos também essa situação de entendimento,
2593 principalmente focada na saúde. O problema de entender que nós temos de fornecer leite
2594 especial com uma criança de três meses não pode mais amamentar, que uma assistência tem
2595 que garantir. Está sendo uma dificuldade enorme do entendimento da saúde com a
2596 assistência, principalmente na oferta desses benefícios. Eu recebi recentemente também –
2597 acho pela Regional de Passos, não sei se foi – essa dificuldade de que os secretários gestores
2598 da saúde fizeram uma reunião e começaram a soltar que era obrigação da assistência garantir
2599 fralda, garantir esses benefícios que nós já decidimos em resoluções que não fazem parte,
2600 até nas resoluções da Política da Assistência. Eu não sei se a gente pega só essa situação
2601 focal aí de Morro da Garça, ou se de fato precisamos – o CEAS – junto aí fazer – ou a Sedese
2602 – um movimento, principalmente junto à política de saúde que eu acho que é a que está mais
2603 demandando para a assistência determinadas imposições para que a assistência assuma. Eu
2604 estou aqui com um problema seríssimo também com relação à dieta. Tem muita dificuldade o
2605 secretário de saúde entender que não é da ossada da assistência e, sim, da saúde. Então eu
2606 acho que merece a gente pensar, não sei como fazer, sabe? Uma ação com os conselhos
2607 também para que possa entender o papel que é mesmo benefício eventual na área da
2608 assistência. **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. Obrigada. Mais algum conselheiro gostaria de se
2609 manifestar? Matéria em discussão. Não temos nenhum inscrito. Estou entendendo que
2610 podemos colocar em regime de votação. Os conselheiros que concordam com a aprovação
2611 da proposta de encaminhamento da Comissão de Política, de enviar a resposta sobre o papel
2612 do CMAS no controle social, acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações da gestão, inclusive
2613 as prestações de conta. E por tratar de instância paritária, o órgão gestor integra o conselho.
2614 E que são as plenárias dos Conselhos de Assistência Social que o controle social é exercido,
2615 além de enviar o *link* do site do CEAS, onde constam todas as resoluções e o da Sedese,
2616 onde há capacitações, inclusive sobre o controle social. Os conselheiros que concordam com
2617 a proposta de encaminhamento da Comissão de Política, permaneçam como estão. Os que
2618 discordam, por favor, se manifestem. Não havendo nenhuma manifestação, aprovado o
2619 encaminhamento. Queria dar parabéns para o Cristiano, Coordenador Adjunto da Comissão
2620 de Política. Parabéns para o Élerson, Coordenador da Comissão de Política e os demais
2621 integrantes. E também para a Adelmira, Técnica de Referência da Comissão de Política. Eu
2622 queria lembrar que no início do ano eu tinha, acho que 33 pontos de pauta pendentes,
2623 Adelmira? **ADELMIRA:** Era bastante. **PRESIDENTE:** Eram umas sete páginas. **ADELMIRA:**
2624 Estão fechando também com muitos. **PRESIDENTE:** Sim. Então queria dar os parabéns
2625 porque acho que não ficou. Ontem nem teve discussão porque isso já tinha sido deliberado
2626 pela comissão na reunião de setembro ou outubro, se não me engano. E não tinha sido
2627 possível levar para a plenária de outubro pelas pautas da conferência, mas estou entendendo
2628 que a Comissão de Política está sem nenhum ponto de pauta agora. Todas as comissões

2629 encerrando o mandato com chave de ouro, sem nenhuma pendência. Parabéns para todos
2630 vocês. **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia, só agradecer aqui a Adelmira pelo trabalho exemplar,
2631 muito empenhada, muito atenta. Agradecer, Adelmira, todo seu trabalho, todo seu esforço
2632 acompanhando a gente. Sem você a gente não conseguiria fazer isso. Queria agradecer
2633 também os demais membros da comissão. **PRESIDENTE:** Muito bem. **CRISTIANO, SEDESE:**
2634 Nosso agradecimento à dona Anédia que sempre esteve com a gente durante todo esse
2635 período também. Obrigado. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Comissão de Normas teve reunião
2636 ontem, mas não teve nenhum ponto de deliberação. Nós encerramos esse ponto de pauta das
2637 comissões temáticas. Queria consultar os conselheiros se fazemos cinco minutos de intervalo
2638 para tomar uma água e para retornar no ponto de pauta que houve inclusão a pedido da
2639 Conselheira Ivone? No meu celular são 15h08. Vou propor de voltar 15h13, tudo bem? Até
2640 15h13. Conselheiros, retornando à plenária para o nosso último ponto de pauta. Todo mundo
2641 já voltou? Gente, que bom. Três e pouco, a gente já concluindo a nossa pauta. Depois de
2642 reuniões tão cansativas nos últimos meses, hoje vamos acabar rapidinho. Oi, Ana Maria. **ANA,**
2643 **CMAS JUIZ DE FORA:** Oi, gente. Desculpa, pelo amor de Deus, mas é lá do Conselho
2644 Municipal de Assistência Social. Vocês me perdoam? Eu sou a vice, tem hora que trabalha e
2645 me puseram para trabalhar. Vocês me perdoam? Obrigada. **PRESIDENTE:** Muito bem. Tem
2646 que perdoar, não. A gente entende. Próximo ponto de pauta é a discussão sobre o mandado
2647 de segurança que foi falado aqui pela manhã, no momento dos informes. A Conselheira Ivone
2648 que solicitou a inclusão de pauta. Passo a palavra para você, Ivone. **DANIEL-CEAS:** Enquanto
2649 a Ivone não fala, deixa eu fazer consideração de uma frase. Eu esqueci de falar que no
2650 relatório CNAS vamos usar os delegados que foram credenciados. Está? Eu queria falar que
2651 tinha esquecido de explicar. É só isso que eu queria falar. **PRESIDENTE:** Eu não entendi,
2652 não, mas está bom. **DANIEL-CEAS:** Não. É que eles credenciaram, vamos utilizar no relatório
2653 do CNAS os delegados credenciados. Vou colocar no relatório. **PRESIDENTE:** Sim, ótimo.
2654 Acho que a Ivone ainda não voltou do... Ivone voltou só que o seu áudio ... **IVONE,**
2655 **COGEMAS:** É que está tudo na cozinha, na hora que você chega lá, tem mil e uma coisas
2656 falando. Eu falei: "Não, gente, são só cinco minutos". **PRESIDENTE:** Está bom. Ivone, pode
2657 iniciar o ponto de pauta, por favor. **IVONE, COGEMAS:** Desde a hora que a Patrícia colocou
2658 o informe sobre o mandado de segurança, me veio assim: "mas vai ficar só como informe?"
2659 Na hora eu pedi, mas acho que ela não percebeu. Eu queria colocar porque me veio uma...
2660 Tudo que fizemos, não foi só a Patrícia, foi feito com a participação do conselho. Não sei se o
2661 Conselheiro Lucas está aí. Eu até gostaria de que ele entendesse que eu não estou falando
2662 em termos de pessoa. Eu estou colocando em termos de instituição, conselho, instituição
2663 pessoa representativa do conselho. Eu não estou falando de pessoas. Eu queria dizer que
2664 entrar com uma ação, um conselheiro abrir uma ação judicial impetrando um mandado de
2665 segurança com relação ao conselho, me deixou muito indignada. Eu acho que a gente não

2666 podia... A gente não deve tratar o conselho desse jeito. Eu fiquei muito angustiada e depois
2667 eu pedi à Patrícia se podia ter esse momento para conversar. Eu acho que o conselheiro tem
2668 o direito de entrar com a ação. É um direito que ele tem, mas tendo esse informe, que é um
2669 informe democrático, que é um informe de participação. E a Patrícia como presidente que bem
2670 conduziu esse mandado, que dá o direito para todos, é uma pessoa que tem um conhecimento
2671 enorme, que admiro muito pela parte de normas. E o que ela vem construindo nesse conselho,
2672 eu, realmente, fiquei indignada com essa ação. Eu acho que não merecia essa ação, mas é
2673 um direito que ele tem, então respeito também o direito dele. É um processo judicial, apesar
2674 de ter pedido a liminar, mas o juiz não concedeu porque vimos que não tinha urgência. A
2675 reunião até já passou e quem está aqui na sala, que não acompanhou o processo, o
2676 conselheiro pediu vista na matéria que estava na ordem do dia de uma plenária ordinária. E
2677 essa vista, ela foi concedida pelos conselheiros, retirou a matéria da pauta. A matéria tratava
2678 de instituir um grupo ou aprovar a comissão de normas para fazer o acompanhamento desse
2679 processo, que hoje votamos essa resolução. Eu acho que eram mais de 10 mil páginas. Tinha
2680 que instituir um grupo ou uma comissão para assumir isso. Essa era a matéria e foi retirada
2681 de pauta dando direito de vista para o conselheiro. Só que a Patrícia foi muito tranquila em
2682 dizer que o regimento dava direito de convocar outra conferência extraordinária, depois de 24
2683 horas ou essa vista iria até a próxima plenária ordinária, que seria dali a um mês. Como a
2684 urgência era grande, o conselho tinha que responder à CGE até o dia 23 de agosto, então a
2685 Mesa Diretora entendeu que precisava e o regimento dava direito de convocar essa plenária
2686 extraordinária, que foi convocada para o dia 20 de agosto. A ação – até pedi hoje à Patrícia,
2687 me manda aí esse documento – deixa eu ver o que que é. Pelo que estou entendendo a ação
2688 é pelo desrespeito ao direito do conselheiro de não manter o pedido de vista até à plenária
2689 ordinária, que seria dali a um mês, e por ter convocado a plenária extraordinária. E dele ter
2690 dado o ponto se seria criar uma comissão, ou se era a comissão de normas. Gente, para mim,
2691 pessoalmente, abrir um processo, criar um processo judicial, uma ação de mandado de
2692 segurança porque a Mesa Diretora entendeu a importância de convocar a plenária
2693 extraordinária, e foi convocada, e foi realizada. Agora o processo é de anular essa plenária
2694 extraordinária pelo que estou entendendo. Eu posso ser leiga, porque não sou advogada. Li
2695 anular esse ato e dar o direito do conselheiro de fazer a vista. O ponto dele referente, ora nós
2696 já estamos até o processo foi votado hoje, de conceder a transparência dos documentos para
2697 o solicitante colocando as tarjetas. Eu, pessoalmente, gostaria mesmo de ouvir se essa
2698 questão está só comigo ou se outros conselheiros também compreenderam a ação do
2699 conselheiro como uma ação normal dele. Eu realmente fiquei angustiada de ter esse processo.
2700 Pode ter um processo envolvendo só instituição conselho, mas que todo mundo entendido
2701 que também envolveu a pessoa da Patrícia. Eu coloco aqui para que eu possa sentir se isso
2702 é uma questão só minha, ou se têm outros conselheiros que também têm outras posições.

2703 Porque, de fato, eu fiquei indignada e acho que até merecia uma nota de repúdio do conselho
2704 com relação a isso, a essa atitude do conselheiro. Esse é o meu entendimento. Obrigada.

2705 **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Eu passo a palavra para a Conselheira Luanda. **LUANDA,**
2706 **CRP/MG:** Boa tarde a todas e todos novamente. Ivone, essa foi uma pauta que ontem
2707 trouxemos para a reunião da Sociedade Civil. O Conselheiro Lucas estava presente e não sei
2708 se está presente aqui agora. Eu, na reunião, coloquei muito nitidamente o meu
2709 posicionamento de indignação mesmo. A gente fica pessoalmente até magoado, chateado
2710 (trecho incompreensível) [02:19:10] também a pergunta, a questão de qual foi a motivação do
2711 conselheiro para tal ato, inclusive entendendo que nós, enquanto sociedade civil, temos
2712 tratado muitas questões de forma coletiva e do porquê isso não foi tratado com a gente.
2713 Porque não conversou sobre esses problemas antes com a gente, sobre isso que ele entendeu
2714 como uma violação de direitos a ele. Enfim, eu expus essa e outras questões na reunião da
2715 sociedade civil e acho que foi muito importante, Ivone, você puxar a pauta porque realmente
2716 passou como um informe, mas é algo que é preciso parar, pensar e refletir. Nós estamos
2717 vivendo um momento difícil, complicado de conjuntura, nem parece que isso foi um ato inédito
2718 no CEAS, judicializar uma questão do conselho. Judicializar uma questão para si próprio. Eu
2719 mencionei isso ontem na sociedade civil. Ao judicializar essa questão, o conselheiro judicializa
2720 uma questão para ele mesmo, já que ele compõe esse pleno. Eu recebi com muito espanto,
2721 foi isso que (trecho incompreensível) [02:20:27] coloca aqui também. E entendo que
2722 precisamos conversar sobre isso, que não podemos deixar com que um espaço de controle
2723 social, espaço de debate, ele se torne um espaço de judicializar as coisas de uma forma tão
2724 abrupta. Acho que foi um susto para todo mundo. Dessa forma, eu tenho algumas propostas
2725 até de encaminhamento também. Ouvindo Ivone e conversando, inclusive refletindo sobre
2726 isso, eu penso que precisamos nos posicionar enquanto pleno, enquanto conselho porque um
2727 mandado de segurança atinge não só a Mesa Diretora, a presidente, mas ele atinge ao pleno,
2728 a nossa credibilidade enquanto plenário, enquanto conselho estadual. E eu acho que
2729 precisamos nos posicionar. E penso também que essa decisão do conselheiro, obviamente,
2730 ela foi uma decisão – ele está aqui representando uma entidade, então ela foi uma decisão
2731 feita em conjunto com a entidade. E eu acho que é importante também, enquanto pleno,
2732 enquanto conselho, a gente convocar essa entidade para também compreender e aproximar
2733 o diálogo para que ações como essas não necessitem voltar a acontecer. Sugiro como
2734 encaminhamento a gente encaminhar à entidade, talvez um ofício solicitando um diálogo
2735 mesmo, reunião, dizendo que estamos abertos e que se isso aconteceu, a gente espera que
2736 de agora para frente não precise judicializar essas questões. Gostaria de ler uma nota de
2737 solidariedade do Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras, e de poder fazer com que essa
2738 nota de solidariedade seja uma nota desse pleno também. Eu vou pedir licença para vocês
2739 para ler. “Nota de Solidariedade. À Presidente Patrícia e à Mesa Diretora do CEAS. Nós,

2740 conselheiras do CEAS – MG e trabalhadoras também, apresentamos repúdio à condição
2741 colocada pelo Conselheiro Lucas ao entrar na justiça contra a Presidente Patrícia, por seguir
2742 encaminhamento da Mesa Diretora. Não é possível que no campo da democracia a
2743 judicialização do controle social entre os conselheiros, em especial, seja uma saída. Nós,
2744 conselheiras, somos solidárias à Patrícia por todos os transtornos causados por essa ação,
2745 ressaltando que a decisão que motivou tal mandado foi coletivo, de todo o plenário. Por menos
2746 judicialização e por mais democracia.” Eu queria deixar aí para podermos pensar também que
2747 temos um conselho estadual que tem muita credibilidade, que trata dos assuntos com muita
2748 seriedade. A gente também precisa mostrar esse nosso papel, que é muito sério, para não
2749 perdermos isso, que é a nossa credibilidade. É isso, gente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Luanda.
2750 A próxima inscrição é da Gabriela Loyola. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Boa tarde. Era
2751 mesmo na intenção de repassar o que a Luanda e a Ivone vieram trazer aqui. Eu também
2752 penso que não devemos ficar só com informe nessa situação. Nós estamos falando de um
2753 controle social, uma instituição que pensa no coletivo, então a ação do conselheiro foi muito
2754 individualizada, mas que afetou todo o coletivo. Afetou, no meu entendimento, o Conselho
2755 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. A Patrícia, em nenhum momento, feriu o
2756 regimento. Em nenhum momento ela fez algo de forma arbitrária, muito pelo contrário, ela
2757 manteve-se com ações democráticas. Há pouco nós vimos aí como foi a avaliação da
2758 conferência, que mostra como ela se manteve firme na condução das atividades aqui desse
2759 conselho, um momento muito desafiador. Nós estamos em um espaço que se a judicialização
2760 começar a tomar pauta, não vai precisar das nossas discussões políticas, na condução das
2761 ações do Sistema Único de Assistência Social dentro do estado de Minas Gerais. Da mesma
2762 forma, como a Ivone colocou de que ficou espantada, eu fiquei muito espantada também com
2763 essa postura. Eu acho que não diz de uma representação que está aí, pelo menos nesse
2764 ponto, aberto ao diálogo. Acho que chegamos a um ponto que não precisava ter chegado. O
2765 que eu gostaria de colocar é o meu apoio aos pontos colocados aqui como sugestão nessa
2766 pauta. Eu acho que nós, enquanto conselheiros, devemos blindar este conselho de ações
2767 como essa porque foi bastante constrangedor, tem sido bastante constrangedor passar por
2768 essa situação. A Patrícia está se despedindo do conselho, mas vai ficar aí essa situação para
2769 nós conselheiros que fomos eleitos e os outros que virão para responder. A Patrícia conduziu
2770 muito bem as atividades desse conselho, em um momento muito delicado, e nesse ponto
2771 também ela não foi falha. Ela foi muito pontual, muito correta, extremamente regimental. Nosso
2772 conselho, ele tem caminhado da maneira mais democrática possível, então essa situação não
2773 pode passar simplesmente como um informe. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabi. A próxima
2774 inscrição é do Sávio. Acho que o Sávio caiu da reunião. Enquanto ele retorna. **SÁVIO, CMAS**
2775 **BH:** Eu acabei saindo aqui. Apertei o botão errado. Pessoal, eu também achei super estranho,
2776 no mínimo atípico. Participo de conselho municipal, estadual. Também já fui conselheiro

2777 estadual no começo e, desde 96, eu nunca vi caso parecido. No mínimo atípico e muito
2778 estranho que isso aconteça. Na verdade, o que fazemos é tentar. Inclusive já disse hoje de
2779 manhã, aproveitando a minha fala de manhã, é instituir, estruturar a política de estado, para
2780 começo de conversa. A gente sabe que todos nós pertencemos a um tipo de governo. E a
2781 gente quer que ele assuma a política de assistência como uma política de estado. Esse é o
2782 esforço. Esse é o trabalho. E através de quê? De embate, debate, negociação, concessão, e
2783 esse é o exercício que fazemos aqui. Podemos, em um momento ou outro, estar com raiva de
2784 uma pessoa, mas, logo que passar também... Esse é o exercício. Esse é o molde que temos
2785 que se adaptar e temos que nos moldar. Nós temos que ser flexíveis, mesmo que isso não
2786 esteja na nossa educação formal. Para entender o outro, para entender a situação do outro
2787 temos que nos colocar no lugar. Esse é um exercício que tem que ser feito e que eu acho que
2788 fazemos aqui, a busca do diálogo. A gente não é obrigado a concordar. Eu não sou obrigado
2789 a concordar com a Patrícia. Não sou obrigado a concordar com a Luanda, assim como não
2790 sou obrigado a concordar com algum representante governamental. Não é isso. Vamos estar
2791 aqui estruturando a política de estado. E a gente sabe qual que é a política de estado. Tudo
2792 tem que estar nesse caminho aí. A gente também faz três coisas muito importantes. A gente
2793 busca empatia. Acaba tornando-se amigos de tanto debater e até de tanto discordar, as
2794 pessoas se tornam amigas. Você fortalece a confiança. Esse é um exercício importante, de
2795 tanto dialogar, de tanto participar de reunião, você não fortalece a desconfiança. A
2796 desconfiança é em um primeiro momento. É aquele estranhamento com um desconhecido,
2797 isso pode causar em um primeiro momento, mas depois não. Depois a coisa vai ficando mais
2798 fácil. Você vai tornando-se amigo e, principalmente, fortalecendo a confiança. Eu acho que
2799 isso é que é importante. Isso é um a mais que a gente ganha na confiança, solidariedade e
2800 empatia com as outras pessoas. Esse é o fruto. É o resultado para além da estruturação da
2801 política, esse é o resultado muito interessante e muito gostoso de sentir. No final da gestão a
2802 gente percebe isso. O conselho é um campo de possibilidades, não é campo de medo e de
2803 insegurança e nem de desconfiança. Ok. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. Obrigada. Próxima
2804 inscrição é do Élerson. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Gostaria de fazer coro às
2805 manifestações anteriores e a perplexidade, no meu caso, ela se dá por dois aspectos. Eu acho
2806 que o primeiro aspecto é no sentido de não aceitação a uma decisão colegiada maior. Eu acho
2807 que é compreensível que muitas vezes a pessoa se sinta contrariada. Sinta que, às vezes, a
2808 sua manifestação de vontade não foi aceita. Eu acho que o segundo aspecto se dá na crença
2809 de que o Poder Judiciário funciona como um poder mediador de conflitos ou que ele possa,
2810 muitas vezes, solucionar questões que fazemos (trecho incompreensível) [02:32:00] do
2811 conselho. Eu penso que o Poder Judiciário atua quando você tem o direito violado. Tem o
2812 direito violado e precisa de uma intervenção, como a Ivone e algumas pessoas se
2813 manifestaram. Quando você não tem mais capacidade de diálogo, você aciona o Poder

2814 Judiciário. Você impetrar um mandado de segurança contra o conselho ou contra uma pessoa
2815 que representa esse conselho, e digo mais ainda, sendo membro da própria sociedade civil,
2816 isso é o fim da picada. Isso é o fim da picada. Eu não vou citar nomes de conselheiros aqui,
2817 mas a gente já teve discussões homéricas dentro da sociedade civil, dentro desse conselho.
2818 Quando entrei nesse conselho, o pessoal da mesma data, quatro anos atrás, a sociedade civil
2819 em desacordo a determinadas posturas até do próprio conselho. A sociedade civil já chegou
2820 a sair da plenária, ela saiu da plenária e se recusava a votar por estar em discordância. Mas
2821 em nenhum momento a questão saiu do âmbito do conselho. Eu acho que a questão sair,
2822 levar questões para fora do conselho, para outros órgãos, é só quando o tema em pauta ou
2823 há uma violação de direito que precisamos de uma manifestação. Uma coisa é você levar para
2824 um órgão que seja do sistema de garantia de direitos. “Vou pedir uma manifestação do
2825 Ministério Público. Vamos ver o que a defensoria pode falar sobre isso.” Outra coisa é a gente
2826 querer à força, de um Poder Judiciário muitas vezes não vai compreender aquilo que está
2827 sendo colocado. Parece que a resposta até foi nesse sentido, fazer com que a nossa vontade
2828 prevaleça. Eu acho que é de uma falta de diálogo tremenda. Eu acho que faltou maior
2829 compreensão. Acho que o Lucas não está aqui. Eu queria que ele estivesse aqui também para
2830 ouvir isso. Se ele não estiver aqui, que isso seja trazido em pauta na próxima plenária para
2831 podermos falar com ele presente também. Eu não sei o que está sendo proposta aqui de
2832 encaminhamento. Estou vendo aqui de mandar um ofício para a entidade. Eu nem sei se entra
2833 aqui uma nota de repúdio do próprio CEAS porque faz parte, é inerente. A nossa condição de
2834 conselheiros é inerente esse espaço um debate. É inerente esse espaço divergir do outro.
2835 Posso até não concordar, mas diante de uma posição colegiada tomada, a gente judicializar
2836 para quem está na ponta e executa serviço, é o maior problema que temos. Cristiano está aí.
2837 Cristiano que trabalha com alta complexidade, o maior problema que temos são as ações que
2838 o Ministério Público impetra contra nós, muitas vezes sem conversar. Eu acho que precisamos
2839 de fato manifestar. Por exemplo, essa discordância e também essa postura afim de que o
2840 conselho, os novos conselheiros e esse espaço possa ser aquilo que ele é, é um espaço de
2841 diálogo e de debate. **PRESIDENTE:** Ok, Élerson. Obrigada. A próxima inscrição é da Ana
2842 Maria. **ANA, CMAS JUIZ DE FORA:** Boa tarde a todos de novo. Eu me sinto um pouco
2843 chocada, primeiro, no dia que estava acontecendo essa audiência extraordinária foi que eu
2844 tomei posse. Nessa audiência do dia 20 de agosto que vocês me deram posse. O que
2845 acontece? Quando eu tomei conhecimento desse mandado de segurança eu fiquei chocada.
2846 Primeiro, assim, fui contemplada com a fala de todos que me antecederam, mas eu faço parte
2847 da sociedade civil. Eu sou do segmento de usuários. Eu estou nesse conselho representando
2848 um conselho municipal de assistência social, tanto é que não vou abrir mão na eleição para
2849 usuário que, de repente, eu poderia continuar dentro do CEAS. Eu fiz questão de continuar
2850 representando o conselho ao qual eu pertencço, e temos um respeito, um carinho muito grande.

2851 O pleno é o que a gente fala, eu sou a vice-presidente do conselho municipal de Juiz de Fora.
2852 Quando estamos em reunião da mesa ampliada, o pleno é poderoso. Nossa instância maior
2853 é o pleno. Você entrar, impetrar um mandado de segurança sobre um conselho de assistência
2854 social e sendo da sociedade civil, é uma coisa que me deixou chocada. E o que me deixa mais
2855 chocada é que todos nós temos que entender que não somos nós conselheiros. A gente está
2856 aqui representando uma entidade. Eu estou aqui representando os usuários. Eu não estou
2857 representando eu, Ana Maria, não. Eu estou aqui representando usuários. Sou do segmento
2858 de usuários e representando um conselho que luta e que briga para a defesa desses direitos.
2859 Eu acho muito ruim o Lucas não estar perto, não estar presente nesse momento porque a
2860 primeira impressão que eu tive do Lucas no dia que eu entrei, na parte da tarde, o Lucas
2861 estava lendo um relatório dele de mais de uma hora. E foi permitido que ele lesse isso. Aquele
2862 relatório sobre a barragem. O relatório que foi ele quem leu aquele relatório. Eu acho que é
2863 da comissão que ele faz parte. São coisas que me deixam triste de ouvir. A gente é tudo
2864 voluntário. Eu não consigo entender. Eu não consigo entender. Aí eu vou junto com o Élerson,
2865 que eu também não consigo entender o que leva alguém a fazer isso. E eu não senti no Lucas
2866 vaidade, mas, depois que tomei conhecimento de tudo isso, a impressão para mim, Ana Maria,
2867 meus amados, representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora é
2868 que atingiu a vaidade dele. Sinceramente para mim, talvez por eu não conhecer
2869 profundamente, não estar muito tempo com vocês, mas eu fiquei muito *chateada* também. Eu
2870 fiquei chocada. Eu até já levei isso para o nosso conselho aqui em conversa com a presidente.
2871 Eu falei: “A senhora já pensou uma hora alguém faz uma coisa dessa?” É uma coisa que para
2872 mim não me sustenta. Se eu não estou satisfeita, eu faço igual eu já fiz da outra vez, eu me
2873 retiro e dali um ano eu volto de novo. Entendeu? Meu posicionamento é esse. Eu me retiro e
2874 dali um ano eu volto de novo. Na hora que tiver nova eleição, eu me prontifico a voltar, desde
2875 que esteja em consonância com o Regimento Interno, claro. É isso que eu queria falar.
2876 Patrícia, quando eu entrei quem estava comandando, você estava afastada, era a Mariana.
2877 Fui muito bem recebida. E quando eu te conheci pela sua maneira, eu falei assim: “Essa
2878 presidente é rígida”. Não, você não é rígida, não. Você é dentro do que tem que ser, que é o
2879 nosso Regimento Interno. O meu respeito por você, meu respeito pelos conselheiros e meu
2880 respeito também pelo Lucas. Só que você fica um pouquinho decepcionada quando é uma
2881 atitude que, para mim, também não foi agradável. Era isso que eu queria falar. Obrigada. E a
2882 gente está junto nessa. Meu também vai ser o último mandato, porque não consegui ser
2883 reeleita. Mas um dia a gente volta, quem sabe. Vou mudar o regimento de Juiz de Fora.
2884 **PRESIDENTE:** Obrigada, Ana Maria. Eu não sou rígida, não, mas eu tive que me tornar
2885 enquanto presidente. Eu fui obrigada a seguir o regimento a ferro e fogo. **ANA, CMAS JUIZ**
2886 **DE FORA:** Foi mesmo. E tem que ser mesmo porque o que comanda a gente é o nosso
2887 regimento e as nossas normativas, porque a gente está seguro em tudo isso. **PRESIDENTE:**

2888 Obrigada, Ana Maria. Próxima inscrição é do Conselheiro Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:**
2889 Obrigado, Presidente. Queria deixar aqui o meu registro também de uma profunda indignação,
2890 sim, com relação a essa judicialização. Acho que o Conselheiro Sávio foi muito feliz na fala
2891 dele em relação a todo esse processo democrático que temos vivenciado na construção dessa
2892 democracia, dessa participação do controle social. Eu acho que nos pega muito de surpresa
2893 essa situação na qual a gente vê um conselho que tem um legado de trabalhar e de pautar
2894 pelo debate das ideias. Eu acho que o Conselheiro Élerson trouxe aqui o histórico, um
2895 pequeno histórico de posicionamentos dentro desse conselho, onde já teve discussões
2896 acirradas, tensas, imensas, profundas, mas que conseguimos avançar dentro desse espírito
2897 democrático e respeito às ideias, mesmo sendo vencido na ideia eu sou solidário à decisão
2898 coletiva. Eu acho que isso é diálogo. Isso é crescimento. Isso é democracia. Eu acho que esse
2899 conselho tem esse legado de sempre estar trabalhando nessa pauta, dessa defesa, desse
2900 legado democrático que estamos defendendo. Não adianta só ter o discurso e não ter isso na
2901 nossa prática, no nosso cotidiano. Eu acho que é muito importante ter essa manifestação
2902 porque qualquer processo de judicialização do controle social nos leva a um incomodo muito
2903 grande. Um incomodo onde a gente que defende uma democracia, não consegue superar
2904 nossas diversidades e nossas diferenças. E isso é muito complicado no momento em que
2905 temos um processo de judicialização de quase tudo. Tudo virou matéria de Judicialização. O
2906 que o Conselheiro Élerson trouxe um aspecto muito forte como se a decisão judicial fosse dar
2907 conta de fazer com que as partes alcancem aquilo que cada um deseja. Infelizmente na
2908 judicialização um ganha e o outro perde. Essa é a tônica. Não existe ganha, ganha. Mas aqui
2909 dentro do conselho – e é algo que a gente sempre trabalhou e pautou, também em todos os
2910 espaços de controle social que eu tenho participado – é o espaço do debate, da construção
2911 coletiva, do consenso por mais difícil que ele seja. Eu acho que essa situação de dois
2912 conselheiros estarem se colocando, é concreta, é real com relação a essa judicialização. Mas
2913 eu chamo a atenção de todos os conselheiros para a importância de defender esse legado
2914 democrático e tivemos também essa discussão com a presença do próprio Conselheiro Lucas.
2915 Porque isso vai dar legitimidade ao nosso processo de deliberação. Porque aqui estamos
2916 fazendo uma discussão profunda, pesada em relação às condutas, sim, do conselheiro. Mas
2917 a gente também, como conselho de defesa de direitos, temos que pensar nessa questão
2918 desse contraditório. Eu acho que temos que ir muito além da judicialização, mas o que
2919 estamos defendendo enquanto democracia. Eu acho que esse ponto que a Ana Maria trouxe
2920 é importante. Acho que cada conselheiro aqui tem um aspecto extremamente positivo. Graças
2921 a Deus nós somos todos perfeitos porque é da nossa imperfeição que um vai buscando apoio
2922 no outro, para buscar a nossa perfeição. Eu acho que precisamos, sim, ser cautelosos nesse
2923 processo de encaminhamento desse ponto de vista de salvaguardar esse princípio, esse
2924 legado de democracia que esse conselho tem. Sou totalmente contra qualquer processo de

2925 judicialização, principalmente a partir do princípio de que já foi feita essa discussão aqui, que
2926 a gente não agiu fora desse âmbito regimental, embora eu não tenha participado desse
2927 processo dessa deliberação nessa plenária, onde se deu essa situação. Mas é muito
2928 importante esse cuidado. Sou totalmente solidário às decisões que temos nesse pleno, que
2929 elas são decisões pesadas, difíceis, mas são decisões que quando são tomadas, são tomadas
2930 com todo cuidado. Todo cuidado justamente para garantir a defesa daquilo que o CEAS
2931 preserva, que é a garantia de direitos. Eu estou querendo chamar justamente essa atenção
2932 porque o caminhar dessa discussão tem que ser cuidadoso. Ele tem que ser cuidadoso no
2933 sentido da preservação desse ambiente democrático que temos defendido ao longo de todos
2934 esses anos que eu tenho presença dentro desse conselho. É isso. Obrigado, Presidente.
2935 Obrigado a todos. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio. A próxima inscrição é da Conselheira
2936 Mariana. **MARIANA:** Pessoal, Márcio, para variar eu acho as suas palavras tão carregadas
2937 de sensatez que eu sempre me surpreendo. Mas vou um pouco no sentido da fala do Márcio.
2938 Eu acho que temos que ter um certo cuidado para também não ser arbitrário. Para mim, sem
2939 concordar e discordar, acho que isso tudo que está sendo dito aqui tinha que ser dito na
2940 presença do Lucas, E eu também não sei o fato dele não estar aqui, mas ele estava de manhã.
2941 E o assunto começou de manhã e não foi colocado da forma como está sendo colocado aqui.
2942 Eu acho que isso prejudica um pouco qualquer encaminhamento, porque parece que estamos
2943 acusando ele de ser arbitrário e o conselho também vai tomar alguma posição arbitrária.
2944 Nesse sentido que eu acho que tem que ter cautela porque acho que tudo tinha que ser dito
2945 na presença dele e para ele, principalmente. Porque é isso, o CEAS também não é um órgão
2946 julgador. E, a partir do momento que ele acha que tem direito, todo mundo tem direito ou acha
2947 que tem direito, e leva a questão para o Poder Judiciário decidir. Já fugiu aqui da nossa alçada,
2948 porque no ponto que chegamos, o estado também vai tomar as providências de responder o
2949 processo judicial. E quem vai tomar a decisão vai ser um juiz competente que vai julgar. Já
2950 chegou nesse ponto, infelizmente. Concordo também, acho que o diálogo é o caminho
2951 principal que tem que ser seguido sempre. A gente tem que ser, apesar de termos várias
2952 pessoas que podem divergir sempre e isso é muito saudável, mas aí tem que prevalecer o
2953 que a maioria definir. Isso que é democracia. Eu acho que é isso que a gente preza o tempo
2954 todo, pelo estado democrático de direito. Acho que têm as duas questões envolvidas. É um
2955 pouco nesse sentido que eu queria me manifestar aqui. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana.
2956 Obrigada. Próxima inscrição é da Conselheira Natália. **NATÁLIA, FEPAES/MG:** Eu me
2957 inscrevi. Acompanhando essas discussões e vendo a reflexão que a Mariana traz, mas eu
2958 acho que é muito importante, enquanto conselho, tratar dessa temática que foi colocada aí.
2959 Eu acho que tudo que já foi discutido fica claro que há prerrogativas para tudo que aconteceu,
2960 as decisões tomadas, até o ato do Lucas enquanto judicialização, mas eu penso que algumas
2961 decisões são muito desproporcionais, pelo que eu observo já de algumas tomadas de decisão

2962 que o Lucas vem tendo como conselheiro aqui ao longo do tempo. E isso pode prejudicar
2963 inclusive o conselho sobre vários aspectos, até de próprio trabalho que o conselho vai ter de
2964 responder um processo que, na verdade, nem alcançou o seu fim, no qual foi colocado.
2965 Prejudica o conselho, acho que em vários níveis e até das discussões que são efetivas do
2966 próprio conselho. O que a gente está buscando de fato enquanto conselho? Eu acho que é
2967 bem desagradável esse processo e precisamos de apoiar no que for possível, porque agora
2968 é o que nos resta a fazer. Eu acredito que a Patrícia teve uma condução exemplar, pelo que
2969 acompanhei dela enquanto presidente. Acho que ela proporcionou todo tipo de discussão e
2970 participação democrática no conselho. Acho que a Patrícia garantiu a execução do Regimento
2971 Interno em todos os aspectos. E agora vamos precisar de verificar a melhor estratégia para
2972 minimizar os danos, mas eu avalio como muito prejudicial tudo isso que ocorreu e
2973 desnecessário no meu ponto de vista. **PRESIDENTE:** Obrigada, Natália. A próxima inscrição
2974 é da Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** Eu me inscrevi novamente porque após as falas da Mariana
2975 e do Márcio, que eu acho muito ponderadas mesmo. Eu queria até manifestar que toda essa
2976 fala que nós fizemos aqui, que eu fiz aqui e outras pessoas da sociedade civil, nós fizemos
2977 ontem, inclusive a mais discutindo um pouco a nossa relação enquanto sociedade civil.
2978 Fazendo uma autocrítica, uma crítica também a nossa atuação enquanto sociedade civil. E,
2979 na ocasião, o Conselheiro Lucas estava presente. Nada do que, pelo menos por mim, foi dito
2980 aqui, que não foi dito por mim ontem diretamente para ele. Só para dizer disso também, porque
2981 quando a pessoa não está presente fica parecendo antiético falar da pessoa ela não estando
2982 aqui, não tendo direito de contra argumentar, mas eu esperava que ele estivesse porque
2983 confirmou presença na plenária e estava em outros momentos presente aqui na plenária. E
2984 eu penso que precisamos dar conta também do *timing* das coisas. É uma coisa que a gente
2985 sempre diz. Eu não sei se valeria à pena ligar, fazer esse esforço também de convocar o
2986 conselheiro para retornar à reunião para que consiga, de fato, votar os encaminhamentos com
2987 ele presente. Mas eu estou entendendo que têm encaminhamento aqui que são do conselho,
2988 são do pleno também, e que penso ser importante, fundamental que a gente delibere hoje,
2989 encaminhe hoje, afinal, essa é a nossa última plenária de fato. A próxima repassaremos o
2990 pleno para o próximo mandato e eu penso que precisamos deixar resguardado, ou deixar
2991 nítido o nosso posicionamento de defesa do próprio conselho, de defesa do Suas. E isso, fiz
2992 até um pedido para o Daniel no *chat* de correção, depois enviei para ele um novo texto do
2993 primeiro encaminhamento meu que não é a minha sugestão de enviar um ofício para a
2994 entidade. Não é de censurar porque, da forma como ficou, primeiramente ficou parecendo que
2995 é para censurar a entidade. “Não, você não pode.” Não, ela tem todo direito, inclusive a
2996 constituição está aí para falar isso, mas meu encaminhamento foi muito no sentido de buscar
2997 um diálogo. É de chamar para conversar e dizer que estamos aqui querendo nos aproximar
2998 dessas demandas, de fazer uma aproximação e não distanciamento. A gente entende que

2999 quando chega nesse momento de judicializar é porque a coisa está distante. Parece que não
3000 tem a ver com abertura para o diálogo, então é muito também para mostrar que nós estamos
3001 abertos sempre para o diálogo, para o debate, para contrapor ideias porque é isso que foi dito
3002 que nem sempre nós vamos concordar, mas a gente está em um espaço democrático. Eu
3003 entendo muito a ponderação. Acho que Márcio coloca uma questão que é muito importante
3004 que passa pela ética também, mas eu acho importante que a gente siga. A pauta já está aqui,
3005 a gente siga debatendo. E se todo mundo considerar relevante, alguém da secretaria fazer
3006 esse contato com o Lucas. Pedir a ele para retornar, para que a gente consiga fazer uma
3007 votação dos encaminhamentos com a presença dele. Mas só ressaltar, novamente, que ontem
3008 eu disse tudo isso, e inclusive coloquei uma questão que eu não vou colocar aqui como
3009 encaminhamento, mas para mim faltou ética do conselheiro ao fazer isso, ao tratar o próprio
3010 conselho que ele está com mandado de segurança. Eu disse isso para ele também. Porque é
3011 uma questão que viola a própria ação dele porque, de toda forma, ele está aqui representando
3012 esse coletivo. Era isso que eu queria dizer. E dizer para o Daniel que são dois
3013 encaminhamentos que eu propus, um é o ofício e o outro é uma nota de apoio, solidariedade,
3014 que eu até coloquei aqui no *chat* o texto. A proposta são duas propostas importantes.
3015 **PRESIDENTE:** Luanda, obrigada. A próxima inscrição é da Conselheira Ivone. **IVONE,**
3016 **COGEMAS:** Eu acho que a gente está entendendo, ninguém está censurando ninguém. Acho
3017 que trouxe para nós uma indignação e que nunca pode ser entendido para a pessoa, porque
3018 também entendo que ação contra a presidência do conselho não é uma ação contra a pessoa
3019 Patrícia, é contra o exercício da presidência. Aqui, o que estamos falando dessa ação do
3020 Lucas também não é uma ação contra Lucas pessoa. Ele é uma pessoa que tem muitas
3021 qualidades, tem muito elemento para contribuir com o conselho, mas estamos falando de uma
3022 ação contra o conselheiro, que é uma pessoa quase jurídica, então não é lado pessoal. Desde
3023 o início eu falei isso. Nós não estamos falando de lado pessoal. Eu entendo que os
3024 encaminhamentos são pertinentes. Nós precisamos fazer, até porque o conselho tem que ter
3025 uma posição com relação a esse mandado de segurança. De fato, a gente comunga com a
3026 ideia de que fato a presidência protelou o conselheiro. Eu estou vendo aqui pelas falas, eu
3027 senti isso e, pelas falas que a condução da Mesa Diretora, a condução da presidência foi
3028 correta. O conselho precisa manifestar contra isso para o mandado de segurança. O conselho
3029 não pode ficar alheio a isso. Nós precisamos manifestar o que de fato aconteceu, porque nós
3030 é que estávamos na gestão. Eu acho que esse momento não podia passar, para que o
3031 conselho mesmo, o pleno manifeste. A presidência errou. A diretoria errou. Não cumpriu o
3032 regimento nem nada, ou se a gente de fato estamos entendendo que não houve esse erro. Eu
3033 acho que era momento propício, é momento que cada conselheiro se manifeste e coloque a
3034 sua opinião. Não vi em nenhum momento a gente indo contra a pessoa do conselheiro. Eu
3035 estou dizendo como ação do conselheiro. Eu concordo com os encaminhamentos da Luanda,

3036 acho que é importante essa carta ser assumida do conselho. Não é dos trabalhadores. Não é
3037 da sociedade civil. É do pleno. É do conselho. E também essa questão com a entidade, não
3038 que censura a entidade, mas de ouvir a entidade, de ver, de dialogar com a entidade. Ele
3039 representa a entidade, seria mais nessa linha. Eu concordo com esse encaminhamento.
3040 **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. A próxima inscrição é da Conselheira Mariana. **MARIANA,**
3041 **SEDESE:** É só para registrar e reiterar, Ivone. Não significa que o conselho não vai fazer nada,
3042 não. Vamos responder ao processo lá tudo que tiver que ser comprovado. A gente que eu
3043 falo, Advocacia Geral do Estado que vai fazer toda a representação lá dentro do processo. É
3044 só para esclarecer isso e deixar bem claro para todo mundo. **IVONE, COGEMAS:** Mas é bom
3045 ficar em ata também, Mariana, porque isso está sendo gravado também. É importante.
3046 **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Eu me inscrevi também. Ontem, na reunião da sociedade civil,
3047 com a presença do Conselheiro Lucas, nós discutimos sobre essa questão do mandado. E eu
3048 queira reiterar e registrar. Na plenária de julho nós discutimos sobre a pauta do acesso à
3049 informação e foi concedido vista ao conselheiro pela questão da composição da comissão que
3050 faria a resposta à Controladoria Geral. Isso foi na sexta. Na segunda ou terça-feira nós fizemos
3051 a reunião com a Controladoria Geral do Estado e o que eles fizeram foi dilatar o prazo de
3052 resposta para o dia 23 de agosto. Como a próxima plenária ordinária seria 20 de agosto e o
3053 processo tem mais de 10 mil páginas, então não teria tempo hábil de montar uma comissão
3054 para ver o que ia responder em uma sexta, para já enviar a resposta em uma segunda-feira.
3055 Conversei com a Secretaria Executiva depois dessa reunião, com a Rosa e com o Daniel, e
3056 nós entendemos que seria necessário chamar a extraordinária. Consultamos o Regimento
3057 Interno, a Mesa Diretora. O art. 11º do Regimento Interno fala “Que é facultado o conselheiro
3058 pedir vista sobre a matéria em discussão, sendo essa retirada da pauta a critério da plenária.”
3059 E o § 1º fala que “O prazo de vista, a partir do encerramento da plenária, poderá se estender
3060 até a próxima assembleia ou ser reduzido para até 24 horas a critério dos conselheiros.”
3061 Quando a Mesa Diretora deliberou por convocar a extraordinária, foi a partir do entendimento
3062 de que o prazo de vista pode se estender até a próxima assembleia. E não fala se é plenária
3063 ordinária ou extraordinária. A primeira vez que eu consultei a Mesa Diretora, nenhum
3064 conselheiro se manifestou contrário à realização da reunião. Pelo contrário, todos queriam
3065 cumprir o prazo de resposta para a CGE. Fizemos a convocação, o Conselheiro Lucas enviou
3066 um *e-mail* para a Secretaria Executiva e isso está registrado no mandado de segurança
3067 também. Ele solicitou a retirada de pauta, entendendo que não seria possível ele dar o retorno
3068 de pedido de vista. Eu consultei novamente a Mesa Diretora, a Secretaria Executiva mandou
3069 um *e-mail* e deu prazo para resposta, acho que foi mais de 24 horas, e nenhum conselheiro
3070 da Mesa Diretora se manifestou contrário à reunião. Os que se manifestaram foram a favor.
3071 Com isso, nós chamamos essa plenária justamente para cumprir um prazo de resposta para
3072 a CGE. Eu queria ler uma parte da decisão do juiz quando indefere o pedido de liminar, pedido

3073 de liminar para suspender a reunião extraordinária. O juiz colocou assim: “Pontua ainda que
3074 nessa esteira deverá ser respeitado o princípio da separação dos poderes, art. 2º Constituição
3075 Federal de 1988, não cabe ao Poder Judiciário analisar e julgar questões que envolvam
3076 unicamente a interpretação e aplicação de normas regimentais matéria *interna corporis*.” Mas
3077 o processo continua seguindo. Com a reunião pela procuradora, ela disse que a Secretaria
3078 Executiva vai minutar a resposta. A Procuradoria vai fazer o documento e quem assina é a
3079 autoridade, no caso, eu que vou assinar, não vai ser o advogado, não. Pela orientação da
3080 procuradora. Daniel e Marcela que estavam na reunião, se eu estiver equivocada, me corrijam,
3081 por favor. E que depois, encerrado esse mandato o processo segue e a futura presidente
3082 ficará acompanhando... A AGE vai acompanhar o processo e a presidente vai continuar
3083 respondendo até o arquivamento. Se não for arquivado e o juiz entender que houve violação
3084 de direito pelo não retorno de vista, todas as decisões de resposta a CGE, todas as decisões
3085 daquela plenária são invalidadas. O Conselheiro Márcio Caldeira se inscreveu. **MÁRCIO,**
3086 **ASSPROM:** Obrigado, Presidente. Eu queria fazer uma reflexão novamente. Eu acho que é
3087 muito importante ficar claro para todos. E para mim está muito claro que não há uma discussão
3088 em relação à forma como a decisão foi tomada pela plenária do CEAS. Acho que a Patrícia
3089 está com muito consubstanciada na questão, a própria decisão dessa liminar reflete toda essa
3090 condução política que houve dentro do conselho de acordo com sua própria normativa
3091 regimental. O meu entendimento aqui, e acredito que os demais também pela interpretação
3092 que eu tenho, é que realmente não há discussão nesse âmbito se é correta ou não foi correta
3093 a atitude do conselheiro, pelo contrário é correta. Ponto. Isso é fato. Eu chamo atenção aqui
3094 é esse desdobramento que a gente está fazendo em relação à conduta da judicialização dessa
3095 tomada de decisão. Eu não sei se estou tentando buscar alternativas, mas é uma
3096 característica minha de tentar fazer essa composição, essas conciliações, principalmente em
3097 questões que são extremamente difíceis para que a gente possa lidar. Afinal de contas, nós
3098 somos conselheiros e assumimos aqui uma cadeira da qual temos grandes atribuições e
3099 responsabilidades. E uma dessas responsabilidades é fazer com que este conselho continue
3100 a exercer o seu papel de controle social daqui para frente, na próxima gestão e assim
3101 subsequentemente deixando até um legado nesse sentido. Eu acho que todas as
3102 ponderações para mim têm a consistência. Não tenha dúvida disso. Eu não sou contraditório
3103 a nenhuma delas. O que eu chamo a atenção é essa necessidade de refletirmos sobre a
3104 conduta deste conselho. Quando eu falo a questão de encaminhamentos aqui, uma das
3105 questões que eu não coloquei na questão anterior de contato com a entidade para tentar
3106 esclarecer. Eu acho que são questões do conselho que também são inéditas. Como tem uma
3107 judicialização que é inédita no conselho, também tem uma questão junto à entidade que pode
3108 ser algo inédito dentro desse conselho. Eu acho que todo passo que a gente for dar, nesse
3109 sentido, é preciso de aprofundamento. Eu estou extremamente incomodado com isso, porque

3110 são conselheiros, os quais têm dois anos que temos contato, que temos trabalhado. Conheço
3111 a nossa presidente aqui há muito tempo, mesmo antes de ser conselheira, e sei de toda sua
3112 ética em relação à defesa dessa política de assistência. Conheci também o Conselheiro Lucas.
3113 Tive a oportunidade de trabalhar com ele na Comissão de Normas e sei também da
3114 competência dele em relação a toda essa defesa e a toda sua trajetória. É muito importante
3115 tomarmos o devido cuidado. Eu acho que a Conselheira Ivone trouxe um componente
3116 fundamental, o conselho. Acho que temos um exercício imenso para fazer. Como é que
3117 conseguimos sair de dentro da gente e olhar conselho? É muito difícil porque eu faço parte
3118 deste conselho. Eu, realmente, estou com uma grande interrogação em todo esse
3119 encaminhamento que estamos tentando construir aqui, porque estou extremamente chateado
3120 com tudo isso, porque não era essa a forma de encerrar essa gestão aqui da sociedade civil.
3121 Pelo contrário, a gente sempre teve exercícios aqui fantásticos de encerramentos de toda
3122 essa sociedade civil. E faz parte também de um legado deste conselheiro deixar aqui neste
3123 conselho. O que a gente está deixando? Está deixando algo extremamente pesado para este
3124 conselho. Deixar isso no nosso legado, no nosso currículo não é legal. Não é bom. Eu
3125 realmente estou muito chateado com toda essa discussão. Acho que a sociedade civil se
3126 fragiliza demais com tudo isso, perdemos unidade. Perdemos esse espaço de franqueza de
3127 debate da ideia, de alinhamento, olho no olho, cara a cara, de discutir as questões, de discutir
3128 as ideias, não discutir pessoas. Eu acho que precisamos ser bem cautelosos nesses
3129 encaminhamentos. Por quê? O que estamos combatendo, a gente não pode deixar nos
3130 permitir fazer a mesma coisa. Eu acho que temos que ser mais, muito mais do que aquilo que
3131 estamos querendo combater. Estamos querendo uma unidade, um fortalecimento. Estou me
3132 perdendo um pouco na minha fala, mas é algo novo. Muito difícil de conseguir traduzir e
3133 sistematizar uma decisão fácil, rápida. É isso, Presidente. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada,
3134 Márcio. Partindo para os encaminhamentos, já que não temos nenhum conselheiro inscrito
3135 agora. Pegando um gancho na sua fala, Márcio, fico muito triste com isso. Não esperava
3136 depois de quatro anos de mandato de conselho sair do CEAS com um processo nas costas,
3137 mas pelo menos eu tenho a tranquilidade de que eu conduzi o conselho atendendo as
3138 deliberações do conselho de acordo com o Regimento Interno. Eu tenho muita tranquilidade
3139 em relação a isso. Eu agradeço as manifestações dos conselheiros, da nota de solidariedade.
3140 Como sou parte impetrada, até por uma questão de ética, eu vou me abster de votar. Mas vou
3141 colocar em votação as duas propostas de encaminhamento, de enviar o ofício para a entidade
3142 do conselheiro objetivando convidar para um diálogo, demonstrando abertura do CEAS para
3143 as discussões e o desejo de aproximar das demandas que a entidade apresenta. E a nota de
3144 solidariedade que já foi lida pela Conselheira Luanda. Nota de solidariedade à Presidente
3145 Patrícia e à Mesa Diretora do CEAS. Os conselheiros estão esclarecidos? Podemos entrar em
3146 regime de votação? Eu pergunto também se chamamos a planilha de votação para fazer uma

3147 votação nominal, ou se fazemos daquela forma, os que concordam permaneçam como estão.

3148 **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, eu quero ir um pouco no sentido do que o Márcio falou. Eu

3149 acho que não ficar parecendo que as coisas estão indo muito para o lado pessoal. Eu vou

3150 manifestar contrária aos encaminhamentos porque eu acho que isso deve ser feito de forma

3151 institucional no processo judicial. E é isso que vamos fazer. Mesmo diante de tudo que vocês

3152 falaram e dos mesmos sentimentos que eu já coloquei aqui, da questão da democracia e do

3153 diálogo. Eu também acho que fica pessoalizando, sabe? Não sei. É um pouco temerário. E a

3154 providência institucional vai ser tomada com certeza. Por mim, enquanto eu estiver aqui,

3155 representante da Sedese, do CEAS. É um pouco nesse sentido, eu já estou manifestando

3156 aqui e justificando inclusive. **PRESIDENTE:** Vou chamar a planilha de votação. Pode falar,

3157 Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu entendo o que a Mariana está colocando, mas eu acho que o

3158 pleno é uma instância. Nós não estamos fazendo nada contra o conselheiro. Nós estamos

3159 discutindo a posição de um pleno. Eu acho até importante para assegurar no processo, no

3160 mandado de segurança essa posição do conselho. Eu acho que tudo isso é para assegurar o

3161 que, de fato, esse pleno avalia desse processo. Qual é a melhor forma? Acho que uma nota

3162 desse conselho solidarizando, provando, é um documento. Eu penso até para assegurar o

3163 que esse conselho pensa a respeito desse processo, por isso defendo que tenha a decisão

3164 desse conselho a respeito dessa nota, dessa carta. Eu sugiro que a votação possa ser até por

3165 manifestação no *chat*, se concorda ou não concorda. Na minha opinião, não tem muito isso

3166 de ser nominal, não. **PRESIDENTE:** Ok. Vou consultar a Mariana. Mariana, você acha que a

3167 gente chama a planilha de votação, você registra o voto no *chat*. **MARIANA, SEDESE:** Eu

3168 posso registrar no *chat*, sem problema. **PRESIDENTE:** Ok. Em regime de votação. Os

3169 conselheiros que aprovam as propostas de encaminhamento que foram lidas, agora há pouco,

3170 em relação a um ofício convidando a entidade para o diálogo e da emissão de uma nota de

3171 solidariedade à Presidente e à Mesa Diretora, permaneçam como estão. Os que discordam,

3172 por favor, se manifestem no *chat*, ou então abra o microfone para reprovar ou se abster. Eu

3173 me abstenho. A Mariana, ela já manifestou. Por enquanto não tem nenhum registro no *chat*,

3174 Mariana registrou no *chat*. “Manifestação contrária tendo em vista que a defesa do CEAS será

3175 um processo judicial.” Temos a manifestação contrária do Elder. Se algum conselheiro estiver

3176 com dificuldade de escrever no *chat* e quiser verbalizar. O Márcio se absteve. A gente deu um

3177 tempinho maior para as pessoas se manifestarem. Estou entendendo que as duas propostas

3178 de encaminhamento foram aprovadas. Esse era o nosso último ponto de pauta. Queria

3179 agradecer a presença de todos, a participação. E lembrar mais uma vez que temos uma

3180 reunião extraordinária no dia 3 de dezembro, de 9h ao meio-dia, em uma plenária conjunta

3181 com o Conselho da Criança e do Adolescente. Nessa oportunidade vamos dar continuidade a

3182 uma minuta de resolução conjunta. É importante que os conselheiros estejam presentes, que

3183 confirmem *quórum* para que a gente não tenha nenhum problema porque precisamos finalizar,

3184 nesse mandato, essa resolução para não ter que recomeçar na próxima plenária. Na
 3185 oportunidade, eu registro aqui também o voto contrário do Conselheiro Vinícius. Não teve mais
 3186 nenhuma manifestação. Acredito que a gente possa encerrar a nossa última plenária ordinária
 3187 deste mandato. Espero que na próxima plenária a gente esteja em ritmo de festa, Cris. Com
 3188 a aprovação da minuta de resolução que está pendente há 10 anos. **CRISTIANO, SEDESE:**
 3189 Isso vai ser uma vitória muito grande. Se fizer (trecho incompreensível) [03:18:36] de que vai
 3190 acontecer. Eu acho que fecha bem o ano. **PRESIDENTE:** Tomara que a gente feche bem. Até
 3191 mais conselheiros. Obrigada.

Nome	Representatividade	Assinatura
Ana Maria Mezonato	Cmas Juiz de Fora	
Carla Valéria Vita	Fasemig	
Cristiano de Andrade	Sedese	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS/BH	
Elder Gabrich Júnior	Sedese	
Elerson da Silva	Cáritas	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Laureci Alves	O Movimento Graal do Brasil	
Lígia Camargos da Silva	Secretaria de Estado de Saúde	
Luanda do Carmo Queiroga	CRP	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo	
Mariana de Resende Franco	Sedese	
Márcio Caldeira	Assprom	
Marinete da Silva Morais	Cogemas	
Patrícia de Carvalho Gomes	Cress	
Sandra Januária da Silva	SEE	
Suzanne Horta	Sedese	
Thaís Correa Damasceno	SEE	
Vinícius de Queiroz Castanheira	SEF	

3192